



**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
Campus Porto Velho Calama
Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação
Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional -
PROFEPT**

**“UÉ, VOCÊ TRABALHA AQUI?” – PERCEPÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO
ASSISTENTE SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA – *CAMPUS*
JARU.**

CELINE GEYSA ANDRADE

Porto Velho/RO
2025

CELINE GEYSA ANDRADE

“UÉ, VOCÊ TRABALHA AQUI?” – PERCEPÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA – *CAMPUS JARU*.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo Campus Porto Velho Calama do Instituto Federal de Rondônia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de pesquisa 2: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Macroprojeto 6 - Organização de espaços pedagógicos na EPT

Orientador: Dr. Marco Aurelio Nunes de Barros

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

A554u

Andrade, Celine Geysa.
"Ué, você trabalha aqui?" — Percepções sobre a atuação do
Assistente Social no Instituto Federal de Rondônia-Campus Jaru. /
Celine Geysa Andrade. - Porto Velho, 2025.
154 f. : il.

Orientador(a): Dr. Marco Aurélio Nunes de Barros.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e
Tecnológica - ProfEPT) – Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2025.

1. Papel do Assistente Social. 2. Educação profissional e
tecnológica. 3. Política Nacional de Assistência Estudantil. I. Barros,
Marco Aurélio Nunes de (orient.). II. Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

CDD: 370.711

Bibliotecário(a) Responsável: Evandro Silva de Sousa, CRB-11-956

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
Campus Porto Velho Calama
Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação
Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - PROFEPT

Anexo 4 – ATA DE DEFESA DO TCC DE MESTRADO

ATA DA COMISSÃO EXAMINADORA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – PROFEPT APRESENTADA PELA DISCENTE: CELINE GEYSA ANDRADE

No dia 18 de julho de 2025, às 14 horas, reuniu-se em sala *online*, via webconferência *Google Meet* (<https://meet.google.com/hzg-zwsqcvk?authuser=0&hs=122&ijlm=1750096267893>), a Banca Examinadora designada pela Coordenação Acadêmica Local do PROFEPT-IFRO para julgar a Dissertação da discente **Celine Geysa Andrade**, denominada ““UÊ, VOCÊ TRABALHA AQUI?” – PERCEPÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA – CAMPUS JARU”. A Banca Examinadora foi composta pelos membros: Prof. Dr. Marco Aurelio Nunes de Barros; Profª. Dra. Lediane Fani Felzke; e Profª. Dra. Carolina Albuquerque. Após a apresentação da dissertação pela discente, foi dada a palavra aos examinadores para arguição, tendo a candidata respondido às perguntas formuladas. Na sequência, a Banca Examinadora reuniu-se privativamente para proceder ao julgamento, considerando a dissertação e o produto:

Aprovado
 Reprovado.

Ficou estabelecido o prazo de 90 dias para a entrega da versão com as correções.

Nada mais havendo a tratar a Presidente da Banca Examinadora divulgou o parecer aos presentes na apresentação e deu por encerrado os trabalhos, sendo lavrada a presente ata, devidamente assinada pela Presidente, examinadores e discente.

Porto Velho, 18 de julho de 2025.

Presidente: Prof. Dr. Marco Aurelio Nunes de Barros, ProfEPT/IFRO

Membro Interno: Profª. Dra. Lediane Fani Felzke, ProfEPT/IFRO

Membro Externo Titular: Profª. Dra. Carolina Albuquerque, UNIR

Mestranda: Celine Geysa Andrade



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurélio Nunes de Barros, Professor(a) - EBTT**, em 18/07/2025, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lediane Fani Felzke, Professor(a) - EBTT**, em 18/07/2025, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carolina de Albuquerque, Usuário Externo**, em 01/08/2025, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Celine Geysa Andrade, Assistente Social**, em 06/08/2025, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2688234** e o código CRC **F2985EA8**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
Campus Porto Velho Calama
Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação
Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - PROFEPT

Anexo 5 – Ficha de Avaliação de Produto

IDENTIFICAÇÃO

Instituição Associada:	IFRO
Discente:	Celine Geysa Andrade
Produto/Processo Educacional:	Construindo pontes e reafirmando direitos - O papel do assistente social na EPT.
Dissertação:	“UÉ, VOCÊ TRABALHA AQUI?” – PERCEPÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA – CAMPUS JARU.
Orientador (a):	Marco Aurélio Nunes de Barros
Área de Concentração:	Ensino
Linha de Pesquisa:	2 - Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica (EPT)
Macroprojeto	6 - Organização de espaços pedagógicos na EPT

TIPOS DE PRODUTOS TÉCNICO TECNOLÓGICOS

X	PTT1: Material didático/instrucional
	PTT2: Curso de formação profissional
	PTT3: Tecnologia social
	PTT4: Software/Aplicativo
	PTT5: Evento Organizados
	PTT6: Relatório Técnico
	PTT7: Acervo
	PTT8: Produto de comunicação
	PTT9: Manual/Protocolo
	PTT10: Carta, mapa ou similar

CRITÉRIOS

		Sim	Não
Aderência	À projeto de pesquisa	X	
	À linha de pesquisa do Programa	X	
	Área de concentração do Programa	X	
	Ao macroprojeto	X	
Replicabilidade	O PE pode ser repetido, mesmo com adaptações, em diferentes contextos daquele em que ele foi produzido?	X	
Registro	Possibilidade de registro/depósito de propriedade intelectual	X	

IMPACTO

X	Alto - PTT gerado no Programa, aplicado e transferido para um sistema, no qual seus resultados, consequências ou benefícios são percebidos pela sociedade.
	Médio - PTT gerado no Programa, aplicado no sistema, mas não foi transferido para algum segmento da sociedade
	Baixo - PTT gerado apenas no âmbito do Programa e não foi aplicado nem transferido para algum segmento da sociedade.

IMPACTO - DEMANDA

X	Demanda espontânea
	Demanda contratada
	Demanda por concorrência (ex. Edital)

IMPACTO - OBJETIVO DA PESQUISA

	Experimental
	Sem um foco de aplicação inicialmente definido
X	Solução de um problema previamente identificado

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

	Local
	Regional
X	Nacional
	Internacional

INOVAÇÃO

X	Alto teor inovativo (desenvolvido com base em conhecimento inédito)
	Médio teor inovativo
	Baixo teor inovativo
	Sem inovação aparente

COMPLEXIDADE (Mais de um item pode ser marcado)

X	O PE é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação.
X	A metodologia apresenta clara e objetivamente a forma de aplicação e análise do PE
X	Há uma reflexão sobre o PE com base nos referenciais teórico e teórico-metodológico empregados na respectiva dissertação.

<input type="checkbox"/>	Há apontamentos sobre os limites de utilização do PE.
--------------------------	---

APLICABILIDADE

<input type="checkbox"/>	PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto, mas não foi aplicado durante a pesquisa.
<input type="checkbox"/>	PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto e foi aplicado durante a pesquisa, exigível para o mestrado.
X	PE foi aplicado em diferentes ambientes/momentos e tem potencial de replicabilidade face à possibilidade de acesso e descrição.

ESTÁGIO DA TECNOLOGIA

<input type="checkbox"/>	Piloto/protótipo
<input type="checkbox"/>	Em teste
X	Finalizado/implantado
<input type="checkbox"/>	Não se aplica

ACESSO

<input type="checkbox"/>	PE sem acesso.
<input type="checkbox"/>	PE com acesso via rede fechada.
<input type="checkbox"/>	PE com acesso público e gratuito.
<input type="checkbox"/>	PE com acesso público e gratuito pela página do Programa.
X	PE com acesso por Repositório institucional com acesso público e gratuito.

PANORAMA SOBRE A ABRANGÊNCIA E/OU A REPLICABILIDADE DO PTT

O produto é altamente replicável.

Até 255 caracteres

DESCRIÇÃO DO TIPO DE IMPACTO DO PTT

O produto tem alta relevância ao destacar e reconhecer o papel do serviço social na Educação Profissional e Tecnológica.

Até 255 caracteres

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA

Presidente da banca	Prof. Dr. Marco Aurelio Nunes de Barros, ProfEPT/IFRO
Membro interno ProfEPT/IA	Profa. Dra. Lediane Fani Felzke, ProfEPT/IFRO
Membro externo	Profa. Dra. Carolina de Albuquerque, Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Data da defesa	18 de julho de 2025
----------------	---------------------



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurélio Nunes de Barros, Professor(a) - EBTT**, em 18/07/2025, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lediane Fani Felzke, Professor(a) - EBTT**, em 18/07/2025, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carolina de Albuquerque, Usuário Externo**, em 01/08/2025, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Celine Geysa Andrade, Assistente Social**, em 06/08/2025, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2688262** e o código CRC **2A205A9C**.

Dedico este trabalho, aos meus pais José Garcia Andrade e Maria Simone Andrade “*in memoriam*”, pelo incentivo aos estudos, especialmente, à minha mãe, que sempre acreditou em mim. Que foi uma mulher admirável, forte, fonte de inspiração; a quem prometi dedicar todo o esforço que eu poderia fazer para passar neste processo seletivo do ProfEPT.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, que permitiu o meu ingresso e conclusão deste mestrado;

Ao meu esposo Lindomar Marinho de Souza, que esteve sempre presente em todos os momentos; que me apoiou em tudo, sem nunca reclamar da minha ausência durante todo esse período;

À minha família, que mesmo distante, torce por mim. Em especial, a minha irmã Helena Grazielle Andrade e ao meu cunhado José Valdeni do Nascimento, que sempre me receberam em sua casa com muito amor, nas semanas de aulas presenciais;

Aos estudantes e servidores do *Campus Jarú*, por aceitarem fazer parte dessa construção coletiva e colaborarem sempre que solicitados. Sem vocês, a pesquisa não seria possível. Grata!

Ao meu orientador, o Prof. Dr. Marco Aurélio Nunes de Barros, que me direcionou na pesquisa com muita competência e valiosas contribuições; meu agradecimento pela compreensão, paciência e conhecimento compartilhado;

A todos os servidores da Coordenação de Assistência ao Educando – CAED do IFRO *Campus Jarú*, pelo apoio e compreensão em vários momentos;

Aos amigos do mestrado, por nos apoiarmos mutuamente. Pelas dúvidas, angústias e incertezas compartilhadas, o que tornou mais leve essa caminhada;

Aos professores do mestrado e membros da banca, pela dedicação, pelas contribuições, e ensinamentos durante a pesquisa;

A todos (as), o meu sincero e profundo, muito obrigada!

RESUMO

Mesmo não sendo tão recente a inserção de Assistentes Sociais na Educação Profissional e Tecnológica, parece haver um aparente desconhecimento sobre o seu fazer profissional. Diante desse contexto, surgiu o problema: Como destacar a abrangência do exercício profissional do Assistente Social dentro da Educação Profissional e Tecnológica? Este estudo configura-se como pesquisa participante, numa abordagem quali-quantitativa, de caráter investigativo. Linha de pesquisa 2: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e Macroprojeto 6 - Organização de espaços pedagógicos na EPT. Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é bibliográfica e documental. Os dados foram gerados a partir de oito rodas de conversas com dezesseis estudantes dos Terceiros anos Integrados ao Ensino Médio e com oito servidores e, foram analisados a partir de uma aproximação ao método de Análise de Conteúdo Categorical Temática, conforme Bardin (2016), tendo como campo de pesquisa o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO *Campus Jaru*. A pesquisa aconteceu em duas etapas, onde cada uma das etapas teve quatro rodas de conversa. Na primeira etapa, todos os 24 pesquisados participaram das rodas de conversa, com seis participantes em cada uma delas. Na segunda etapa, dois participantes não puderam participar, sendo preciso reagrupar os sujeitos da pesquisa. Este estudo investigou a percepção que a comunidade acadêmica da Educação Profissional e Tecnológica tem sobre a atuação do Assistente Social. Os resultados da pesquisa revelaram que a atuação do Assistente social na EPT é necessária, pois a prática profissional, respaldada pelas competências e atribuições privativas, poderá contribuir para a formação dos estudantes, fortalecer a Política de Assistência Estudantil desenvolvida sob uma perspectiva emancipatória e de superação das dificuldades para assegurar o acesso a educação de qualidade aos discentes. Como produto educacional, foi elaborado um e-book, que foi avaliado como um importante instrumento de esclarecimento e divulgação sobre o papel do Assistente Social na EPT, diante dos entraves, das vulnerabilidades e das potencialidades vivenciadas na política de educação, no contexto do IFRO *Campus Jaru* e na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Papel do Assistente Social. Educação Profissional e Tecnológica. Política de Assistência Estudantil.

ABSTRACT

Although the inclusion of Social Workers in Professional and Technological Education is not so recent, there seems to be an apparent lack of knowledge about their professional practice. Given this context, the problem arose: How to highlight the scope of the professional practice of the Social Worker within Professional and Technological Education? This study is configured as participatory research, in a qualitative-quantitative approach, of an investigative nature. Line of research 2: Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education (EPT) and Macroproject 6 - Organization of pedagogical spaces in EPT. Regarding the technical procedures, the research is bibliographical and documentary. The data were generated from eight conversation circles with sixteen students from the Third Year Integrated into High School and with eight civil servants and were analyzed based on an approach to the Thematic Categorical Content Analysis method, according to Bardin (2016), with the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rondônia – IFRO *Campus* Jaru as the research field. The research took place in two stages, where each stage had four conversation circles. In the first stage, all 24 respondents participated in the conversation circles, with six participants in each of them. In the second stage, two participants were unable to participate, and it was necessary to regroup the research subjects. This study investigated the perception that the academic community of Professional and Technological Education has about the role of the Social Worker. The results of the research revealed that the role of the Social Worker in EPT is necessary, since professional practice, supported by exclusive skills and attributions, can contribute to the education of students, strengthen the Student Assistance Policy developed from an emancipatory perspective and overcome difficulties to ensure access to quality education for students. As an educational product, an e-book was prepared, which was evaluated as an important instrument for clarifying and disseminating information about the role of the Social Worker in EPT, given the obstacles, vulnerabilities and potentialities experienced in education policy, in the context of IFRO *Campus* Jaru and in society.

KEYWORDS: Role of the Social Worker. Professional and Technological Education. Student Assistance Policy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -Quanto ao aspecto visual, qual nota você atribui a paleta de cores utilizada no e-book?	110
Gráfico 2 - Quanto ao aspecto visual, o quanto você considera o design do e-book atrativo?	111
Gráfico 3 - Você considera o e-book de fácil compreensão?	111
Gráfico 4 -- As imagens utilizadas no e-book atendem às suas expectativas?	112
Gráfico 5 -Você considera que o e-book contribui para que a comunidade acadêmica do IFRO <i>Campus</i> Jarú conheça o papel do Assistente Social nesse espaço educacional?	112
Gráfico 6 -Você tem alguma sugestão para o e-book?	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Algumas competências do Assistente Social.....	30
Quadro 2 - Atribuições privativas do Assistente Social.....	31
Quadro 3 - Algumas dimensões da atuação do Assistente Social.....	32
Quadro 4 - Temas iniciais/eixos temáticos.....	64
Quadro 5 - Categorias de análise.....	65
Quadro 6 - Categoria 2 referente ao eixo temático, meios pelos quais se buscou atendimento com o Assistente Social.....	70
Quadro 7 - Categoria 3 referente ao eixo temático, procura por atendimento com o Assistente Social.....	73
Quadro 8 - Categoria 5 referente ao eixo temático, importância dos serviços realizados pelo Assistente Social.....	77
Quadro 9 - Categoria 1 referente ao eixo temático, o que faz o Assistente Social e os serviços ofertados pelo Serviço Social do <i>Campus Jarú</i>	82
Quadro 10 - Categoria 1 referente ao eixo temático, o que faz o Assistente Social e os serviços ofertados pelo Serviço Social do <i>campus jarú</i>	83
Quadro 11 - Categoria 2 referente ao eixo temático, meios pelos quais se buscou atendimento com a Assistente Social.....	86
Quadro 12 - Categoria 2 referente ao eixo temático, meios pelos quais se buscou atendimento com a Assistente Social.....	87
Quadro 13 - Categoria 3 referente ao eixo temático, procura por atendimento com o assistente social e as demandas levadas.....	87
Quadro 14 - Categoria 3 referente ao eixo temático, procura por atendimento com o Assistente Social e as demandas levadas.....	88
Quadro 15 - Categoria 4 referente ao eixo temático, experiências, dificuldades e facilidades para acessar ao Serviço Social.....	90
Quadro 16 - Categoria 4 referente ao eixo temático, experiências, dificuldades e facilidades para acessar ao Serviço Social.....	92
Quadro 17 - Categoria 4 referente ao eixo temático, importância dos serviços realizados pelo Assistente Aocial.....	94
Quadro 18 - Categoria 6 referente ao eixo temático, ações para ampliar o conhecimento sobre o fazer profissional do Assistente Social.....	96

Quadro 19 - Categoria 6 referente ao eixo temático, ações para ampliar o conhecimento sobre o fazer profissional do Assistente Social	97
Quadro 20 - Categoria 6 referente ao eixo temático, ações para ampliar o conhecimento sobre o fazer profissional do Assistente Social	99
Quadro 21 - Quanto a escolha do texto que melhor iria se adequar aos objetivos do estudo	106
Quadro 22 - Quando indagado sobre a qualidade do texto e a formatação que seria utilizada na feitura do produto	107
Quadro 23 - Referente a escolha das figuras e/ou imagens que poderiam compor o e-book	108
Quadro 24 - Respostas às perguntas do formulário	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLA

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
AS - Assistente Social
BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAAE - Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CAE - Coordenação de Assistência Estudantil
CAED - Coordenação de Assistência ao Educando
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAC - Comissão de Elaboração de Editais, Análise e Concessão de Auxílios
CGP - Coordenação de Gestão de Pessoas
CONSUP – Conselho Superior
CNS - Conselho Nacional da Saúde
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
DAPE - Departamento de Apoio ao Ensino
DE - Departamento de Ensino
EaD - Educação a Distância
EPT - Educação Profissional e tecnológica
EXPOAJA - Exposição Agropecuária de Jaru
FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IFES - Institutos Federais de Ensino Superior
IFRO - Instituto Federal de Rondonia
IFPR – Instituto Federal do Paraná
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC - Ministério da Educação
PAE - Política de Assistência Estudantil
PAPE - Política de Acesso, Permanência e Êxito
PBF - Programa Bolsa Permanência
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil (2010-2024)

PNAES - Política Nacional de Assistência Estudantil (a partir de 2024)

PROFUNCIONÁRIO - Programa de Formação Inicial em Serviços dos Profissionais de Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público

PROAC - Programa de Auxílio Complementar

PROAP - Programa de Auxílio à Permanência

PROFEPT - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROMORE - Programa de Auxílio Moradia

PROSAPEX - Programa de Atenção à Saúde e Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão

REPAE - Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil

SCIELO - Scientific Eletrônico Library Online

SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública

TAES - Técnico-Administrativos em Educação

TALE - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UEP - Unidade de Educação Profissional

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	20
2	A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) NO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA: O CONTEXTO LOCAL E OS DESAFIOS DA INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL.....	25
2.1	O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA EPT: NA PERSPECTIVA DO TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO	27
2.2	O SURGIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DO <i>CAMPUS</i> JARU	42
2.3	A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) NO IFRO: HISTÓRICO, ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO NO <i>CAMPUS</i> JARU.....	47
3	METODOLOGIA.....	56
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	56
3.2	LOCAL E PARTICIPANTES DA PESQUISA	58
3.3	PROCEDIMENTOS ÉTICOS	60
3.4	ANÁLISES DE DADOS.....	62
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	65
4.1	A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO IFRO <i>CAMPUS</i> JARU: POSSIBILIDADES E DESAFIOS	65
4.2	PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES SOBRE O AGIR PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO <i>CAMPUS</i> JARU.....	67
4.3	PERCEPÇÃO DOS DISCENTES SOBRE O FAZER PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO <i>CAMPUS</i> JARU.....	81
5	PRODUTO EDUCACIONAL.....	103
5.1	ELABORAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL (E-BOOK)	103
5.2	AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	106
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
	REFERÊNCIAS.....	120
	APÊNDICE	129
	ANEXO	150

1 INTRODUÇÃO

Essa dissertação tem como objeto de estudo a atuação do Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e propõe debater sobre a percepção que a comunidade acadêmica do Instituto Federal de Rondônia – IFRO *Campus Jaru* tem sobre o exercício profissional do Assistente Social.

O Assistente Social é um profissional que atua em diversas políticas públicas. No âmbito educacional, especificamente, nos Institutos Federais, o seu papel vai muito além do que fazer a concessão de auxílios estudantis, ele vai contribuir para ampliar o acesso aos direitos do estudante, de sua família e da comunidade acadêmica, exercendo o seu papel de forma articulada com a rede de proteção e da equipe multidisciplinar. Ele vai escutar, acolher e orientar os usuários dessa política e realizar encaminhamentos, quando houver necessidade.

O interesse pela pesquisa se deu devido a pesquisadora ser trabalhadora da educação, atuando no IFRO desde 2022, diante do aparente desconhecimento da comunidade acadêmica sobre o papel do Assistente Social.

A Linha de pesquisa é a 2: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e o Macroprojeto é o 6 - Organização de espaços pedagógicos na EPT.

A educação é um direito assegurado na Constituição Federal. Historicamente os sujeitos lutaram para acessá-la, buscando melhorar suas condições de existência na sociedade.

A educação constitui-se ato de humanizar o ser social, já que é mediante os processos educativos que o sujeito pode acessar o que já foi produzido pela coletividade a respeito de conhecimentos e saberes como forma para o desenvolvimento da própria humanidade, atendendo suas necessidades e ampliando sua liberdade (Dantas, 2020).

A educação pode ser considerada um espaço privilegiado para o enriquecimento ou empobrecimento do gênero humano. Assim, na perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político, o trabalho do/a assistente social na Política de Educação pressupõe a referência a uma concepção de educação emancipadora, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano. (CFESS, 2012, p. 33).

Os Assistentes Sociais na Educação Profissional e Tecnológica tem atuado

na promoção de Políticas Públicas e na garantia de direitos. As demandas postas ao Serviço Social nesse âmbito demonstram a necessidade e a relevância desses profissionais nos espaços educacionais. Assim, pesquisar sobre essa problemática é importante, pois contribuirá para ampliar o conhecimento sobre essa temática, que se relaciona com o acesso e permanência dos estudantes na instituição e com uma formação integral, que possibilita liberdade de escolher o caminho que deseja seguir. Esta pesquisa poderá ser utilizada como referência para outras pesquisas, cooperando com a comunidade acadêmica.

A atuação do Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica é complexa, diversificada e, ainda pouco conhecida pela comunidade acadêmica. Diante disso, é necessário buscar meios para que esse fazer profissional nessa instituição educacional seja conhecido, reconhecido e consolidado como um efetivo espaço de exercício profissional, o que contribuirá para atender as demandas dos estudantes de forma ampla.

Nos Institutos Federais, o Assistente Social (AS) pode realizar de forma articulada o seu trabalho, já que faz parte de uma equipe multiprofissional, ampliando sua visão das diferentes dimensões existentes no processo educacional.

Dessa forma, várias demandas chegam ao Serviço Social por meio de diferentes profissionais, principalmente do professor, que por estar diariamente com os discentes em sala de aula, consegue identificar várias situações e problemáticas sofridas por eles, e assim, passam a encaminhar essas demandas, que também são encaminhadas por psicólogos, pedagogos e demais profissionais (Abreu, 2018).

Buscando garantir o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes em situação de vulnerabilidade social na educação superior pública federal foi criado o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (Brasil, 2010).

Em 3 de julho de 2024 esse programa foi ampliado e criou-se a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a partir da lei nº 14.914.

A Assistência Estudantil [...] transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos necessários à formação profissional, nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros (Souza, 2011, p. 3).

As solicitações dos discentes e seus familiares que chegam ao Serviço Social, relacionadas à assistência estudantil, estão voltadas à ausência de recursos financeiros para garantir o transporte, a alimentação, a moradia, a saúde, o material escolar, dentre outras. Buscam proporcionar o direito à educação de qualidade, dificultada pelo avanço do desemprego e pelas diversificadas formas de precarização das relações de trabalho (Abreu, 2017).

Dessa maneira, a assistência estudantil vem se consolidando como uma política essencial na garantia e permanência de direitos básicos, mas também na busca por uma formação integral dos estudantes. Portanto, ela deve abranger não apenas as classes menos favorecidas, mas se efetivar de forma mais ampla, ofertando ações que alcancem todos os estudantes, numa ótica de política universal (Dutra; Santos, 2017).

No entanto, o orçamento destinado à Assistência Estudantil tem sido cada vez mais restritivo. Ao mesmo tempo em que há uma procura desproporcional ao quantitativo de vagas ofertadas. Dessa forma, são priorizados os estudantes que mais atendam as condicionalidades exigidas no edital e a menor renda per capita familiar.

Segundo Cavalheiro (2013), os Assistentes Sociais que estão atuando na assistência estudantil, têm buscado superar equívocos decorrentes de ações assistencialistas¹ e do desconhecimento dos discentes, técnicos administrativos, docentes e demais servidores acerca das reais funções e competências desse profissional, diante das políticas sociais e da sociedade. Além disso, é importante saber a identidade que o serviço social vai buscar assumir e produzir uma autoimagem da profissão.

Assim, pesquisar sobre essa temática é relevante, pois a partir do momento em que as dúvidas da comunidade acadêmica, quanto ao papel do Assistente Social na instituição forem sanadas, ou pelo menos, diminuídas, os discentes, os professores e demais servidores poderão solicitar atendimentos e realizar encaminhamentos mais assertivos, melhorando a efetividade dos serviços

¹ A filantropia substitui o direito social. Os pobres substituem os cidadãos. A ajuda individual substitui a solidariedade coletiva. O emergencial e o provisório substituem o permanente. As microsituações substituem as políticas públicas. O local substitui o regional e o nacional. É o reinado minimalismo do social para enfrentar a globalização da economia. Globalização só para o grande capital. Do trabalho e da pobreza, cada um cuida do seu como puder. De preferência, um Estado forte para sustentar o sistema financeiro e falido para cuidar do social (Soares apud lamamoto, 2004, p. 3/4).

prestados, que visam assegurar direitos. Além disso, contribuirá para fortalecer a propagação de estudos sobre o Serviço Social na Educação Profissional e Tecnológica, possibilitando a utilização futura deste referencial por outros pesquisadores, fundamentando novos estudos e colaborando com a comunidade acadêmica e a sociedade.

Para que haja eficácia na atuação do Assistente Social, como promotor de uma sociedade de direitos que reconheça os interesses da classe trabalhadora, é desejável que toda a comunidade envolvida nas políticas sociais em que esteja atuando, tenha compreensão de suas ações e das relações estabelecidas no interior dos espaços institucionais e sociais em que essa política é desenvolvida, assim, compreender como esses agentes percebem essa atuação é fundamental para a sua realização.

Como problemática para essa pesquisa apresentamos a seguinte indagação: O Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica encontra limites e possibilidades para atuar na garantia de direitos. Ademais, parece haver um aparente desconhecimento da comunidade acadêmica sobre o papel do Assistente Social. Diante disso, como destacar a abrangência do exercício profissional do Assistente Social dentro da Educação Profissional e Tecnológica?

Este estudo tem como objetivo geral investigar a percepção que a comunidade acadêmica do IF *Campus* Jaru tem sobre a atuação do Assistente Social e como objetivos específicos: Identificar quais os conhecimentos que a comunidade acadêmica tem sobre a atuação do Assistente Social no Instituto Federal de Rondônia – IFRO *Campus* Jaru, no desenvolvimento das políticas de assistência estudantil; desenvolver ações que ampliem o conhecimento da comunidade acadêmica sobre a atuação do Assistente Social; estudar a percepção que a comunidade acadêmica tem sobre a atuação do Assistente Social, contribuindo para esclarecer suas competências e atribuições profissionais.

O processo de revisão da literatura e da análise de dados fez surgir outros objetivos que se aproximaram daqueles inicialmente definidos, contribuindo para melhorar as relações entre os fenômenos estudados, enriquecendo a análise e fortalecendo as conclusões. São eles: Levantar as atribuições do Assistente Social na EPT; apresentar as competências do Assistente Social à Comunidade acadêmica do *Campus* Jaru; verificar os desafios de se cumprir as competências profissionais;

identificar a importância dos serviços realizados pelo Assistente Social na EPT.

Esta dissertação foi organizada em seis capítulos, sendo que neste primeiro apresentamos a introdução, o objeto de estudo, a importância de se falar sobre essa temática, a motivação para realizar essa pesquisa, a problemática, o objetivo geral e os específicos.

No segundo capítulo discutimos a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Instituto Federal de Rondônia, abordando o contexto local e os desafios da inserção do serviço social. Apresentamos o exercício profissional do Assistente Social na EPT, na perspectiva do trabalho como princípio educativo; discorreremos sobre o surgimento e o desenvolvimento do *Campus Jarú*, trazendo o histórico e algumas legislações pertinentes. Por fim, foi apresentada a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no IFRO, seu histórico, acesso, permanência e êxito no *Campus Jarú*.

O terceiro capítulo expõe o percurso metodológico adotado, a caracterização da pesquisa, o local e os participantes, os procedimentos éticos adotados, os instrumentos de apreensão e a análise de dados.

No quarto capítulo estão apresentados os resultados da pesquisa a partir da percepção dos servidores e dos discentes sobre o fazer profissional do Assistente Social no *Campus Jarú*.

O capítulo cinco traz o processo de elaboração do produto educacional (e-book), critério exigido para a conclusão do mestrado profissional; demonstra como foi realizado o processo para a avaliação do e-book; traz as respostas ao questionário de avaliação do produto encaminhadas pelos sujeitos da pesquisa e as percepções da pesquisadora quanto ao conteúdo coletado.

O capítulo sexto, que trata das considerações finais, onde destacamos as respostas à problemática e aos objetivos da pesquisa; o estudo evidencia as limitações e dificuldades para a efetivação integral da Política de Assistência Estudantil e ressalta a importância de se planejar estratégias para superar essas condições; a pesquisa também reconhece o produto educacional como ferramenta capaz de contribuir para o reconhecimento da atuação do Assistente Social nesse espaço e para ampliar o acesso aos direitos pelos estudantes.

2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) NO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA: O CONTEXTO LOCAL E OS DESAFIOS DA INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

De acordo com a Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, mediante integração da Escola Técnica Federal de Rondônia e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste foi criado o Instituto Federal de Rondônia – IFRO, instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializado na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (Brasil, 2008).

A Resolução nº 61/CONSUP/IFRO, de 18 de dezembro de 2015, dispõe sobre o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO e em seu art. 3º observa em sua atuação os seguintes princípios norteadores: I. Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática; II. Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão; III. Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais; IV. Inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas; e V. natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União (IFRO, 2015).

O IFRO atualmente conta com uma reitoria na capital Porto Velho e 11 *campi* espalhados em municípios estratégicos do estado, sendo estes *Campi*: Colorado do Oeste, Ariquemes, Ji-Paraná, Porto Velho Zona Norte, Porto Velho Calama, Vilhena, Cacoal, Guajará-mirim, Jaru, São Miguel do Guaporé e Buritis.

De acordo com o, o Plano de desenvolvimento Institucional do IFRO (PDI 2018 - 2022):

A área de atuação do IFRO é ampla e complexa e envolve ações de formação de pessoal, profissional e acadêmica, que vão da educação básica e da formação inicial e continuada à pós-graduação, formando e qualificando pessoas em áreas que atendem as realidades socioeconômicas e culturais das microrregiões onde os campi estão localizados. Além disso, busca desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais, promovendo a integração e a verticalização da educação básica à educação superior (IFRO, 2018, p. 17).

Os institutos Federais são equiparados às Universidades Federais. São organizados a partir de estrutura multicampi com a sede em uma reitoria, com finalidades e características múltiplas mantidas exclusivamente com os recursos do governo federal, (Daros, 2019). Têm como finalidade e características a oferta de Educação profissional e Tecnológica com o objetivo de fomentar o desenvolvimento socioeconômico nas localidades, em nível regional e nacional.

Assim, na Cidade de Jarú em 2012 foi implantado o Polo de Educação a Distância e a oferta de quatro cursos de Formação Inicial de: Alimentação Escolar; Infraestrutura Escolar; Multimeios Didáticos e Secretaria Escolar. Com essa implantação, a comunidade de Jarú demonstrou interesse em implantar uma unidade presencial na cidade, e dessa forma, representantes do IFRO e gestores da prefeitura realizaram reuniões e audiências públicas que culminaram na doação de um terreno ao IFRO, concretizado por meio da Lei Municipal nº 1974/2014 (Jarú, 2014).

A criação do *Campus Avançado Jarú* foi inaugurado em 2016. No mesmo ano iniciou a construção da sede do *Campus*. A sede do *campus* foi inaugurada pelo Ministro da Educação (MEC), José Mendonça Bezerra Filho e pelo Reitor do IFRO, Uberlando Tiburtino Leite, em 12 de maio de 2017. Na cerimônia a vistoria das obras em andamento no *campus* foi realizada e a liberação de recursos para as próximas etapas de construção (Jarú, 2016).

Em 5 de setembro de 2017 foi publicada a portaria que alterou a nomenclatura do *Campus Avançado Jarú* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), situado no município de Jarú. Desde então, a unidade passa a ser denominada *Campus Jarú*.

A Resolução nº 62/REIT - CONSUP/IFRO, de 06 de agosto de 2018, dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do *Campus Jarú* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. De acordo com o seu Art. 3º, o *Campus* é subordinado a Reitoria e possui relativa autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, o *Campus Jarú* é uma Unidade que se propõe a ofertar na região onde atua os cursos e serviços que instaurar, conforme sua vinculação ao IFRO e pela legislação em vigor (Ifro, 2018).

O *Campus Jarú* a partir de sua implantação assume a responsabilidade social em ofertar para a população local e regional uma formação cidadã comprometida

com a qualidade e a condição de equidade e de igualdade quanto ao acesso, permanência e êxito dos estudantes.

É nessa perspectiva e diante das necessidades estudantis manifestadas no contexto educacional que o serviço social se insere no *Campus Jarú*. O Assistente Social vai buscar fomentar o acesso dos estudantes a Política de Assistência Estudantil (PAE) a partir dos programas e projetos ofertados pela instituição, principalmente, dos alunos mais vulneráveis. É preciso também fortalecer esse serviço a partir da atuação conjunta da equipe multidisciplinar que vai contribuir para ampliar o acesso desse público a outras políticas públicas.

2.1 O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA EPT: NA PERSPECTIVA DO TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

A educação é um direito do cidadão e um dever do Estado, assegurado na Constituição Federal de 1988. Mesmo com esse aparato legal, as assimetrias sociais continuam aumentando a desigualdade de acesso à educação de qualidade. O que se busca é acessar uma formação que possibilite ao sujeito realizar uma leitura do mundo, ser protagonista de suas escolhas e ter melhores condições de trabalho.

A Educação como política pública e direito social deve buscar promover transformação social e o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas, ou seja, a omnilateralidade. Na perspectiva do Meszáros (2008) é a partir da sua relação com o trabalho e com as expectativas de emancipação das pessoas que a educação se estrutura.

Frigotto (2010) ressalta que a ordem estabelecida pode ser legitimada ou não pela educação realizada nas escolas, já que ela participa ativamente da reprodução social, ideológica e política. Conforme as relações sociais vão sendo definidas na sociedade e suas correlações de forças estabelecidas e disputadas em seu interior, ela se legitima. São práticas sociais, a educação e a formação humana e são estabelecidas pela humanidade de acordo com as especificidades de cada sociedade.

A educação é considerada essencial para o desenvolvimento dos seres humanos e das sociedades. Sua concepção enquanto direito social é consequência da luta dos trabalhadores por sua liberdade. Neste sentido, acessar a educação é

uma necessidade dessa categoria que busca melhores condições de vida (Abreu, 2018).

No decorrer das duas últimas décadas, os Assistente Sociais se inseriram na Política de Educação para responder novas demandas, que surgiram diante de melhores condições de acesso e permanência dos sujeitos nos diversos níveis de escolaridade, por meio de programas de governo, criados devido as pressões de cidadãos políticos que atuavam na sociedade civil (CFESS, 2013).

Dessa forma a inserção do Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica está relacionada à sua colaboração no atendimento às demandas sociais da classe trabalhadora, que tem solicitado o direito à educação e a respostas institucionais por profissionais capacitados para atuar nessas demandas. Com o aumento expressivo da procura pela Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino, ampliam-se o campo de atuação dos Assistentes Sociais, que exercem um papel essencial na formulação, implementação e avaliação de programas direcionados para os estudantes. Porém, esses profisisonais tem enfrentado o desafio de administrar uma demanda superior aos recursos disponíveis, refletindo a realidade das políticas públicas no Brasil. Assim, tem ampliado o número de Assistentes Sociais nas Instituições Federais (Silva, 2023).

A Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, cria os Institutos Federais e apresenta um novo padrão de Educação Profissional e Tecnológica, formando a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Silva, 2020).

Com a ampliação dos Institutos Federais em 2008, Michele (2010), aumentaram a quantidade de vagas para o profissional Assistente Social. Segundo Lessa (2013), os IFs tornaram-se um espaço importante de atuação do Serviço Social, como constatado em 2010, a partir de inúmeros concursos para essa área, onde iriam trabalhar na execução e gestão das atividades do Programa Nacional de Assistência Estudantil.

De acordo com Duarte (2019), com a responsabilidade de realizar ações assistenciais aos estudantes vulneráveis, o Serviço Social foi implantado nos Institutos Federais. Conseqüentemente, pretendia-se garantir a permanência desse público na escola.

A Assistência Estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foi regulamentada a partir do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010,

quando os Institutos Federais começaram a executar as ações de assistência estudantil (Brasil, 2010).

Assim, de acordo com o Art. 2º do Programa Nacional de Assistência Estudantil, são objetivos do PNAES:

I – Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Segundo Abreu (2018), os Assistentes Sociais nos Institutos Federais vão divulgar, implantar e coordenar atividades ligadas ao Programa Nacional de Assistência Estudantil. Visando a formação ampla e a preparação para ingressar no mundo do trabalho, desenvolverão ações socioeducativas, além de atuarem de forma preventiva, diante da violação de direitos sofrida por trabalhadores da instituição, alunos e suas famílias, através do acompanhamento, do reconhecimento e do enfrentamento dessas situações.

Diante disso, refletir sobre a educação na esfera do trabalho profissional do Assistente Social, corresponde em fazer uma análise sobre a definição dessa Política no âmbito global, relacionando-a com o modo de produção capitalista e a forma que ela vai impactar o modo pelo qual a profissão é solicitada a ingressar nesses espaços (Silva, 2020).

De maneira histórica o Assistente Social tem sido um dos profissionais que atuam na implementação de políticas públicas, fortalecendo suas ações diante das requisições que chegam para o Serviço Social nos Institutos Federais.

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (Iamamoto, 2015, p.20).

O Assistente social tem suas atribuições e competências orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres registrados no Código de Ética Profissional de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei. 8.662 de 1993), assim como nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), sejam essas realizadas na educação ou em

qualquer outro espaço (CFESS, 2013).

Conforme o Art. 4º Constituem algumas competências do Assistente Social:

Quadro 1 - Algumas Competências do Assistente Social

Competências Profissionais
Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
Encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
Planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
Planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;
Realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Fonte: Elaborado pela autora (2025), baseado em Brasil (1993).

Rachelis (2020) afirma que as atribuições e competências referem-se ao modo de ser das profissões na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista, conforme a legalidade jurídica, como por exemplo, o Serviço Social, que é uma profissão regulamentada.

“[...] no sentido etimológico, a competência diz respeito a capacidade de apreciar, decidir ou fazer alguma coisa, enquanto a atribuição é uma prerrogativa, privilégio, direito e poder de realizar algo” (Iamamoto, 2012, p. 37).

Dantas (2020) informa que refletir a respeito das atribuições e competências é pensar sobre o modo como se tem construído o fazer profissional do Assistente Social nos diversos locais de atuação, articulando as dimensões ético-política,

teórico-metodológica e técnico-operativa acerca das solicitações institucionais e das condições trabalhistas marcadas pelas mudanças do mundo do trabalho.

De acordo com o Art. 5º são atribuições privativas do Assistente Social:

Quadro 2 - Atribuições Privativas do Assistente Social

Atribuições Privativas
Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
Planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
Assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;
Assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;
Treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
Dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;
Dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;
Elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;
Coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;
Fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;
Dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;
Ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

Fonte: Elaborado pela autora (2025), baseado em Brasil (1993).

Os princípios éticos-políticos que definem a atuação do Assistente Social, por meio das competências teórico-metodológica e técnico-operativa, conduzem suas práticas de forma mais ampla e contribuem para assegurar uma gestão democrática, de qualidade e assertiva da educação pública, um direito que o estado deve efetuar (Neves, 2016).

O Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS-CRESS Serviço Social na Educação elaborou os Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. De acordo com esse documento no âmbito da Política de Educação, o conjunto das competências específicas dos/as assistentes sociais se expressam em ações que devem articular as diversas dimensões da atuação profissional. Segue

algumas dessas dimensões:

Quadro 3 - Algumas dimensões da atuação do Assistente Social

Dimensões	Descrição
Abordagens individuais e junto às famílias dos/as estudantes e/ ou trabalhadores e trabalhadoras da Política de Educação.	Capacidade de enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos sociais, humanos e à própria educação, como também de sua maior visibilidade no âmbito da política educacional, mas não devem constituir na única modalidade de intervenção profissional.
A dimensão pedagógico-interpretativa.	Socializadora das informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, de sua rede de serviços e da legislação social.
A dimensão investigativa.	Ela contribui para a compreensão das condições de vida, de trabalho e de educação da população com a qual atua e requer a adoção de procedimentos sistemáticos de apreensão da realidade social, para além da empiria e de sua aparência e previamente pensados, constando do projeto de intervenção profissional [...]

Fonte: Elaborado pela autora (2025), baseado em CFESS (2012, p. 50-52).

Ainda sobre essa intervenção profissional, o Código de Ética de 1993 aglutina o compromisso da categoria de Assistentes Sociais junto aos diversos segmentos da população e aos desafios para atender as competências profissionais, além de ser referência profissional quanto ao atendimento. Esse código é também processo em construção e se torna efetivo no processo de enfrentamento das condições objetivas e subjetivas que atravessam o agir profissional diariamente (CFESS, 2013).

[...] Segundo o 10º princípio: “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”, apontando para seu significado, suas possibilidades e limites. Faz-se necessário afirmar que a realização deste princípio constitui-se numa possibilidade de dar efetividade aos valores e princípios do nosso projeto ético-político (CRESS, 2013, p. 134).

Dessa forma, a capacitação continuada é necessária, visando aprimorar as suas práticas nas diversas dimensões do fazer profissional do Assistente social. É também um desafio, diante do enxugamento dos gastos públicos e das transformações políticas, sociais e culturais. São dificuldades que se apresentam no cotidiano e que devem ser enfrentadas a partir de estratégias e mediação.

No IFRO *Campus Jaru*, o Assistente Social atua em diversas atividades relacionadas ao planejamento e execução da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES):

- Atendimento social e acompanhamento dos discentes;
- Realiza estudo Socioeconômico (visando a concessão de auxílios estudantis);
- Faz entrevista social;
- Realiza visita domiciliar (quando há necessidade);
- Realiza o acompanhamento da frequência escolar dos discentes cujas famílias recebem o Bolsa-Família e dos alunos bolsistas da PNAES;
- Realiza o acompanhamento e a produção de relatórios dos discentes que recebem a Bolsa Permanência;
- Realiza (encaminhamentos para as Unidades da Saúde, Conselho Tutelar, órgãos da justiça, Ministério Público, dentre outros).

Quanto à articulação com a rede socioassistencial, buscou-se essa prática logo ao chegar ao *Campus*, porém, houve muitas dificuldades para a sua efetivação, pois se percebeu que havia uma rotatividade muito grande de profissionais em alguns órgãos públicos.

Outras competências do Assistente Social na EPT estão voltadas para a contribuição na feitura dos editais de auxílios; na realização, juntamente com a equipe multidisciplinar, de atividades socioeducativas, como rodas de conversa sobre temas diversos (bullying, drogas, empatia etc.); também realiza estudos das questões sociais que interferem nos processos de ensino e aprendizagem; realiza projetos, algumas atividades de cunho administrativo, dentre outras.

De acordo com Lessa (2013), pensar a educação em consonância com os fundamentos da igualdade, da justiça, do direito, da não discriminação e do respeito a pluralidade são definições que fundamentam o projeto ético-político que norteia a profissão do Assistente Social.

Com base nesses princípios, o Assistente Social vai atuar na Educação. Parafraseando Abreu (2017), as solicitações dos discentes e seus familiares que chegam ao Serviço Social, relacionadas à assistência estudantil, estão voltadas à ausência de recursos financeiros para garantir o transporte, a alimentação, a moradia, a saúde, o material escolar, dentre outras. Buscam proporcionar o direito à educação de qualidade, dificultada pelo avanço do desemprego e pelas diversificadas formas de precarização dos serviços.

Nesse cenário, Silva (2023) ressalta que o agir do Assistente Social está posto na conjuntura da relação capital versus trabalho, em que seus acirramentos geram desigualdades sociais no contexto escolar. Diante dessa realidade os profissionais precisam planejar estratégias para superar essas condições no interior das instituições e fomentar possibilidades para ampliar os seus espaços de trabalho. É preciso ter no compromisso ético-político e nas competências profissionais o fundamento para intervir nessa realidade, visando à superação de uma visão que reduz a intervenção na Assistência Estudantil.

Na atualidade, a Educação Profissional e Tecnológica, diante de um caminho permeado por lutas políticas e ideológicas, está direcionada para construir um projeto firmado em princípios que fundamentam uma formação integral para a superação da dicotomia entre a formação específica e a formação geral, alterando o foco do atendimento às demandas do mercado de trabalho para a valorização da pessoa humana. Sendo contrária a educação dual, Duarte (2019) argumenta que o conhecimento crítico e reflexivo é capaz de ofertar ao indivíduo uma formação omnilateral.

A dualidade na educação reflete a própria estrutura do sistema capitalista. Diante disso, Ramos (2018) ressalta que é essencial formar cidadãos qualificados para entender os processos sociais, econômicos, políticos, culturais e do trabalho que se apresentam no cotidiano, propiciando uma conduta mais ética, técnica e política nesse cenário. Assim, direcionados a partir dos interesses coletivos e sociais, espera-se que eles colaborem para transformar a sociedade.

O trabalho pode ser compreendido como uma realização essencial da existência humana (sentido ontológico) e também como uma ação ligada aos processos econômicos, sentido histórico em conformidade com o modo de produção em vigor. A ciência, no que lhe concerne, compreende o conjunto de conhecimentos

produzidos pela humanidade, que promove o avanço produtivo, embora de forma contraditória. Quanto a cultura, ela compreende os valores éticos e estéticos que justificam as normas de conduta que orientam a sociedade (Ramos, 2008) Segundo o referido autor:

Compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência e cultura significa compreender o trabalho como princípio educativo, o que não se confunde com o —aprender fazendo, nem é sinônimo de formar para o exercício do trabalho. Considerar o trabalho como princípio educativo equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, se apropria dela e pode transformá-la. Equivale dizer, ainda, que nós somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade (Ramos, 2008, p.3).

Nessa perspectiva e de acordo com Gramsci (1977), em uma ação educativa voltada para a transformação da realidade social, fundamentada no trabalho como princípio educativo, é essencial que os indivíduos desenvolvam uma compreensão crítica de suas posições sociais e sua inserção no contexto econômico.

Saviani (2007) enfatiza que é impossível compreender a educação sem reconhecer sua dimensão histórica e suas profundas interações com o trabalho. Isso significa que a educação não é um processo isolado, mas que ela está diretamente relacionada ao contexto histórico e social em que se desenvolve. Assim, considerando a relação da educação com as transformações históricas e na formação dos cidadãos ela deve ser pensada de forma integrada.

É nessa conjuntura que o profissional de Serviço social vai desempenhar um papel essencial ao envolver as famílias no processo de conhecimento sobre seus direitos e deveres. O Assistente Social vai atuar na garantia dos direitos do público atendido, abrangendo o acompanhamento aos estudantes em articulação com suas famílias e com a comunidade, o desenvolvimento e a implementação de projetos, bem como, a oferta de orientações, informações e os devidos encaminhamentos (Silva, 2023).

O Serviço Social é uma profissão que faz parte da divisão de trabalho social e técnico, representando uma forma de especialização do trabalho coletivo, conforme especificado por Iamamoto e Carvalho (2006). Nesse sentido, o Serviço Social é uma profissão com uma área de atuação específica, com um papel definido dentro da sociedade e do sistema de trabalho, que envolve conhecimentos técnicos voltados para a resolução de questões sociais.

Segundo Barbosa (2015), com a finalidade de incorporar, em seu projeto

ético-político a construção da cidadania, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, crítica e produtiva, a profissão foi reconhecida como uma especialização dentro do trabalho coletivo.

Ao abordarmos o Serviço Social na Educação, partimos da premissa de que o Serviço Social e a Educação são áreas correlatas, em conformidade com Souza (2005):

[...] Educação e Serviço Social são áreas afins, cada qual com sua especificidade, que se complementam na busca por objetivos comuns e projetos político-pedagógicos pautados sob a lógica da igualdade e da comunicação entre escola, família, comunidade e sociedade (Souza, 2005, p.39).

É nessa conjuntura que se encaminha a construção da relação trabalho-educação nos diversos espaços educativos da atualidade, impactada pelas novas dinâmicas tanto do trabalho quanto da educação. É também neste contexto que o Serviço Social se insere, influenciando a construção das identidades dos/as assistentes sociais nas instituições federais da educação (Garcia; Silva, 2010).

Mesmo com a ampliação de Assistentes Sociais contratados e de produções e trabalhos na área da educação e na atuação profissional, esse campo ainda apresenta enormes possibilidades a serem exploradas, pois é ampla e diversa as demandas que se apresentam para a intervenção do assistente social. Além disso, a Política de Educação no Brasil é diversificada e caracterizada por sua complexidade, com peculiaridades em cada nível de ensino, como legislações específicas para cada modalidade, atribuições dos entes federativos, municipais e estaduais (CFESS, 2013).

O exercício profissional do/a Assistente Social na educação não deve ser visto como algo recente, pois está presente desde os primeiros momentos da profissão, como uma resposta às exigências das classes dominantes, que buscavam a formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora, com base num modelo educacional necessário para garantir as condições de reprodução do capital em diversos ciclos de crescimento e de dificuldades (CFESS, 2012).

As mudanças no mundo do trabalho e no contexto do Estado capitalista fazem com que o campo educacional ganhe novas dimensões e significados. Nesse novo cenário, por sua posição estratégica, a educação se torna um espaço relevante para a atuação dos assistentes sociais.

A educação e suas novas definições é analisada por Almeida (2000a) como um espaço em que o Assistente Social pode atuar com base em dois fatores: O primeiro refere-se à posição estrategicamente ocupada pela educação dentro do processo de adaptação e inserção do Brasil na dinâmica capitalista global. O segundo fator envolve o movimento interno da categoria, que tem buscado ampliar o alcance do campo educacional, redefinindo seus espaços e estratégias de atuação no contexto contemporâneo.

Na perspectiva do trabalho como princípio educativo, Silva (2023) relata que os Assistentes Sociais são levados a uma reflexão de maneira crítica sobre esse espaço de atuação, analisando a política pública de educação profissional e seu papel na sociedade atual. A busca por uma formação crítica voltada à preparação do trabalhador, que sustenta os princípios da EPT, é um elemento essencial na tentativa de conectar ciência, trabalho, cultura e tecnologia. Os estudantes ao assimilar o trabalho como princípio educativo não ingressarão no mercado de trabalho como mão de obra alienada. O intuito é que os Institutos Federais lhes ofereçam essa formação crítica e reflexiva, preparando-os para uma atuação consciente no e para o trabalho.

Coaduno com Almeida (2003) ao considerar que refletir sobre a presença do Assistente Social na educação exige uma análise de caráter político acerca do papel social da profissão, mirando na defesa e na promoção dos direitos sociais a partir das políticas sociais.

A perspectiva de educação que sustenta a práxis profissional do Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica é aquela que prioriza uma formação centrada no ser social, considerando os valores éticos, o exercício profissional, bem como o estímulo à criatividade intelectual, artística e afetiva. Essa perspectiva procura romper com o individualismo, os preconceitos e outras limitações, consolidando uma educação crítica e emancipadora (Duarte, 2019).

Ademais, uma indicação relevante na expansão do Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional é a narrativa que destaca a funcionalidade da educação na superação da pobreza e da desigualdade social, principalmente, pelo aumento do tempo de escolarização da população. Contudo, isso não implica automaticamente na demanda pela intervenção do Assistente Social na Política de Educação, pois tal

demanda depende das estratégias inovadoras pelo Estado na condução da política educacional (Silva, 2023).

Miranda e Oliveira (2021) corroboram que a postura profissional e o compromisso do Assistente Social em difundir para a comunidade acadêmica a abrangência de suas atribuições, os diversos espaços em que ele pode atuar e as ações de assistência estudantil, contribuem para desconstruir julgamentos inverídicos relacionados com essa política.

Dessa maneira, a assistência estudantil vem se consolidando como uma política essencial na garantia e permanência de direitos básicos, mas também na busca por uma formação integral dos estudantes. Portanto, ela deve abranger não apenas a classe empobrecida, mas se efetivar de forma mais ampla, ofertando ações que alcancem todos os estudantes, numa ótica de política universal (Dutra; Santos, 2017).

É preciso realizar ações intersetoriais e interdisciplinares; atender as demandas individuais e coletivas dos estudantes, suas famílias e da comunidade acadêmica, buscando ampliar direitos. O Assistente Social pode realizar atividades socioeducativas como, desenvolver rodas de conversa e campanhas abordando temas transversais, necessárias a formação integral dos alunos; escutar, orientar e encaminhar os usuários dessa política.

Está presente também nos espaços de diálogo com docentes e técnicos, tais como conselhos de classe, comissões de trabalho, grupos de estudos e processos de elaboração e discussão dos documentos norteadores da instituição. Nesses espaços, a direção educativa do trabalho dos/as assistentes sociais é relevante.

É preciso esclarecer ideias equivocadas que reforçam que as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Assistência Estudantil são de competência exclusiva do Assistente Social. O PNAES precisa ser entendido como um direito social, que contribui para romper com concepções produzidas ao longo da história, das intervenções realizadas pela assistência estudantil como sendo assistencialista; para isso, é necessário realizar o trabalho coletivamente e articulado com vários profissionais da educação (Miranda; Oliveira, 2021).

A partir da Lei Nº 14.914, de 3 de julho de 2024, O Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, tornou-se Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES e traz em seus artigos uma concepção mais ampla desta Lei. O

seu objetivo vai além de realizar a concessão de auxílios estudantis, numa ótica de algo emergencial, mas, ela proporciona o acesso e a continuidade dos estudantes na instituição; se propõe a promover a inclusão, o desenvolvimento integral e combater as desigualdades sociais

Podemos compreender que:

[...] o trabalho do/a assistente social, no campo da educação, não se restringe ao segmento estudantil e nem as abordagens individuais. Envolve também ações junto às famílias, aos professores e professoras, aos demais trabalhadores e trabalhadoras da educação, aos gestores e gestoras dos estabelecimentos públicos e privados, aos/às profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais, ou seja, ações não só de caráter individual, mas também coletivo, administrativo-organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional (CFESS, 2013, p. 38).

O Assistente Social no campo educacional tem diversas possibilidades de atuação, especialmente, na Assistência Estudantil. No entanto, o seu trabalho não se limita às demandas de auxílios e serviços apresentados pela instituição educacional, uma vez que os sujeitos que buscam esse atendimento também possuem demandas sociais e individuais. Devido à elevada quantidade de ações para a assistência estudantil, via estudo socioeconômico, o número enorme de inscrições, o tempo pequeno dos editais, o número pequeno de trabalhadores, repetidamente, limita o fazer profissional do Assistente Social, submetendo-o a práticas rotineiras, repetitivas e burocráticas nas seleções (Goin; Miranda, 2021).

Conforme Martins (2012) é preciso atenção do Assistente Social, para que no âmbito educacional ele não limite suas práticas a análises reducionistas, endógenas, fragmentadas e individualistas dos sujeitos, mas contextualizá-lo de forma mais ampla na sociedade, fazendo uma análise das intervenções existentes na trama social. Assim, esse profissional vai intervir nas relações sociais a partir de estratégias de superação das desigualdades, ampliando o acesso aos direitos sociais pelas demandas coletivas.

Nos Institutos Federais, o Assistente Social, pode realizar de forma articulada o seu trabalho, já que faz parte de uma equipe multiprofissional, ampliando sua visão das diferentes dimensões existentes no processo educacional. Dessa forma, várias demandas chegam ao Serviço Social por meio desses profissionais, principalmente, do professor, que por estar diariamente com os discentes em sala de aula, consegue identificar várias situações e problemáticas sofridas por eles, e assim, passam a

encaminhar essas demandas, que também são encaminhadas por psicólogos, pedagogos e demais profissionais (Abreu, 2018).

Assim, é essencial que o Assistente Social no espaço ocupacional de assistência aos alunos, apreenda e se apropriem dos processos contraditórios existentes. Colocado em uma política que têm características universais, ela também é focalizada e limitada quanto à concessão de benefícios; há conflito de interesses de classes sociais distintas e como se relacionam com o Estado, que conduz a garantia ou não dos direitos sociais na educação (Goin; Miranda, 2021).

A educação como campo da ciência pode contribuir para privilegiar ou desfavorecer os sujeitos. Aspirando fortalecer o Projeto Ético-Político, o exercício profissional do Assistente Social no âmbito educacional, presume uma educação que emancipe os indivíduos e possibilite que eles desenvolvam potencialidades, capacidades e sejam protagonistas de suas histórias (CFESS, 2013).

Segundo Kuenzer (2017), uma das maiores demandas colocadas aos Assistentes Sociais, nos Institutos Federais, é realizar estudos socioeconômicos, objetivando conhecer as demandas do PNAES, que são referentes aos discentes em situação de vulnerabilidade social.

Os estudos socioeconômicos/estudos sociais [...] consistem num conjunto de procedimentos, atos, atividades realizadas de forma responsável e consciente. “Contém tanto uma dimensão operativa quanto uma dimensão ética e expressa, no momento em que se realiza a apropriação pelos assistentes sociais dos fundamentos teórico-metodológico e ético político da profissão em determinado momento histórico” (Mioto, 2009, p. 487).

O estudo socioeconômico deve superar o caráter de seleção e ter como fundamento a universalidade, em que as necessidades básicas de alimentação, moradia e transporte, sejam considerados essenciais, assim como, os livros da biblioteca e o professor em sala de aula. Realizado pelo Assistente social, o estudo socioeconômico, propicia conhecer a realidade dos estudantes de maneira micro e macro. Quando realizado de forma aprofundada e ajustado aos interesses dos usuários, pode delinear a percepção referente aos direitos assegurados na constituição, uma vez que confirma o entendimento de que para acessá-lo de forma ampla, à educação ao estudante, necessita assegurar e atender as necessidades intrínsecas ao processo educativo (Goin; Miranda, 2021).

Silva (2020) enfatiza que a política de educação é um dos espaços sócio-ocupacionais em que o profissional do Serviço Social se insere, dentre outros.

Compreendida de forma macro, ao conceder a construção de valores que orientam a sociedade, ela permite reproduzir relações sociais definidas nesse espaço. Ressalta-se que existem sentidos diversos da educação, nos diferentes contextos sociais, e que ela se transforma constantemente. Gadotti (2012) declara que se adequar aos padrões já existentes e aos modelos estabelecidos é o objetivo fundamental da educação.

Sendo assim,

[...] a educação, como instrumento social possibilita a reprodução da ideologia dominante ou o desenvolvimento de uma cultura contra hegemônica, que instrumentalizará o homem para se opor às diferentes formas de opressão e alienação, próprias da sociedade capitalista (Martins, 2012, p. 35).

Algumas ações são necessárias para contribuir com uma educação² que promova uma cultura contra-hegemônica. Utilizar estratégias, capacitações que fomentem práticas de inclusão, de integração das famílias nas comunidades escolares e utilização de métodos que fomentem o pensamento crítico a participação ativa dos educandos são práticas que fortalecem o ato de resistir e se opor à ideologia dominante e as relações de poder vigentes.

São nesses espaços de disputa que o Assistente Social vai dialogar, criar estratégias diversas de intervenção social. Segundo Iamamoto (2014), parece ser indispensável um profissional que defenda o seu espaço de trabalho, suas habilidades e atribuições. O exercício profissional requer uma pessoa com conhecimentos para propor e negociar com a instituição seus projetos. É preciso ir além das rotinas da instituição, assimilar as realidades e as forças existentes, as tendências e as possibilidades, podendo ser apropriadas e transformadas pelo Assistente Social em projetos profissionais.

Segundo Faleiros (2011), o saber é um modo de responder aos problemas, de desaprovar ou defender a estrutura social, de enfrentar ou evitar conflitos, de buscar a transformação da sociedade ou dar continuidade ao que está posto, e se situa diante da relação das forças sociais e da luta de classes. Por isso, conhecer é práxis, visão de mundos divergentes perante as relações sociais e da correlação de forças.

² Neste texto o conceito de educação abrange também aquele definido no artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da educação – LDB.

Assim, sistematizar as ações profissionais vai fortalecer o compromisso, os objetivos, os valores e os princípios estabelecidos, o que vai favorecer o protagonismo da classe trabalhadora, perante os limites impostos pelo capitalismo, atuando para acessar direitos e construir alternativas para consolidar e realizar processos que visem à emancipação (Vasconcelos, 2015).

Ademais, Iamamoto (2015) ressalta que desenvolver um trabalho guiado pela qualidade dos serviços oferecidos, é necessário; firmado na universalização dos serviços públicos e no comprometimento ético-político relacionado com o interesse da coletividade demandante.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 194, parágrafo único, dispõe sobre o princípio da universalidade e estabelece que o Poder Público deve organizar a seguridade social de forma universal. Assim, todos devem ter acesso a serviços e atendimentos, sem qualquer tipo de discriminação (Brasil, 1988).

A atuação e consolidação do Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica vão depender das condições para criar políticas educacionais que desenvolvam os sujeitos e de proteção aos discentes. Martinelli (2011) contribui com essa ideia, quando enfatiza que para avançarmos na elaboração de direitos e na proteção da ética, precisamos efetivar práticas socioeducativas, fundamentadas na correlação entre educação, cidadania e direitos sociais, buscando equidade, justiça e autonomia.

2.2 O SURGIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DO *CAMPUS* JARU

De acordo com o Artigo 2º do Regimento Interno do *Campus* Jaru, ele é integrante da estrutura do Instituto Federal de Rondônia, criado por meio da Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com sede e foro no município de Jaru, Estado de Rondônia.

O IFRO É uma Instituição que faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, surgiu devido à integração da Escola Técnica Federal de Rondônia, naquele momento com previsão de implantação de unidades em Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena, e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste (IFRO, 2021).

Em 2012 foi implantado o Polo de Educação a Distância na Cidade de Jaru,

em atendimento aos pedidos por parte de autoridades da educação do município de Jarú no sentido de ofertar cursos profissionalizantes aos cidadãos da região. Iniciou-se às atividades de ensino com a oferta de quatro cursos do Programa de Formação Inicial em Serviços dos Profissionais de Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (PROFUNCIONÁRIO), com abertura de 200 vagas para atendimento aos servidores públicos do município e região, com os seguintes cursos: Alimentação Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos e Secretaria Escolar (IFRO, 2016).

A oferta dos cursos foi via Educação a Distância (EAD), através de uma parceria com o IFPR – Instituto Federal do Paraná, com o objetivo de oportunizar qualificação profissional aos servidores públicos que trabalhavam na área de apoio técnico (merendeiras, zeladoras e agentes administrativos) da educação estadual e municipal de Jarú. Os cursos foram muito importantes para o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores e com um alto percentual de aproveitamento acadêmico e baixa evasão. É relevante informar que, de acordo com o trabalho de acompanhamento dos egressos, muitos alunos tiveram suas vidas transformadas para melhor após concluírem os cursos realizados pelo IFRO, por exemplo, mudando de função dentro da instituição onde eram lotados. Esses estudantes eram matriculados no *Campus* Ariquemes, mas eram atendidos em Jarú. Os encontros presenciais ocorriam uma vez por semana (IFRO, 2021).

Com a finalidade de ampliar as atividades do IFRO no estado e atender um maior número de pessoas, em 2013 deu-se início ao processo de implantação da Unidade de Educação Profissional de Jarú – UEP Jarú, vinculada ao *Campus* Ji-Paraná, cuja finalidade era atender às necessidades de oferta de educação profissional gratuita à comunidade do município e adjacências pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Porém, tal demanda não foi atendida.

O *Campus* Porto Velho Zona Norte ofertou em 2013 os cursos Técnico em Informática e Técnico em Finanças. E em parceria com o IFPR – Instituto Federal do Paraná, também ofertou o Curso Comunitário de Saúde. Entretanto, não houve continuidade, pois o IFPR cancelou o referido curso por motivos adversos. Assim, para não prejudicar os alunos, o *Campus* Zona Norte disponibilizou aos alunos o curso de Cuidador de Idoso.

A partir disso, intensificaram as manifestações de interesse por parte de autoridades locais para que fosse implantada uma unidade de ensino do IFRO em Jarú. Mediante o ofício 138, de 21 de fevereiro de 2013, o Executivo Municipal de Jarú considerou a atuação do Instituto como destaque na formação de pessoal e oficializou a intenção da Prefeitura em receber um *Campus*, com os seguintes argumentos:

O Município possui economia expressiva, sendo a 2ª maior bacia leiteira per capita do país e a maior da Região Norte.

Há 52.005 habitantes no Município, dentre os quais 15.210 são jovens e adultos entre 15 e 29 anos de idade.

O PIB per capita é de R\$ 15.266,27, contra R\$ 12.449,57 da cidade vizinha com número de habitantes que mais se aproxima daquele de Jarú: Ouro Preto do Oeste; considera-se ainda que o PIB per capita é maior que o de Cacoal, Colorado e Ariquemes, onde já existem *Campus* do IFRO instalados.

Jarú possui o maior frigorífico do Estado, três laticínios, expressiva produção de peixe e comércio significativo.

O Município atende administrativamente as áreas de Governador Jorge Teixeira, Theobroma e Vale do Anari, envolvendo uma população de aproximadamente 100.000 pessoas; além disso, aproxima-se dos Municípios de Nova União, Ouro Preto do Oeste, Mirante da Serra e Vale do Paraíso, num total que atinge quase 20.000 km².

A Prefeitura se compromete em doar um terreno para a construção do *campus* e dispor uma escola com infraestrutura necessária para a instalação inicial da Unidade (IFRO, 2016, p. 1).

Desse modo, representantes do IFRO e gestores da prefeitura realizaram muitas reuniões, audiências públicas e ações para firmarem parcerias. Resultou que, com a participação da comunidade, autoridades do Ministério Público e outras autoridades locais decidiram-se pela doação de um terreno ao IFRO. Apenas após a aprovação da cessão do terreno pela comunidade, através de audiência pública, passou-se para a deliberação final dos senhores vereadores. Finalmente, a Câmara Municipal de Jarú através da Lei Municipal nº 1974/2014, autorizou o executivo municipal a doar o imóvel onde antes funcionava a EXPOAJA – Exposição Agropecuária de Jarú (JARU, 2014).

Logo, no dia 22 de dezembro de 2014 foi entregue o imóvel ao IFRO, a partir de uma solenidade oficial, para a construção de mais uma unidade de ensino – o *Campus* Jarú. O imóvel ficava situado na Av. Otaviano Pereira Neto, 874 – setor 2, o terreno era plano, todo cercado, com muro frontal em toda a sua dimensão e algumas construções já feitas, envolvendo barracões, boxes e outras pequenas estruturas. A área é de aproximadamente 50.000 metros quadrados, o qual já está

escriturado em nome do IFRO e pertence a área urbana do município.

A portaria Nº 378 de maio de 2016 autoriza a criação do Campus Avançado Jaru. Logo em seguida inicia a construção da sede do *Campus*. A princípio, um bloco com três salas de aula e banheiros. Dessa forma, o polo de educação a distância (com os cursos Técnico em Finanças Subsequente e Técnico em Cooperativismo Concomitante) que funcionava em um prédio cedido pela prefeitura, foi transferido para as instalações do *Campus* Avançado de Jaru (IFRO, 2016).

O *Campus* foi implantado e em seguida a equipe de gestores da unidade procedeu com várias reuniões com os setores acadêmicos, políticos e educacionais do município objetivando apresentar a rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o Instituto Federal de Rondônia (IFRO), o seu crescimento em todo o Estado e como o Campus Avançado de Jaru realiza um papel considerável na transformação social do município e da região, por meio de sua importante função no processo de realizar articulação de agentes públicos e privados da região, com a intenção de buscar o desenvolvimento socioeconômico regional, de modo cooperativo e sustentável.

A sede do *campus* foi inaugurada pelo Ministro da Educação, José Mendonça Bezerra Filho e pelo Reitor do IFRO, Uberlando Tiburtino Leite, no dia 12 de maio de 2017. As obras que estavam em andamento no *Campus* nesse período foram vistoriadas durante a cerimônia, bem como foram liberados recursos para as etapas seguintes da construção. Naquele momento, também estava em andamento as obras para a construção de outro bloco com salas e laboratórios com o objetivo de ampliar a oferta de cursos para o município e região.

De acordo com a Portaria do MEC Nº 1.053, em 5 de setembro de 2017 o nome do *Campus* Avançado Jaru do IFRO foi alterado para *Campus* Jaru.

Segundo a Resolução Nº 62/REIT - CONSUP/IFRO, de 06 de agosto de 2018, em seu Art. 3º. O *Campus* Jaru é uma Unidade de Ensino subordinada à Reitoria e com relativa autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, destinado a oferecer, na região ou regiões onde atua, os cursos e serviços que instituir, no limite interposto pela sua vinculação ao IFRO e pela legislação vigente.

Em 2018 passou a oferecer os cursos: Técnico em Comércio Concomitante e Subsequente. Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante, Subsequente e

integrado ao Ensino Médio, Técnico em Alimentos Concomitante, Mediotec e Integrado ao Ensino Médio e Técnico em Cooperativismo. Em 2019 passou a ofertar bacharelado em Medicina Veterinária e Técnico em Agronegócio Subsequente ao Ensino Médio; lançado nesse ano o primeiro Curso de Pós-graduação lato Sensu em MBA de Gestão de Instituições Públicas em parceria com o Campus Zona Norte (IFRO, 2016).

Hoje, a unidade oferta os cursos de: Técnico em Zootecnia; Técnico em Alimentos; Técnico em Comércio; Técnico em Segurança do Trabalho; Tecnólogo em Gestão Comercial; Tecnólogo em Gestão Pública; Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio, Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente ao Ensino Médio, Bacharelado em Medicina Veterinária. Oferta ainda os cursos de formação inicial e continuada em diversas áreas. Desenvolve projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão (SUAP/IFRO, 2024).

O *Campus Jarú* participa de projetos estratégicos a nível estadual, como a Escola de Chocolate. Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional a estrutura física da Unidade continua crescendo e está previsto novos cursos técnicos, de graduação e pós-graduação para ampliar ainda mais os atendimentos à comunidade com cursos públicos, gratuitos e de qualidade, alinhados com os arranjos produtivos locais e colaborando com o desenvolvimento local e regional (JARU, 2023).

Conforme o § 1º do Art. 3º do Regimento Interno do *Campus Jarú*, o campus tem por finalidades e características produzir, disseminar e aplicar conhecimentos profissionais por meio de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito da educação profissional e tecnológica (EPT), em todos os seus níveis e modalidades para o desenvolvimento geral, em conformidade com os princípios e finalidades estabelecidos no Estatuto e as projeções apresentadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRO.

Segundo o § 2º desse mesmo artigo,

O Campus oferecerá serviços que contribuam para o desenvolvimento global e profissional de pessoas e grupos, bem como para o progresso socioeconômico local, regional e nacional, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da integração com as demandas da sociedade e dos setores produtivos (IFRO, p. 12, 2018).

O *Campus* possui atualmente 81 profissionais, sendo 60 Docentes (45 efetivos e 15 substitutos) e 21 Técnicos Administrativos em Educação, e, um total de

645 alunos, 521 presenciais e 124 na modalidade à distância - EAD.

O IFRO tem se consolidado na oferta de unidades presenciais e ampliado às possibilidades de atendimentos das demandas da sociedade. Nesse processo, a instituição expandiu seu alcance para além das fronteiras do estado de Rondônia e tem mantido polos de Educação a Distância, também em outros estados, tais como Paraíba, Pernambuco, Minas Gerais e na Bolívia (IFRO, 2022).

2.3 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) NO IFRO: HISTÓRICO, ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO NO *CAMPUS* JARU

A Assistência Estudantil na Educação brasileira, segundo Miranda (2022) é marcada por uma trajetória histórica, em que suas ações foram influenciadas pelo contexto sociopolítico e condições econômicas do país. A União Nacional dos Estudantes (UNE), e o organismo que tem realizado as reivindicações do movimento estudantil a favor das solicitações acadêmicas, Garrido (2012, p. 05). Segundo esse autor:

A assistência estudantil, [...] tem oscilado historicamente. Por vezes, as iniciativas tornam-se mais expressivas, isso porque buscam atender às pressões advindas dos movimentos sociais, notadamente do movimento estudantil. Em outros momentos as ações são mais tímidas, em decorrência da influência mais robusta dos grupos hegemônicos, no controle sobre as ações do Estado.

Dentre as normativas que regulam a educação e contextualizam historicamente o percurso histórico da assistência estudantil citamos a Constituição Federal de 1988 (art. 205, caput), onde preconiza que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, tendo como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, inciso I) (BRASIL, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) também justifica a assistência estudantil em seu artigo 3º, inciso I.

Desde a fundação da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) ela vem demonstrando apreensão com a política social de assistência aos estudantes. Isso possibilitou criar o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), com a finalidade de debater e fortalecer as ações elaboradas pelas Instituições Federais de

Ensino Superior - IFES (FONAPRACE, 2008).

A partir da metade de 1984 os Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis das IFES se reuniram preocupados com as políticas de promoção e apoio aos estudantes. Vários documentos produzidos em encontros regionais e nacionais demonstravam essa preocupação relacionada à permanência dos estudantes nas universidades, a partir de condições mínimas necessárias que garantissem um ensino de qualidade. Vários documentos foram gerados, e neles o MEC sempre insistiu na necessidade de definir políticas de ação para atender as posições definidas pelos Pró-Reitores (FONAPRACE; ANDIFES, 2012).

Com o propósito de fortalecer as políticas estudantis dentro das Universidades brasileiras, o FONAPRACE foi criado em 1987, em um contexto histórico onde finalizava o regime militar. Dessa forma, se desenhava um momento propício para debater sobre a assistência estudantil (Martins, 2020).

Essa fase de avanço na construção do Estado democrático de direito, coincidiu com a criação do Fórum. Esse evento contribuiu para a tomada de decisões registradas em documentos próprios, que demonstraram a necessidade de definir políticas que oportunizassem o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos alunos que estivessem em situação de vulnerabilidade social (FONAPRACE, 2008).

Em 2001 foi criado, com a mediação do FONAPRACE, o Plano Nacional de Assistência Estudantil e, em 2007, junto com o MEC, começaram a construir o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, instaurado pela Portaria Normativa n. 39 de 12 de dezembro de 2007. Esse marco na história de luta pela Assistência Estudantil no Brasil foi uma conquista muito importante para todos os que lutaram para que essa pauta fosse incorporada na agenda governamental (Dutra e Santos, 2007).

Dessa forma, no dia 19 de julho de 2010, visando garantir o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na educação superior pública federal instituiu-se o Decreto nº 7.234, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (BRASIL, 2010).

Pouco mais de uma década após a publicação do Decreto nº 7.234, com o propósito de assegurar a efetividade de suas ações por meio de políticas de estado,

respaldada por uma lei, foi criada a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a partir da lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024.

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, a Resolução Nº 23/REIT - CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018 aprovou o Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE).

Com fundamento no art. 2º do Programa Nacional da Assistência Estudantil – PNAES – e a com base na Resolução Nº 38/REIT-CONSUP/IFRO, de 17 de agosto de 2017, que dispõe sobre a aprovação do Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO –, a Política de Acesso, Permanência e Êxito do IFRO visa dar prioridade à permanência e ao êxito do estudante sempre atuando para:

- Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- Reduzir as taxas de retenção e evasão;
- Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação;

De acordo com o § 1º do Art. 5º da Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), as ações de assistência estudantil do PAE serão desenvolvidas mediante a concessão de benefício direto ao estudante assistido pelo programa e direcionadas a: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, atendimento pré-escolar a dependentes, apoio pedagógico, acesso, participação, aprendizagem e acompanhamento pedagógico de estudantes:

- a) Com deficiência, nos termos da legislação;
- b) Com transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades e superdotação;
- c) Beneficiários de políticas de ação afirmativa estabelecidas na legislação (BRASIL, 2024);

De acordo com Resolução Nº 65/CONSUP/IFRO, de 29 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação,

Ciência e Tecnologia de Rondônia, a Coordenação de Assistência Estudantil é o setor que atua com as condições sociais que influenciam na formação acadêmica e com as políticas de favorecimento ao ingresso e permanência dos educandos nos cursos regulares do IFRO (IFRO, 2015).

Conforme o §1º do Art. 1º da Resolução Nº 23/REIT - CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018, deverão ser analisados os critérios de vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes para que seja desenvolvido o Programa de Assistência Estudantil que requerem auxílio financeiro do PNAES.

Entende-se por vulnerabilidade socioeconômica o conjunto de incertezas, inseguranças e riscos, enfrentados quanto à fragilização de vínculos familiares e ao acesso e atendimento às necessidades básicas de bem estar social, que envolve condições habitacionais, sanitárias, educacionais, de trabalho, de renda e de bens de consumo, sendo que tal vulnerabilidade pode ser agravada em estudantes indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, com necessidades educacionais específicas, entre outros (IFRO, 2018, p. 04).

Considerando que no decorrer dos anos 2000 a Assistência Estudantil nos Institutos Federais se tornou mais notória, pois ao tempo em que as vagas para acessar essas instituições foram ampliadas, havia a necessidade de combater a evasão escolar nesse espaço. Assim, Kowalski (2012) enfatiza que as Políticas de Assistência Estudantil estão direcionadas para um público estudantil em condições de vulnerabilidade socioeconômica, inseridos em critérios de elegibilidades e condicionalidades. Tais critérios ilustram o processo de assistencialização progressivo das políticas sociais, nesse caso, busca equacionar as solicitações postas aos conceitos de acesso e permanência na escola.

No *Campus Jaru* a assistência estudantil é fundamentada nos seguintes documentos legais: Decreto n.º 7.234/2010 – PNAES; Resolução Nº 23/REIT - CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO; Resolução Nº 26/REIT - CONSUP/IFRO, de 04 de abril de 2018, que dispõe sobre a aprovação do PAPE - Política de Acesso, Permanência e Êxito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO; Instrução Normativa 1/2020/REIT - PROEN/REIT, que dispõe sobre a execução da Política e dos Programas de Assistência Estudantil, bem como orienta a utilização dos recursos provenientes do Programa Nacional de

Assistências Estudantil – PNAES.

Segundo o Regimento Interno do *Campus Jarú*, Art. 18, a Coordenação de Assistência ao Educando (CAED), vinculada à Diretoria de Ensino, é o setor responsável pela elaboração, coordenação e desenvolvimento de planos, programas e projetos de assistência estudantil, assessoramento pedagógico e promoção social, visando o desenvolvimento físico, psíquico e social dos discentes do *Campus*, por meio de ações que favoreçam a permanência e êxito no processo de formação dos estudantes (JARU, 2018).

Quanto à execução e gestão dos programas de assistência estudantil, a Comissão de Elaboração de Editais, Análise e Concessão de Auxílios (CEAC) é a responsável. Ela é criada a partir de portaria emitida pela direção-geral do *Campus*, sendo presidida pelo assistente social, porém, na sua ausência e/ou impedimento poderá ser substituído por outro profissional da CAED.

No *Campus Jarú*, os Programas de Assistência Estudantil são permeados por uma análise documental realizada por toda a equipe da CAED. As visitas domiciliares, que tem como objetivo conhecer mais de perto a realidade do estudante acontece em algumas situações.

A falta de servidores, o tempo gasto em atividades administrativas, o tempo curto dos editais, colabora para que não seja realizado, de fato, um estudo socioeconômico. Devido ao quadro de servidores reduzidos, todos os profissionais, inclusive, a Assistente Social, realiza outras atividades que não são pertinentes as suas competências e atribuições. No caso específico do Assistente Social, algumas atividades burocrático-administrativas que acabam reduzindo o alcance da atuação desse profissional e atinge a sua relativa autonomia profissional.

De acordo com Iamamoto (2011) a burocracia é a racionalidade característica do Estado, isto é, em defesa dos interesses gerais, são gerados formalismos excessivos, generalizando os indivíduos e sujeitando os profissionais a processos repetitivos e burocráticos, entre eles, o/a Assistente Social.

Esses procedimentos burocráticos também acontecem durante o processo de concessão dos auxílios, em que são realizados agendamentos com os estudantes selecionados no processo seletivo, com o objetivo de serem realizadas entrevistas com esses discentes e uma análise documental. Após essa etapa é verificado se ele/ela tem ou não perfil para receber o auxílio, conforme critérios pré-estabelecidos

nos editais, que objetiva escolher aqueles que mais precisam, já que não há recursos suficientes para que todos sejam contemplados, o que contribui para reproduzir uma lógica excludente.

Esse caráter atribuído e assumido pelas ações de AE nas instituições pode se configurar como uma grande armadilha para o trabalho profissional do/a assistente social, tensionado exponencialmente em períodos de desmonte das políticas sociais, pois quanto menos orçamento mais “costuma-se” acirrar os processos seletivos na busca por “identificar” os que mais precisam, incorrendo em ações policiaiscas de excesso de controle e comprovação da miséria, remontando às antigas requisições profissionais de selecionar os mais pobres entre os pobres (Dantas, 2020, p. 176).

Sendo assim, Fernandes (2018) aponta que o PNAES pretende viabilizar ações para eliminar ou diminuir as correntes repetências, evasão e abandono dos discentes dos IFs, que têm suas trajetórias educativas interrompidas pelos processos históricos das desigualdades sociais, nas quais citamos: acesso precário aos serviços básicos da Política de Saúde e de Transporte, violência doméstica e familiar, envolvimento com drogas lícitas e ilícitas, desemprego, informalidade, preconceitos nas mais variadas formas, no âmbito interno ou externo ao espaço educacional, baixo rendimento educacional etc.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES deve propor suas ações de forma articulada com a pesquisa, o ensino e a extensão, conforme estipulado no Art. 3º do Decreto nº 7.234, que propõe uma educação emancipadora, que promova o desenvolvimento integral do estudante.

Os Programas de Assistência Estudantil no *Campus Jarú* são desenvolvidos pela Coordenação de Assistência ao Educando – CAED e de forma articulada com outros setores do *Campus* e acompanhados/supervisionados pela Coordenação de Assistência Estudantil – CAE, no âmbito da Pró-Reitoria de Ensino.

Em conformidade com o Art. 3º do Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE) do IFRO, o *Campus Jarú* desenvolve seus Programas de Assistência Estudantil (PAE) em articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e, tem como princípios: a Supremacia do atendimento às necessidades socioeconômicas; a defesa da justiça social e respeito à diversidade; a melhoria do desempenho acadêmico; a prevenção nas situações de retenção e evasão; a divulgação ampla dos benefícios, bem como dos critérios para o seu acesso (IFRO, 2018).

Esses programas desenvolvidos no referido *Campus*, dividem-se em duas formas de atendimento: atendimento universal aos estudantes e atendimento aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

O Programa de atendimento universal é para todos os estudantes que estejam regularmente matriculados, com a finalidade de contribuir com ações de atendimento às necessidades educacionais, biopsicossocial e de incentivo à formação acadêmica, visando o desenvolvimento integral dos mesmos no processo educativo. Ele será desenvolvido pelo Programa de Atenção à Saúde e Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – PROSAPEX, que será desenvolvido por meio de projetos, ações e atividades, tais como:

I. Ações de atenção à saúde e apoio biopsicossocial, visa trabalhar na perspectiva da promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos, assistência biopsicossocial inicial aos estudantes do IFRO e para aquisição de órtese e prótese, pagamentos de consultas ou exames em caráter de urgência (que não possam ser atendidos pelo SUS).

a) Para aquisição de órtese e prótese, pagamento de consultas ou exames, o estudante deverá apresentar ao setor de Assistência do Educando três cotações com os respectivos valores do objeto requisitado e comprovar a vulnerabilidade socioeconômica, conforme estabelecido neste regulamento.

II. Ações de acompanhamento e suporte ao ensino, tem como propósito desenvolver ações voltadas ao atendimento do estudante com baixo desempenho acadêmico, com necessidades educacionais específicas ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visando a conclusão do curso.

III. Ações Pró-cidadania, propõe o desenvolvimento de ações articulando ensino, pesquisa e extensão com o objetivo de contribuir para o pleno desenvolvimento do estudante e seu preparo para o exercício dos direitos culturais e de cidadania, visando oferecer uma formação ampliada, de modo a incentivar o desenvolvimento da criatividade e do olhar analítico, além de promover a prática da sensibilidade, melhorar a autoestima e o aprimoramento do fazer artístico, a qualidade do desempenho acadêmico e produção do conhecimento.

IV. Ações de Incentivo a Atividades Esportivas e Lazer - objetiva contribuir para a formação física e intelectual e como elementos de inclusão social, através de práticas esportivas e de lazer.

Parágrafo único: Para o desenvolvimento das ações acima que requerem auxílio financeiro serão considerados os critérios de condição de vulnerabilidade socioeconômica e o encaminhamento/requerimento por parte do servidor responsável pela atividade e/ou evento (IFRO, 2018, p. 06).

Quanto aos atendimentos para os estudantes socioeconomicamente vulneráveis serão realizados por meio de ações que procurem minimizar as necessidades básicas, que resultem no acesso, permanência e conclusão do curso, com prioridade para o transporte, a alimentação e a moradia. São os programas de atendimento aos estudantes nessas condições: Programa de Auxílio à Permanência

– PROAP, Programa de Auxílio Moradia – PROMORE e o Programa de Auxílio Complementar – PROAC.

O PROAP é destinado aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que precisam de auxílio que colaborem com sua alimentação, transporte, entre outras, com o objetivo de interferir na permanência e conclusão do curso no IFRO *Campus* Jarú. A concessão desse auxílio está atrelada aos alunos que estejam matriculados nos cursos técnicos de nível médio e graduação do IFRO a partir de edital específico, e, será concedido aos estudantes socioeconomicamente vulneráveis, considerando a realização de análise socioeconômica, fundamentada nos critérios de concessão (IFRO, 2018).

De acordo com o Art. 12 da Resolução Nº 23/REIT - CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018, o Programa de Auxílio Moradia – PROMORE objetiva a viabilização de auxílio moradia ao estudante socioeconomicamente vulnerável oriundo de outras cidades ou da zona rural que necessite residir temporariamente no município sede do *Campus* para terem ampliadas suas condições de acesso, permanência e conclusão no curso.

- a) A concessão do benefício poderá ser na forma de residência estudantil (para os menores de 18 anos) ou concessão de auxílio financeiro conforme disponibilidade de recurso do *Campus*.
- b) Os estudantes contemplados com a Residência Estudantil deverão cumprir o Regulamento Geral do Regime de Residência Estudantil do IFRO (IFRO, 2018, p.08).

O PROMORE será disponibilizado através de comprovação de residência da família em zona rural ou localidade diferente do município sede do *Campus* e entrega de Declaração dizendo ser proveniente de outras localidades e de termo de responsabilidade dos pais ou dos responsáveis legais (para os estudantes menores de 18 anos). Esse auxílio será concedido mediante edital específico e considerando a análise socioeconômica baseada nos critérios de concessão.

Segundo o Art. 14 do Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE), o PROAC tem o propósito de fornecer auxílio financeiro ao estudante socioeconomicamente vulnerável nas necessidades não atendidas em outros programas de assistência estudantil que acarretem na permanência e conclusão no curso. Sua concessão será por meio de encaminhamento e/ou requerimento, devendo considerar a necessidade apresentada pelo aluno baseada nos critérios de concessão (IFRO, 2018).

O *Campus* Jaru do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, também oferece o Programa Bolsa Permanência-PBP, que é um Programa ofertado pelo Governo Federal aderido pelo IFRO com pagamento de auxílio financeiro a estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas, matriculados em cursos presenciais disponibilizados por instituições e institutos federais de ensino superior. A inserção do estudante como bolsista no PBP/MEC se dá mediante a disponibilização de vagas pelo MEC, e a abertura do Sistema de Gestão da Bolsa Permanência (SISBP) (IFRO, 2023).

Os auxílios estudantis ofertados no *Campus* Jaru são de extrema relevância para os estudantes. Eles utilizam esses valores dos auxílios PROAP, R\$ 200 (duzentos reais), PROMORE, R\$ 300 (trezentos reais) e do PROAC, valores variados podendo chegar até R\$ 300 (trezentos reais) para ajudar na compra de material escolar e para se deslocar até o *Campus*; muitos alunos realizam as refeições em um restaurante próximo ao campus e também utilizam esses valores para contribuir com o aluguel.

Alguns alunos conseguem ser contemplados com dois auxílios, quando verificado uma necessidade maior daquele aluno, visando oportunizar condições mínimas para que ele permaneça e conclua com êxito o curso; outros recebem um dos auxílios integralmente e metade do valor do segundo auxílio; ainda há aqueles que recebem apenas um auxílio, sempre considerando a realidade específica de cada um, conforme análise.

É importante destacar que muitos desses estudantes não conseguiriam permanecer na instituição se não fossem contemplados com os auxílios estudantis. Considerando que os cursos ofertados no período diurno no *Campus* são todos integrais, isso dificulta ao aluno possuir algum tipo de renda. Paixão et al (2017), coaduna com essa ideia quando enfatiza que “por ser um curso integral, os estudantes encontram dificuldades para terem uma fonte de renda para suprir os seus gastos com livros, cópias de materiais, passagens, dentre outras necessidades.” Diante desses contratempos, e para não se prejudicarem na vida acadêmica, é preciso dar continuidade, fortalecer e buscar a efetivação ampla dos programas estudantis.

6 METODOLOGIA

Neste estudo investigamos a percepção que a comunidade acadêmica da Educação Profissional e Tecnológica tem sobre a abrangência da atuação do Assistente Social, a partir da realização de rodas de conversas que subsidiaram a produção de um e-book, que contribuirá para esclarecer as atividades que são realizadas pelo Assistente Social no âmbito do Instituto Federal de Rondônia *Campus Jarú*.

Para alcançar os objetivos da pesquisa apresentamos neste capítulo o caminho metodológico seguido, indicando a abordagem adotada, o local da pesquisa, os participantes, os instrumentos de apreensão e a análise de dados.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Este estudo configura-se como pesquisa participante, numa abordagem quali-quantitativa de caráter investigativa e teve como campo de pesquisa o Instituto Federal de Rondônia – IFRO *Campus Jarú*.

Gil (2008, p. 27), relativamente a esse assunto, menciona: —[...] são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Cautelosamente, segue-se com uma análise de estatística, a fim de generalizar os resultados com uma amostra maior; ou convergir os dados quanti e quali, para a ampliação do problema da pesquisa.

Os dados coletados foram analisados por meio de uma aproximação ao método de Análise de Conteúdo Categrical Temática, conforme Bardin (2016).

A investigação realizou-se a partir de realização de pesquisa documental, a qual vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (Gil, 2002, p.45).

De acordo com esse autor, os documentos foram fonte rica e estável de dados. Eles sofrem alterações ao longo do tempo, assim, transformam-se numa importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica (Gil, 2002). Assim, quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é bibliográfica e documental, que, conforme Lakatos e Marconi (2003) tem a finalidade de garantir ao investigador uma proximidade com o que já foi escrito, falado ou filmado acerca de determinado

assunto. Depois que o problema é definido, realizamos novamente o procedimento, propondo amplificar a sustentação e o embasamento ao seu processo de construção.

A pesquisa tem como propósito adquirir dados em um ambiente natural e através da atenção crítica ao cotidiano, embasar-se teoricamente visando apreender o comportamento da teoria estudada na realidade, possibilitando dar respostas aos questionamentos e alcançar os objetivos (Michel, 2009).

Como instrumento para a coleta de dados foi desenvolvidas rodas de conversa baseadas em roteiros semiestruturados. Segundo Melo e Cruz (2014), a roda de conversa tem como característica deixar os participantes manifestar simultaneamente suas ideias, expressões, conceitos sobre o assunto apresentado, bem como permite que sejam trabalhadas de forma reflexiva as manifestações desenvolvidas pelo grupo.

Conforme Moura e Lima (2014, p. 33),

No contexto da Roda de Conversa, o diálogo é um momento singular de partilha, porque pressupõe um exercício de escuta e fala. E na percepção de que uma roda de conversa agrega vários interlocutores, os momentos de escuta são mais numerosos que os momentos de fala. As colocações de cada participante são construídas a partir da interação com o outro, sejam para complementar, discordar, seja para concordar com a fala imediatamente anterior. Conversar, nesta acepção, remete à compreensão de mais profundidade, de mais reflexão, assim como de ponderação, no sentido de melhor compreensão, de franco compartilhamento.

Com o intuito de responder aos objetivos da pesquisa, analisamos os conteúdos gerados nas rodas de conversa e fizemos uma revisão da literatura sobre o Serviço Social na EPT e o exercício profissional do Assistente Social, na perspectiva do trabalho como princípio educativo. Para isso, utilizamos as contribuições relevantes de alguns autores que tratam sobre esse assunto: Frigotto (2010), Abreu (2018), Iamamoto (2014, 2015), Lessa (2013), Ramos (2008, 2018), Gramsci (1977), Saviani (2007), Kuenzer (2017), Mito (2009), (Goin; Miranda, 2021), Faleiros (2011), Martinelli (2011) e de outros encontrados a partir da leitura e das análises de trabalhos nos registros do banco de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), Scielo (Scientific Eletrônico Library Online, trata-se de um portal eletrônico cooperativo de periódicos científicos), legislações e documentos oficiais.

3.2 LOCAL E PARTICIPANTES DA PESQUISA

Como local de pesquisa, foi utilizado o *Campus Jarú* do Instituto Federal de Rondônia, localizado na Av. Vereador Otaviano Pereira Neto, número 874 - St. 2, por ser o local de atuação da pesquisadora, que é Assistente Social, e, por estar situado na mesma cidade onde ela reside. Isso contribuiu para o planejamento e a execução das etapas da pesquisa, pois facilitou o acesso e o contato aos sujeitos pesquisados.

Figura 1- IFRO/*Campus Jarú*



Fonte: Portal do Instituto Federal de Rondônia, (2024).

Os sujeitos da pesquisa foram escolhidos a partir dos seguintes critérios de inclusão: os professores dos terceiros anos do Ensino Médio Integrado; os servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAES) com no mínimo dois anos de efetivo exercício no *Campus* de pesquisa e os discentes do Ensino Médio Integrado.

Quanto aos critérios de exclusão, ficaram fora da pesquisa os professores que lecionam para as turmas dos Cursos de Técnico Subsequente e para as turmas da Graduação do *Campus Jarú*; os alunos das turmas de Graduação e os servidores TAES com menos de um ano de exercício profissional.

Realizamos um agendamento prévio com cada um dos grupos participantes da pesquisa, dentre eles: Discentes dos terceiros anos, Professores e Técnicos

Administrativos em Educação - TAES. Fizemos uma breve apresentação da pesquisa a partir do problema da pesquisa, dos objetivos, da metodologia adotada para a coleta e análise dos dados.

Foi realizado um sorteio aleatório sobre o conjunto dos exponenciais respondentes da pesquisa, tanto servidores quanto estudantes, a partir de uma lista numerada, de modo que houve representatividade dos grupos e das turmas na amostra. A amostra foi probabilística, sem reposição. A participação foi voluntária, aquele que não quis participar da pesquisa foi dispensado.

Antes do contato com os discentes menores de idade, foi realizado o contato com seus pais ou responsáveis via telefone, no qual explicamos a pesquisa e os procedimentos que iriam ser realizados; inclusive, como se daria a participação do discente menor de idade, acaso tivéssemos a autorização. Assim, tivemos uma ótima receptividade dos pais e responsáveis desses alunos e a respectiva autorização da parte deles para a realização da pesquisa.

Foi agendado um encontro presencial com as pessoas envolvidas na pesquisa, via telefone e pessoalmente no *Campus*, observando a ética, a descrição e a disponibilidade de dia e horário dos sujeitos envolvidos na pesquisa para a apresentação do projeto de pesquisa e entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido TALE de todos os envolvidos. Dessa forma, visando atender as necessidades dos participantes da pesquisa, foram entregues os TCLE aos professores em um dia, o TCLE aos TAES em outro dia; bem como, o TCLE aos discentes maiores de idade, o TALE para os discentes menores de idade e o TCLE para os seus pais e responsáveis foram entregues em outra data. Os discentes menores de idade levaram os documentos para suas residências e nos trouxeram no dia seguinte assinado.

Os participantes foram contatados previamente por telefone, para agendamento das rodas de conversas, sempre observando o melhor horário e dia, conforme suas disponibilidades.

A pesquisa foi realizada com dezesseis estudantes dos Terceiros anos Integrados ao Ensino Médio nos Cursos de Técnico em Alimento, de Técnico em Comércio e de Técnico em Segurança do Trabalho e com oito servidores, dentre eles Professores e TAES de nível médio e de nível superior. Esse quantitativo foi

escolhido com o objetivo de serem criados quatro grupos, com seis pessoas em cada grupo nas rodas de conversa.

Assim, foram realizadas duas etapas de rodas de conversa. Cada uma das etapas teve quatro rodas de conversa. Na primeira etapa, todos os 24 pesquisados participaram das rodas de conversa, com seis participantes em cada uma delas.

Na segunda etapa, dois participantes não puderam participar, pois estavam viajando. Devido alguns alunos estarem realizando atividades avaliativas e considerando a necessidade de não os prejudicar, bem como, buscando conciliar os seus horários com os dos professores e TAES, foi necessário reajustar os grupos. Assim, nesse segundo e último encontro, os grupos ficaram da seguinte forma: Um grupo com 7 participantes; outro grupo com 6 participantes; um grupo com 5 participantes e outro com 4 participantes, resultando na segunda etapa um total de 22 pesquisados, correspondente a 91,6% do total.

3.3 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Conforme a Resolução Nº 466, 19 de 12 de dezembro de 2012 e a Resolução Nº 510 de 07 de abril de 2016, ambas do Conselho Nacional da Saúde (CNS), esse estudo atende aos critérios que asseguram o princípio da ética na pesquisa.

Com base nas resoluções supracitadas, o projeto de pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética, avaliado e aprovado através do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 78060924.6.0000.5653.

Antes do projeto de pesquisa ser encaminhado ao Comitê de Ética, foi solicitada a autorização de pesquisa no *Campus* Jarú via Carta de Anuência Institucional ao Diretor deste campus.

Como parte dos procedimentos éticos realizados, depois de aprovado o projeto, foi solicitado ao Departamento de Apoio ao Ensino (DAPE) o nome e o e-mail institucional dos professores que lecionam para as Turmas dos Terceiros Anos do Ensino Médio Integrado, o e-mail e/ou telefone dos pais ou responsáveis pelos discentes menores de idade e dos demais discentes dessas turmas; também foi solicitado à Coordenação de Gestão de Pessoas (CGP), o nome e o e-mail institucional dos servidores TAES. Após isso, os servidores e os discentes foram convidados via telefone a participarem voluntariamente da pesquisa, e, foi

necessária a assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE). Esse compromisso foi firmado a partir do Termo de Responsabilidade e Compromisso, em que os (as) pesquisadores (as) assumiram o compromisso e sigilo com a pesquisa.

As rodas de conversa foram dinâmicas, com atividades curtas e objetivas, garantindo a não obrigatoriedade daqueles que não quisessem participar de algum momento das atividades desenvolvidas durante a pesquisa.

As rodas de conversa ocorreram presencialmente no IFRO *Campus* Jarú, contribuindo para a participação dos alunos e servidores, já que é o local de estudo e de trabalho deles, respectivamente. As rodas de conversa tiveram a duração aproximada de 1 (uma) hora; aconteceram em uma sala reservada no *Campus* e aconteceram em dias diferentes.

A integridade dos participantes foi preservada durante a análise dos dados, pois representamos as falas dos participantes por letras do alfabeto: A, B, C, D, E, dentre outras. Dessa forma, garantiu-se o anonimato e sigilo das informações. Os áudios e demais informações coletadas foram exclusivamente utilizadas para fins da pesquisa, consulta e elaboração do e-book, sendo preservadas as identidades e demais elementos de confidencialidade, não sendo divulgada nenhuma informação que comprometesse o sigilo necessário à pesquisa.

Concluída a pesquisa serão apresentados os resultados e o produto educacional para os sujeitos da pesquisa, pelo e-mail dos participantes. Todos os respondentes da pesquisa foram tratados de maneira anônima, garantindo a confidencialidade.

Os dados coletados ficarão em posse apenas da pesquisadora, que conservará os dados da pesquisa em um arquivo digital com senha, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa. O sigilo das informações será mantido e serão adotadas providências para minimizar qualquer possibilidade de vazamento de informações. Após esse período, os dados serão descartados. Os resultados da pesquisa foram utilizados para a escrita da dissertação do mestrado e para a construção do produto educacional.

3.4 ANÁLISES DE DADOS

Para fazermos a transcrição das rodas de conversa utilizamos nesse processo a ferramenta *Google Collaboratory*, que converteu os áudios em textos, a fim de identificarmos de maneira mais precisa as falas e expressões. Em seguida realizamos a leitura repetidamente do material coletado.

Os dados coletados a partir das rodas de conversa com os discentes e servidores foram analisados por meio de uma aproximação ao método de Análise de Conteúdo Categórica Temática, conforme Bardin (2016).

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas que permite a análise da comunicação para obtermos, através de [...] procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (Bardin, 2016, p. 42).

Bardin (1979), explica que as diferentes fases da análise de conteúdo devem ser organizadas em três pólos cronológicos: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise é a fase de organização propriamente dita e geralmente “[...] possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final” (Bardin, 1979, p. 95).

Na pré-análise foram definidas a organização do material da pesquisa. Essa etapa tem o objetivo inicial de constituir o corpus da pesquisa, de operacionalizar e sistematizar as ideias de modo a conduzi-las a um esquema necessário para desenvolver as operações em um plano de análise, Bardin (2016).

Para compor o nosso corpus tínhamos mais de quarenta páginas resultantes dos instrumentos de coleta de dados.

Fizemos a leitura flutuante, ou seja, estabelecemos um contato com os dados e buscamos uma primeira percepção das mensagens neles contidas, deixando-nos “invadir por impressões, representações, emoções, conhecimentos e expectativas” (Franco, 2008, p. 52).

A unidade de registro é a unidade de significado codificada e equivale ao segmento de conteúdo considerado unidade de base, é a palavra, o tema (Bardin, 2016).

“A Unidade de Registro é a menor parte do conteúdo, cuja ocorrência é registrada de acordo com as categorias levantadas” (Franco, 2008, p. 41).

A unidade de contexto serve de unidade, compreensão para codificar a unidade de registro e equivale ao segmento da mensagem. Para entender o significado exato da unidade de registro, ela pode, por exemplo, ser a frase para a palavra e o parágrafo para o tema (Bardin, 2016, p. 68-69).

A unidade de registro correspondeu ao segmento de conteúdo através do tema (categoria temática) e a unidade de contexto, do parágrafo, correspondente às falas dos sujeitos pesquisados.

Para realizar a categorização, preferimos o tema, como nossa “unidade de registro” por ser uma afirmação sobre determinado assunto que envolve “não apenas componentes racionais, mas também ideológicos, afetivos e emocionais” (Franco, 2008, p. 43). Bardin ressalta que o tema “é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (1977, p. 105).

Na fase da exploração do material, codificamos e descrevemos as operações em dois quadros. No primeiro, utilizamos doze perguntas organizadas em um roteiro semiestruturado que guiaram as rodas de conversa; elas corresponderam aos temas iniciais que geraram os doze eixos temáticos. No segundo quadro, reagrupamos alguns dos eixos temáticos, procurando neles as convergências e divergências, reduzindo-lhes em seis eixos temáticos, renomeados para seis novos eixos temáticos. Para cada novo eixo temático foram criadas categorias temáticas a partir da percepção dos discentes e servidores.

Na etapa do tratamento dos resultados obtidos e interpretação, realizamos a análise a partir do referencial. Nesta etapa, os resultados brutos foram tratados considerando o referencial teórico, cujos dados coletados foram interpretados e analisados. Os dados brutos foram tratados de maneira a serem significativos e válidos (Bardin, 2016).

No tratamento dos dados obtidos, descrevemos de maneira distinta as categorias criadas na percepção dos servidores e na percepção dos discentes, analisando cada uma dessas categorias separadamente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentamos neste capítulo os resultados da pesquisa, obtida a partir da realização da primeira etapa de rodas de conversa, com quatro encontros cujos participantes foram 16 estudantes dos Terceiros Anos do Ensino Médio Técnico Integrado e 8 servidores, incluindo TAES e Professores do IFRO *Campus* Jaru. Os resultados da pesquisa condensam o objetivo geral deste estudo que buscou investigar a percepção que a comunidade acadêmica do IF *Campus* Jaru tem sobre a atuação do Assistente Social.

4.1 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO IFRO CAMPUS JARU: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

O quadro 4 (um) foi gerado a partir das atividades desenvolvidas nas rodas de conversa, onde utilizou-se perguntas organizadas em um roteiro semiestruturado que guiou a pesquisa de campo. Esse roteiro compôs os 12 temas iniciais que culminaram, inicialmente, em doze eixos temáticos.

Quadro 4 - Temas iniciais/Eixos temáticos

Temas Iniciais	Eixos Temáticos
Você sabe o que faz o Assistente Social?	Percepções a respeito do que faz o Assistente Social.
Você conhece os serviços ofertados pelo Serviço Social do IF <i>Campus</i> Jaru?	Conhecimento sobre os serviços ofertados pelo Serviço Social do IF <i>Campus</i> Jaru.
Você já buscou os serviços do Assistente Social do <i>Campus</i> ?	Busca pelos serviços do Assistente Social do <i>Campus</i> .
A partir de quais meios você já buscou os serviços do Assistente Social do <i>Campus</i> ?	Meios pelos quais se buscou os serviços do Assistente Social do <i>Campus</i> .
Qual a frequência que você procura o serviço Social da instituição?	Frequência em que o setor do serviço Social da instituição é procurado.
Se você já procurou o Serviço Social (Assistente Social) do seu <i>Campus</i> , quais foram as demandas levadas?	Demandas levadas ao Assistente Social, se acaso tenha buscado esse atendimento.
Se você nunca procurou o Serviço Social, foi porque você não precisou ou teve outro motivo?	Considerações sobre a busca por atendimento no setor do Serviço Social com a Assistente Social.
Você já precisou de atendimento com a Assistente Social? Se sim, suas	Demandas atendidas pelo Assistente Social.

demandas foram atendidas?	
Quais as dificuldades e facilidades da comunidade acadêmica quanto ao acesso ao Serviço Social da instituição?	Dificuldades e facilidades da comunidade acadêmica quanto ao acesso ao Serviço Social da instituição.
Quais as experiências que você teve ao procurar o Serviço Social?	Experiências que teve ao procurar o Serviço Social.
Qual a importância dos serviços do Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica?	Importância dos serviços realizados pelo Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica.
Quais ações acreditam serem possíveis realizar para fortalecer e ampliar o conhecimento da comunidade acadêmica sobre o fazer profissional do Assistente Social?	Ações para fortalecer e ampliar o conhecimento da comunidade acadêmica sobre o fazer profissional do Assistente Social.

Fonte: Autoria própria, (2025).

Buscamos as recorrências e não recorrências, investigando o que cada participante havia relatado durante as rodas de conversa, sobre cada um dos temas levantados. Compreendemos, que seria possível reagrupar alguns dos eixos temáticos, procurando neles as convergências e divergências, e, dessa forma, constituímos 6 novos eixos temáticos. Para cada novo eixo temático definimos, sequencialmente, uma categoria temática conforme a percepção dos servidores e uma categoria temática na percepção dos alunos, demonstrados no Quadro 5.

Quadro 5 -Categorias de análise

Novos Eixos Temáticos	Categorias Temáticas (Unidades de Registro)
Percepções a respeito do que faz o Assistente Social e os serviços ofertados pelo Serviço Social do IF <i>Campus Jarú</i> .	A Assistente Social é a profissional que tira dúvidas, faz encaminhamentos e realiza visitas.
	A Assistente Social é a profissional que concede auxílio, ajuda e acompanha os estudantes.
Meios pelos quais buscou atendimento com o Assistente Social do <i>Campus</i> e a frequência.	Os encaminhamentos para a Assistente Social ocorreram através do SUAP, por e-mail e de forma presencial (sem frequência definida) / nunca encaminhou.
	Os atendimentos com a Assistente Social ocorreram presencialmente, informalmente e através do SUAP (sem frequência definida) / nunca buscou atendimento com a Assistente Social.
Considerações sobre a procura por atendimento com o Assistente Social, as demandas levadas e se	As solicitações encaminhadas para o Serviço Social foram para análise socioeconômica, visita domiciliar (demandas atendidas) / nunca encaminhou.
	As solicitações realizadas ao Serviço Social foram

elas foram atendidas / não procurou o Serviço Social.	para auxílios/outras (atendidas) / nunca procurou, falta de conhecimento.
Experiências, dificuldades e facilidades da comunidade acadêmica para acessar ao Serviço Social da instituição.	Não há dificuldades para acessar o Serviço Social, pois o <i>Campus</i> é pequeno / situações diversas.
	Desconhece que tem Assistente Social / receio de procurar o setor / <i>Campus</i> pequeno.
Importância dos serviços realizados pelo Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica.	Os serviços realizados pelo Assistente Social são importantes para atender alunos vulneráveis financeiramente / acompanhamento familiar.
	Os serviços realizados pelo Assistente Social são importantes para dar assistência ao aluno / auxílio.
Ações para fortalecer e ampliar o conhecimento da comunidade acadêmica sobre o fazer profissional do Assistente Social.	Passar nas salas de aula, fortalecer a relação com o aluno e desenvolver projetos fortalece e amplia o fazer profissional do Assistente Social.
	Fazer divulgação sobre o papel do Assistente Social nas salas de aula e eventos / rodas de conversa, fortalece e amplia o seu fazer profissional.

Fonte: Autoria própria, (2025).

A coleta das informações nas rodas de conversa, guiada pelo roteiro semiestruturado que resultou no processo de reagrupamento dos eixos temáticos, produziu seis categorias temáticas que revelam a percepção que a comunidade acadêmica do IF *Campus* Jaru tem sobre a atuação do Assistente Social.

Para algumas categorias preferiu-se demonstrá-la em quadros, considerando o quantitativo de relatos e uma melhor visualização.

4.2 PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES SOBRE O AGIR PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO *CAMPUS* JARU

Categoria 1: A Assistente Social é a profissional que tira dúvidas, faz encaminhamentos e realiza visitas.

Nessa categoria os servidores A, B, D e E apontaram que o Assistente Social é o profissional que atua no *Campus* Jaru tirando dúvidas dos discentes, principalmente, referentes aos auxílios estudantis e fazendo encaminhamentos para outros órgãos públicos.

O servidor A faz uma relação direta sobre a atuação do Assistente Social atrelada à questão da vulnerabilidade socioeconômica. Considerando que os alunos atendidos pelos programas da Assistência Estudantil são em sua maioria “alunos de

baixa renda”. Salientamos que as ofertas dos auxílios dessa Política contribuem para manter as necessidades básicas do estudante, prevenindo a evasão e colaborando para manutenção do estudante na instituição.

“Eu acho que, a minha percepção acerca da função do papel do Assistente Social, eu penso que está na função de elaborar projetos, programas voltados para essa assistência aos estudantes, de modo que tente minimizar essa vulnerabilidade social, dentro do que a instituição oferece, esclarecendo dúvidas acerca dos auxílios, auxiliando no levantamento de documentações, até fazendo visitas para esses alunos” (Servidor A).

Ainda a respeito dessa categoria, referente às percepções a respeito do que faz o Assistente Social e os serviços ofertados pelo Serviço Social do IF *Campus* Jarú, percebemos que os servidores B e D trazem uma visão mais ampla sobre as atribuições profissionais do Assistente Social na educação, como a articulação com outras políticas públicas, visando o encaminhando dos estudantes e de seus familiares; o atendimento social e o acompanhamento dos discentes referente a frequência escolar; ações de prevenção, às intercorrências no processo de ensino e aprendizagem, conforme falas abaixo:

“É um trabalho de investigação, de intervenção e de encaminhamento, né! O Assistente Social precisa ser sensível e olhar, tentar enxergar algumas coisas e para isso ele conversa. Já vi a Geysa fazendo isso, conversando, para entender algumas coisas, tirando dúvidas, fazendo visitas. Por quê? Porque além da situação de necessidades materiais como o tênis, como uma bolsa, um auxílio; existem também algumas situações de violação de direitos e aí, o Assistente Social precisa fazer esses encaminhamentos externos, principalmente, para o Conselho Tutelar” (Servidor B).

“Eu acredito que o Assistente Social, dentro de uma escola, ele cuida das demandas que vão além da escola, que são os fatores que influenciam diretamente na educação desse aluno, no rendimento dele dentro da escola. Então, eu acredito que ele vai além da escola, ele entra na casa do aluno (visita), ele entra na família do aluno, ele verifica a estrutura, verifica tudo que acontece, como se fosse uma pesquisa e busca da melhor forma possível encontrar uma solução para atender aquele aluno, sempre visando o melhor para o aluno. Eu acredito que o IFRO *Campus* Jarú já está bem completo em relação a isso. Eles fazem visita na casa do aluno quando é necessário, marcam reuniões com os pais, entram em contato com os alunos, quando é necessário, marcam reuniões com os pais, entram em contato com os outros órgãos municipais de assistência, entram em contato com o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS também. O IFRO *Campus* Jarú já atende isso de forma bem excepcional já. Claro que limitado dentro do que se pode fazer” (Servidor D).

Martins (2012) compreende que nos espaços das instituições de educação não cabe ao Assistente Social intervir junto às famílias numa perspectiva

terapêutica, conforme sugere a terapia familiar, mas sim, intermediar a relação da família com o Estado, especificamente, por meio das políticas públicas.

Ainda segundo o referido autor acima, o Assistente Social tem como umas de suas atribuições na política de educação realizar articulação com outras políticas públicas, de modo especial, com a Política de Assistência Social, com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais, contribuindo para que crianças e adolescentes acessem e permaneçam na escola.

A fala do servidor E ressalta o caráter investigativo da atuação do Assistente Social, relacionando esse fato com a visita domiciliar, porém, é importante esclarecer que essa prática não possui caráter policiaisco, mas possui a intenção de conhecer de perto a realidade da família e subsidiar o parecer social do profissional. É importante salientar que essa prática precisa de um posicionamento crítico do profissional, fundamentado no Projeto Ético-Político do Serviço Social, observando o sigilo e a ética profissional.

“O Assistente Social, ele trabalha com os programas {...} no decorrer do ano letivo, há um recurso que fica separado, para aqueles alunos que o profissional percebe que há necessidade, e, então, é feito todo esse trabalho de visita, de conversa com a família e também de encaminhamento para outros profissionais {...} às vezes, o Assistente Social, no decorrer das entrevistas, no início do ano letivo, a gente faz toda aquela seleção para receber os auxílios, naquele momento, o Assistente Social já recebe algumas demandas que ele tem que fazer algumas visitas, para ter certeza se aquilo que está sendo entregue, aquela documentação financeira, realmente, condiz com a verdade ou não. Mas, a maioria das demandas ocorre no decorrer do ano letivo; então, chega essa demanda para o Assistente Social e ele vai fazer a investigação, para ver se realmente aquele aluno tem a necessidade de ser atendido, ou não. então, é isso, e, tem os alunos faltosos, quando se percebe que o aluno está muito faltoso, seja por encaminhamento ou não, é feito também um trabalho pelo Assistente Social, para saber as causas, para fazer as intervenções” (Servidor E).

A visita domiciliar é um instrumento técnico-operativo que Amaro (2003, p. 13) define como “uma prática profissional, investigativa ou de atendimento, realizada por um ou mais profissionais, junto ao indivíduo em seu próprio meio social ou familiar.”

Quanto a essa mesma categoria o pesquisado C não soube expressar uma opinião clara sobre o que faz o Assistente Social e os serviços ofertados pelo Serviço Social. Diante dessa fala levamos em consideração o fato de que o *Campus Jarú* é um *Campus* novo, que nem sempre teve Assistente Social, além de ter uma rotatividade considerável de profissionais.

“Eu não saberia dizer a função exata de uma Assistente Social dentro do *Campus*. Seria concordar com o que vocês já falaram que seria observar, acompanhar os alunos. Vê os problemas que ele tem relacionado a vulnerabilidade, certo” (Servidor C).

Chama atenção o relato do servidor F quando sugere que os servidores do Instituto Federal, principalmente, os Técnicos Administrativos realizam outras funções que não são inerentes à profissão, mas que são comuns nesses espaços.

“A parte de acompanhar os alunos, verificar as situações de vulnerabilidade, tem outras atribuições que acabam surgindo no Instituto Federal. Normalmente, devem aparecer outras atividades que não são inerentes da profissão, que são comuns, mas devido a quantidade de demandas que têm no campus, e, o pouco pessoal que tem, né, a quantidade pequena de funcionários; quanto mais os técnicos administrativos, os técnicos gerais, né! Então, acredito que seja justamente isso, que todo mundo já mencionou, a minha visão, pelo menos, a respeito da Assistente Social” (Servidor F).

O processo de trabalho em que o Assistente Social está inserido e o seu fazer profissional está atravessado pela ordem capitalista vigente e o controle gerencial estatal. Dessa forma, atuar na execução das políticas sociais no âmbito educacional requer estratégias e ações de combate às questões sociais que se manifestam na escola e são vivenciadas por estudantes, suas famílias e toda a comunidade acadêmica.

Apesar de estar lotado na Política Pública de Educação, o Assistente Social na escola deve atender o aluno em sua integralidade, isso significa atender a sua família, a comunidade escolar e as interfaces com as demais Políticas Públicas, sejam estas de Saúde, Habitação, Assistência Social, dentre outras, as quais se tornam essenciais como parte de um processo que possa garantir uma educação de qualidade (Santos, 2013, p.40).

Categoria 2: Os encaminhamentos para a Assistente Social ocorreram através do SUAP, por e-mail e de forma presencial (sem frequência definida) / nunca encaminhou.

Quanto à categoria dois, os servidores A, B, D e E relataram que realizaram encaminhamentos para o Assistente Social através do SUAP, por e-mail e por WhatsApp. Essas três formas citadas são os meios oficiais na instituição. Porém, o servidor D informou que já buscou esse atendimento presencialmente para um estudante, o que é habitual no *Campus Jarú*. Muitos atendimentos acontecem a

partir de demandas espontâneas, uma vez que o Assistente Social não criava agenda de atendimentos, devido ao tamanho do *Campus* e a partir do entendimento de que era preciso criar e fortalecer vínculos de confiança entre o Assistente Social e a comunidade acadêmica. Não havia uma frequência definida na busca por atendimento.

Quadro 6 - Categoria 2 referente ao eixo temático, meios pelos quais se buscou atendimento com o Assistente Social

Participantes	Percepção dos sujeitos
A	“É o que nos é passado em todas as reuniões que nós temos. A orientação que nós recebemos é que nós encaminhamos via SUAP esse aluno, quando a gente percebe que tem essa vulnerabilidade”.
B	“Aqui no <i>campus</i> é via sistema, vai anotar a situação por meio do sistema, uma mensagem, uma justificativa do por que está encaminhando esse aluno, então, ele conta uma historinha e encaminha via sistema; a metodologia aqui é essa”.
D	“A gente tem a forma de encaminhar através do SUAP, por e-mail e também pelo WhatsApp. Então, essas três formas de encaminhamentos são válidas. Acho que são três formas oficiais [...] eu já busquei os serviços do Assistente Social através do SUAP, registro, através de e-mail, também através de forma presencial; então, são as três formas que eu busquei, todas elas para o aluno.
E	“As formas de encaminhamento são essas, né! Diante dessas informações é que vai entrar aí a atuação do profissional; as mais recomendadas seria tanto via SUAP quanto via e-mail, porque o WhatsApp nem todo profissional gosta de estar trabalhando ali com o WhatsApp, porque os professores não têm o WhatsApp institucional”.

Fonte: Autoria própria, (2025).

Os servidores C, F, G e H nunca encaminharam nenhum estudante para atendimento com o Assistente Social. O servidor C relata que desconhecia a existência desse profissional no *Campus*, o que nos faz refletir sobre como estão organizados, legitimados e são divulgados os serviços ofertados no âmbito interno da instituição.

“Olha, na verdade, desde que cheguei no *Campus*, acho que é a primeira vez que temos aqui um Serviço Social. Não havia esse serviço, então, a gente desconhecia os procedimentos que deveriam ser feitos [...] Eu nunca encaminhei ninguém porque eu nunca, na verdade, por desconhecimento e considerava que, assim, eu sei que é uma imagem muito negativa do Assistente Social, porque eu achei que não havia” (Servidor C).

“Eu nunca fiz nenhum encaminhamento, acredito, direcionado para a Assistente Social [...] então nunca tive esse contato diretamente na área de atuação do Assistente Social. Encaminhei pelo SUAP” (Servidor F).

“Também nunca procurei” (Servidor G).

“Nunca encaminhei” (Servidor H).

Categoria 3: As solicitações encaminhadas para o Serviço Social foram para análise socioeconômica, visita domiciliar (demandas atendidas) / nunca encaminhou.

A partir do relato dos servidores A, B, D e E observamos nas falas que as solicitações de atendimentos com o Assistente Social foram para a realização de análises socioeconômicas para a concessão de auxílios estudantis e para visita domiciliar. A fala do servidor A informa de maneira indireta que na Coordenação de Assistência ao Educando - CAED existe uma equipe multidisciplinar onde cada servidor em sua especialidade realiza uma função. Porém, existem algumas atividades administrativas comuns a todos.

“Eu encaminhei, acho que outros professores encaminharam e que tivemos retorno depois, que foi feita a visita, foi feito o acompanhamento da Assistente Social, para acatar a situação daquele aluno, socioeconômica. Mas assim, foi a partir de um encaminhamento, que dentro da coordenação cada pessoa fez ali a sua contribuição, né, incluindo a Assistente social” (Servidor A).

“Eu já pedi análise socioeconômica para pedido do PROAC, visita domiciliar” (Servidor B).

De acordo com os servidores A e D, as solicitações encaminhadas para o Serviço Social foram atendidas. O servidor D ressalta sobre a importância do Programa de Atenção à Saúde e Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – PROSAPEX, que será desenvolvido por meio de projetos, ações e atividades, tais como: Ações de atenção à saúde e apoio biopsicossocial, como citado na fala abaixo. Portanto, mesmo que os auxílios e programas da Assistência Estudantil não consigam contemplar todas as necessidades dos alunos na educação, ela traz um impacto positivo na vida acadêmica e pessoal do discente.

O mesmo servidor também comunica que há um retorno pelo SUAP quanto às solicitações de atendimentos encaminhadas. É essencial haver uma troca de informações eficazes entre os envolvidos no processo de atendimento aos estudantes, pois essa comunicação entre os setores contribuirá para que as

orientações dadas sejam adequadas, e, conseqüentemente, esse público possa ter um acompanhamento integral de suas demandas.

“Eu procurei uma vez para uma aluna que tinha problema de vistas, ela estava sentindo muita dor de cabeça, então eu desconfiei que fosse problema de visão e passei isso para o Assistente Social, acredito que eles entraram em contato com a família e tudo, resolver isso da melhor forma possível, e, depois ela passou a usar óculos. Outras vezes, foram para um aluno que estava com uma situação bem precária de saúde também, e, também, às vezes, por necessidades alimentares dele, algumas coisas assim. A frequência é em média uma vez a cada trimestre, e, uma vez, na verdade, uma vez a cada trimestre, mais ou menos, essa frequência” [...] “Todas as vezes que eu precisei e que havia uma Assistente Social no campus, foram atendidas. E a gente, como professor, quando faz o encaminhamento, a gente recebe no SUAP, a gente recebe uma notificação de que o aluno foi atendido, de que alguém aceitou, qual profissional que aceitou, se foi deferido ou indeferido, dependendo do que é a situação e sobre o acompanhamento e no final, o que foi feito. Aí eles escrevem lá para a gente e a gente recebe isso pelo SUAP mesmo. A gente consegue saber, se aquela demanda que a gente enviou, ela foi resolvida ou não, pelo sistema” (Servidor D).

Na fala do servidor E foi citado que é o Assistente Social quem analisa a questão da vulnerabilidade. Porém, no *Campus Jarú*, e, creio que nos demais *Campus* do IFRO, toda a equipe da CAED realiza análise documental dos estudantes que são selecionados, a partir da inscrição nos editais de auxílios. Ressalto, que análise documental, todos os servidores do setor podem e devem realizar, considerando o quantitativo enorme de inscritos. Contudo, a análise socioeconômica é uma das competências do Assistente Social, prevista na Lei Nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

Segundo Cavalheiro (2013, p. 223) é o assistente social o profissional privilegiado para emitir parecer sobre o deferimento de benefícios e auxílios do PNAES. Então ele deverá ter como principal referência não a renda, mas o que preconiza o Projeto Ético-Político da profissão: a defesa intransigente dos direitos sociais. Nem todas as situações vividas pelos sujeitos sociais que procuram os serviços, principalmente, de assistência, estão previstas em leis e em normativas específicas institucionais. É nesta “brecha” que se insere a intervenção do Assistente Social, onde se requer um olhar amparado por este projeto e que seja emitido um parecer favorável ao sujeito e, ainda, se preciso for, um Laudo Social.

“Eu já procurei o Assistente Social, como fica na mesma sala, para questões de alunos faltosos. Às vezes, chega lá no SUAP, eu vejo que não é para mim a demanda, eu já passo para o Assistente Social. Vou despachar no

próprio SUAP e também, para tirar dúvidas em relação a alguma análise de auxílio também [...] Então, às vezes, a gente tira dúvidas também, né! E às vezes, algum aluno chega lá solicitando também algum auxílio eventual. Então, a gente pede também para estar conversando com o Assistente Social, porque é ele que analisa essa parte de vulnerabilidade, não porque ele consegue o auxílio. Porque na verdade, ele faz toda a análise de vulnerabilidade e encaminha para a coordenação para ver se tem o recurso” (Servidor E).

Nessa categoria, motivos diversos foram citados pelos servidores C, F, G e H quanto ao porquê de não encaminhar ninguém para ser atendido pelo Assistente Social, como por exemplo: Não conseguiu perceber esse tipo de demanda na sala de aula; a falta de informação, dúvidas quanto à situação e receio de constranger o aluno impediram que o encaminhamento fosse realizado. Isso revela que falta melhorar a comunicação entre os setores e ampliação da divulgação dos serviços ofertados no campus.

É notório que alguns profissionais não conseguem discernir algumas necessidades das demandas apresentadas no cotidiano profissional e quais os procedimentos que devem ser realizados a partir disso. Assim, diante das diversas realidades que se apresentam no âmbito escolar relacionada à vulnerabilidade, que estão ligadas a fatores sociais, políticos e culturais em que os estudantes e suas famílias estão inseridos é que o Assistente Social vai articular com a coletividade, compartilhar saberes e propor alternativas para enfrentar essas dificuldades.

Quadro 7 - Categoria 3 referente ao eixo temático, procura por atendimento com o Assistente Social

Participantes	Percepção dos sujeitos
C	“Eu nunca encaminhei ninguém para o Assistente Social. Na verdade, eu nunca encaminhei porque eu não conseguia avaliar essa demanda dentro da sala de aula”.
F	“Eu também não me lembro de vivenciar nenhuma situação. Assim, teve algumas situações de alunos que eu já imaginei, mas por falta de informação, assim, por eu não ter certeza absoluta fiquei com receio de acabar constrangendo aluno, não diretamente ali, porque seria um encaminhamento por sistema, no caso, então, mas, por receio, talvez de estar errado na minha observação, acabei não caminhando. Eu já vivenciei algumas situações, já que poderia ter realizado o encaminhamento, mas por uma questão de falta de informação, de conhecimento, de não ter aquela certeza, acabei não encaminhando”.
G	“Se eu não encaminhei, diretamente, foi porque não houve nada que fosse diretamente comigo, só a minha observação do espaço que eu habito ali, e eu já percebi situações que eu acho que

	poderia ser uma situação da CAED, do Assistente Social, mas não é nada comigo diretamente”.
H	“Nunca encaminhei aluno”.

Fonte: Autoria própria, (2025).

Categoria 4: Não há dificuldades para acessar o Serviço Social, pois o *Campus* é pequeno / situações diversas.

Analisando as respostas dos servidores H, D e G foram demonstrados que não há dificuldades no *Campus* Jarú para acessar o serviço social, pois o campus é pequeno. Porém, foram citados problemas relacionados à documentação exigida para ser contemplado com o auxílio estudantil. Coadunado com o servidor sobre as dificuldades relatadas por muitos estudantes quanto ao processo de inscrição nos editais, e, depois, da comprovação documental através da inserção destes documentos no Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP.

Muitas vezes, a equipe da CAED precisa fazer todo o processo de digitalizar os documentos, transformá-los em pdf e lançá-los no sistema, a fim de assegurar que aqueles alunos que não conseguem realizar esse processo não fiquem de fora dos contemplados, principalmente, daqueles mais vulneráveis, em que a maioria deles não possui computador ou notebook, o que dificulta esse processo.

“Pelo nosso tamanho aqui do *Campus*, né, pelo menos pela parte administrativa e tudo mais dos servidores, acho que não é uma dificuldade de conversar com o Assistente Social, não. As salas são grudadas umas nas outras, é só atravessar o pátio que vai ficar de cara com a Assistente Social. Por acesso físico, ou até mesmo pelo sistema, o número de celular é muito simples, as documentações são tranquilas entre os servidores. Agora, pelo visto, há um sério problema entre os alunos, para o Assistente social, né! Porque passar a burocratização para o aluno, criança, de 15, 16, 17 anos, muitas vezes, eles não vão ter perícia suficiente para preencher a documentação e tudo mais, porque é difícil mexer com documentação. Aí, acho que seria uma boa coisa dar uma olhada. Será que passar esse preenchimento de toda essa papelada para o aluno é viável mesmo?” (Servidor H).

O servidor D acredita que a dificuldade de acesso ao serviço social pelo aluno está relacionado ao desconhecimento que o serviço exista na instituição. Acredito que nos dois anos e meio em que estive atuando na instituição tenho feito um trabalho de divulgação sobre o fazer profissional do Assistente Social, mesmo que de uma forma discreta. É uma demanda que eu pude perceber no decorrer do

desenvolvimento do meu trabalho, o que se tornou mais evidente a partir da realização dessa pesquisa.

“Em relação às dificuldades de contato, de acesso, eu vejo, enquanto professor, que já tem essas informações, então, eu não vejo que tenha dificuldade. Em relação ao aluno, eu percebo sim, uma dificuldade, mas pela falta de saber que aquilo existe, e também a função” (Servidor D).

O relato do servidor G chama atenção pela percepção de que no *Campus Jarú*, diferente de outro *Campus* em que atuou, não existe uma sala privativa para o atendimento técnico do Assistente Social. A Resolução CFESS nº 493/2006 prevê em seu artigo 2º que o atendimento realizado pelo Assistente Social deve ser realizado em um local com espaço suficiente para demandas individuais e coletivas e com as seguintes características: iluminação adequada para as demandas diurnas e noturnas; recursos que garantam a privacidade do usuário; ventilação adequada nos atendimentos rápidos ou demorados e com portas fechadas; locais adequadas para guardar o material técnico. O Art. 4º enfatiza que o material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado e o seu uso é de acesso restrito aos Assistentes Sociais (CFESS, 2006).

“Por ser um *Campus* pequeno, a gente tem nossa proximidade ali, tudo é mais prático para nós. Mas eu penso que a nossa proximidade estrutural é um problema nesse aspecto. Por exemplo, no campus colorado, lá é um campus que tem uma sala fechadinha para o psicólogo, uma sala fechadinha para o Assistente social, isso é fundamental, isso é indispensável. Porque você até tem a demanda, tá ali com o aluno, está tendo um problema, vai falar, a Geysa tá lá, só que aí, aquela coisa na CAED, um atende uma pessoa aqui, o outro ali, aí chega o menino que pede uma bola, chega o que pega, não sei o quê. Aí, como você vai falar de um assunto tão sério num ambiente que tá ali com tanta movimentação, entendeu? Então assim, é indispensável que haja esse espaço, para começar, porque são assuntos delicados, né! Muitas vezes, o aluno está chateado, questões financeiras, várias coisas, e o que você está tratando aí. Então, a minha barreira maior, que eu acho que é um problema urgente, é a questão da prática e o atendimento em si dentro do campus. Você ter um espaço fechado, você precisa dedicar sua atenção a tudo ali, eu acho que falta isso” (Servidor G).

O servidor C traz uma percepção diferente dos demais respondentes servidores, uma vez que cita que o Assistente Social deve ir a busca de demandas no *Campus*; uma busca ativa. Concernente a essa fala enfatizo que o Assistente social do *Campus Jarú* utiliza várias estratégias de atendimentos: busca ativa; a partir do SUAP (sistema); encaminhamentos; por email e whatsapp; de maneira informal.

Em consonância com Cavalheiro (2013) o Assistente Social é um profissional que respeita o que preconiza as leis, mas também deve questionar as injustiças veladas e o que não está na lei. Utilizar os seus conhecimentos técnicos, éticos e políticos para promover direitos e denunciar a transgressão destes.

“Bom, para ser coerente com a minha fala, acredito que o problema maior é a dificuldade em relação ao fluxo que é atendido, ao fluxograma, como está orientada. Aqui vai vir uma percepção minha, e eu acredito que não é encaminhar até a assistência social, eu acho que a assistência social que tem que ir, onde estão, identificando, logo, onde estão os problemas [...]” (Servidor C).

Categoria 5: Os serviços realizados pelo Assistente Social são importantes para atender alunos vulneráveis financeiramente / acompanhamento familiar.

Nessa categoria, referente a importância dos serviços realizados pelo Assistente Social, os servidores A, G, F e D citaram sobre essa importância relacionada a vários fatores, principalmente, é citada a questão socioeconômica e a intervenção junto às famílias desses alunos, embora, questões como o processo ensino aprendizagem, editais e encaminhamento também foram falados.

O Assistente Social vai intervir em conformidade com suas atribuições e competências profissionais diante das questões sociais³ e das dificuldades socioeconômicas dos alunos. Assim, ele se torna essencial nesse processo de enfrentamento dos obstáculos para acessar e manter os auxílios estudantis.

Segundo Costa (2000), em seu estudo sobre o Serviço Social, ele constata que as urgências dos usuários ao se transformarem em demandas profissionais são confundidas com as próprias necessidades institucionais. Nesse contexto, o público não contemplado pelos auxílios e que não têm a quem recorrer compõe o público atendido pelo Serviço Social na conjuntura da Assistência Estudantil.

“Eu acho que o papel da Assistente Social é extremamente importante, porque compõe ali uma equipe multidisciplinar. Eu acho que a equipe da CAED ela é essencial para o processo de ensino e aprendizagem. É um

³ Assim, como o objeto de intervenção profissional do assistente social é a questão social, consequentemente implica compreender como as expressões da questão social se manifestam no âmbito escolar com base na totalidade com o espectro da leitura da realidade social. Por expressões da questão social compreendemos “[...] as desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais” (Iamamoto, 2004, p.18).

papel muito, muito importante, principalmente, para os alunos que estão em vulnerabilidade socioeconômica” (Servidor A).

“Ela é fundamental, em vários aspectos, né! Na questão dos editais, dos auxílios, nessa presença, saber que tem profissional que tá disponível, que se você tiver alguma dúvida, ela vai te encaminhar pra assistência que você precisar. É um profissional que dá essa segurança pra gente [...] Tem alunos que são bem financeiramente, outros que não. Então, esse profissional vai fazer essa intervenção, vai fazer esse encaminhamento, então vejo assim, que é fundamental” (Servidor G).

Os servidores F e G compreendem que o Assistente Social é responsável por fazer essa mediação na relação entre escola, estudante e família e que isso impacta diretamente no desempenho e na permanência do estudante na instituição. É necessário conhecer a realidade social dos alunos, ir além do que esta aparente; compreender as demandas objetivas e subjetivas do sujeito para atendê-lo em sua integralidade.

[...] As condições de trabalho e relações sociais em que se inscreve o Assistente Social articulam um conjunto de mediações que interferem no processamento da ação e nos resultados individual e coletivamente projetados, pois a história é o resultado de inúmeras vontades projetadas em diferentes direções que têm múltiplas influências sobre a vida social (Iamamoto, 2004, p.24).

Quadro 8 - Categoria 5 referente ao eixo temático, importância dos serviços realizados pelo Assistente Social

Participantes	Percepção dos sujeitos
F	“De grande importância para acompanhar todos os alunos que estão em uma situação delicada, que não estão bem financeiramente. Não só a questão de vulnerabilidade social, mas também a relação da rotina familiar, que isso tudo impacta, às vezes, não é só uma questão financeira ajustada que resolve o problema da família, pode ser um dos problemas familiares ali, e também podem causar grandes danos também para o desenvolvimento do aluno. Então, a Assistente Social está ali presente para poder ajudar, intervir em todas essas situações, também auxiliar, no conjunto da obra, todos os profissionais ali da CAED acabam auxiliando”.
G	“Sobre a importância do Assistente Social, é porque não basta você ofertar ensino, você também tem que ofertar condições para que o aluno permaneça dentro da escola. Então isso está muito relacionado à permanência do aluno dentro da escola. O aluno que não vem aí a gente já tem que passar essa demanda para o Assistente Social, para poder verificar o que acontece, por que ele

	<p>não está vindo, por que ele não consegue vir, por que ele está saindo da escola. Então, é extremamente importante essa função dentro da escola, e eu acredito que sem ela a gente não teria nem como manter isso funcionando [...] A relação entre família, aluno e a Assistência Social ela consegue entrar, ela consegue intervir, ela consegue ir ali e tomar as ações necessárias para que esse aluno seja compreendido [...] E aí cabe à Assistência Social fazer essa intervenção para que esse aluno, ele não fique desamparado e não seja negligenciado pelos pais. Mas isso o aluno só vai procurar se ele souber que isso também cabe ao Assistente Social”.</p>
--	---

Fonte: Autoria própria, (2025).

Categoria 6: Passar nas salas de aula, fortalecer a relação com o aluno e desenvolver projetos fortalece e amplia o fazer profissional do Assistente Social.

Analisando as respostas dos servidores A, B, H, F e G constam-se como estratégia para fortalecer e ampliar o conhecimento da comunidade acadêmica sobre o fazer profissional do Assistente Social realizar projetos e fortalecer a relação com os estudantes. Ressalto que mesmo outros servidores terem citado sobre passar nas salas de aula, o servidor A informa que essa ação já é realizada no *Campus*.

Essa atividade passou a ser feita pelo fato do profissional ter a percepção, logo ao ingressar na instituição, que havia esse desconhecimento sobre o papel do Assistente Social.

“Eu acho que as ações que poderiam ser feitas, basicamente já são feitas, acho que é passar numa sala de aula, falar do papel do Assistente Social, o que ela pode auxiliar nos alunos. Quando os alunos devem procurar a Assistente Social, isso pelo que eu vejo isso já é feito, acho que é levar informação ao aluno para que ele saiba, quando precisar disso eu tenho que ir lá na Assistente Social” (Servidor A).

A resposta da servidora B enfatiza a experiência realizada no campus a partir do Projeto “**Um Passo à Frente**” realizado pela Assistente Social. Esse projeto surgiu a partir das necessidades dos alunos dos terceiros anos. Adolescentes com dúvidas quanto à escolha profissional. O que fazer após concluir o ensino médio? A partir dessa observação, relatos dos próprios alunos e informações colhidas com alguns profissionais do *Campus*, pensei o Projeto.

“Eu acho que o Assistente Social, assim como outros profissionais, da

CAED, pedagogo, podem trabalhar com projetos. Eu sei que não é fácil porque você acaba precisando de carga horária, entrar nas salas [...] O Assistente Social vai ter oportunidade de sempre está falando do trabalho dele e fazer coisas diferentes, levar informações diferentes. Essa do Projeto um “passo à frente” foi bem legal, eu acho que é isso, desenvolver projetos” (Servidor B).

“Acho que é muito importante criar esse vínculo de apoio, entre os próprios alunos, servidores [...] É muito mais fácil conversar com os alunos, fortalecer essa relação, fazer amigos mesmo, né! Muitas vezes, ele não vai querer conversar com o técnico” (Servidor H).

O relato do servidor F destaca que é importante o Assistente Social fortalecer a relação com o estudante, pois considera difícil alguém que esteja em situação de vulnerabilidade compartilhar essa situação com alguém com quem não possua vínculo ou confie. Por isso, é relevante passar nas salas de aulas, passar um tempo conhecendo ou em rodas de conversa com os alunos, para criar e fortalecer uma relação de confiança entre o profissional e o usuário.

“Seria interessante também desenvolver projetos [...] talvez o aluno ter que dizer, que reconhecer a situação de vulnerabilidade é um problema, ou mesmo, não só reconhecer, ele ter a vontade de ir ali e pedir essa ajuda, talvez, seja um impedimento que haja nesse sentido. Então, mesmo em passar em algum momento nas salas informando, talvez seja interessante isso; talvez a pessoa que está passando por dificuldades, às vezes, ela tem esse receio, esse medo;mas ir com uma uma pessoa que seja próxima ali, que consiga ajudar melhor ela, que consiga informar o que está passando” (Servidor F).

O servidor G cita os alunos dos primeiros anos, principalmente, uma vez que ingressa na instituição de uma forma mais tímida e não conhece os setores. Assim, propõe uma abordagem com esse público de maneira lúdica, visando uma aproximação. Inclusive, essa não integração, desconhecimento ou não procura dos serviços ofertados na instituição, leva muitos estudantes a não se inscrever nos editais da Assistência Estudantil.

“Eu penso nessa questão de trabalhar projetos, ações, principalmente, para os alunos do primeiro ano, né! Porque o primeiro ano chegando é tímido, sem conhecer muito a instituição, não sabe o que é uma Coordenação de Registro Acadêmico - CRA, o que é uma CAED, não sabe o que é um Departamento de Ensino – DE, Departamento de Apoio a Ensino - DAPE. Então, assim, o primeiro ano, realmente, tem que ser trabalhado até de forma lúdica, fazer brincadeiras. Faz com que você se aproxime deles, quebra esse gelo né” [...] Então, com os alunos, você tirando ali uma manhã, uma hora em cada turma, você já consegue fazer com que eles mudem a percepção” (Servidor G).

É importante mencionar outras ações citadas pelo servidor D sobre a mesma categoria 6, onde ele relembra sobre os e-mails recebidos pelos servidores a partir

do “você sabia”? Cujo conteúdo trazia informações de interesse dos servidores. Segundo ele, a intenção seria utilizar esse mesmo mecanismo do “você sabia”? Para ampliar o conhecimento sobre o Assistente Social, além de outras ações, como: colocar informações sobre essa temática em murais e banners; bem como, através do uso da tecnologia, via QR Code. Seriam possibilidades para a comunidade acadêmica acessar os serviços.

“Ideias que eu daria para poder melhorar tanto o trabalho da Assistente Social quanto da coordenação do educando e também a permanência e êxito dos alunos no campo, seria um esquema voltado para o “você sabia”, que são e-mails informativos que a gente recebe e banners espalhados no *Campus*, ou até mesmo dentro de cada sala de aula informando quais as formas de contato que o aluno pode entrar com a assistência [...] dentro do pátio da escola, a gente tem uns murais onde colocam as informações. Eu acredito que ali deveria ter um banner com um resumo de cada uma dessas funções que estão dentro da Coordenação de Assistência ao Educando. E nesse banner, as formas que o aluno pode entrar em contato. E até mesmo uma coisa mais digital, mais tecnológica. Por exemplo, o QR Code. O aluno pega o telefone, tira foto do QR Code e entra em contato diretamente no WhatsApp com alguém para marcar alguma coisa; e, que esses banners, eles fossem sendo atualizados, digamos, uma vez a cada trimestre, por exemplo” (Servidor D).

4.3 PERCEPÇÃO DOS DISCENTES SOBRE O FAZER PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO *CAMPUS* JARU

Categoria 1: A Assistente Social é a profissional que concede auxílio, ajuda e acompanha os estudantes.

Nessa categoria, referente ao eixo temático, o que faz o Assistente Social e os serviços ofertados pelo Serviço Social do *Campus* Jarú, os estudantes A, B, H, M, E e N, especialmente, relatam que esse profissional é aquele que concede auxílio, ajuda, orienta e acompanha os alunos.

O aprofundamento das desigualdades sociais gera impactos extremos à classe trabalhadora, principalmente, aos segmentos populacionais mais vulneráveis, muitas vezes, excluídos de direitos básicos, como o acesso à educação. Nesse contexto de restrição aos direitos sociais, a Política de Assistência Estudantil vem ao encontro de contribuir para o ingresso, a permanência e o êxito dos estudantes mais necessitados.

Coadunado com Prada (2015) ao ressaltar que o trabalho realizado pelo Assistente Social nos Institutos Federais, seja com o estudante, o servidor ou a

comunidade, tem no projeto de intervenção profissional um mecanismo relevante para concretizar o trabalho nesse espaço permeado por contradições, resultantes do desenvolvimento da expansão dos Institutos postos nessa conjuntura de ampliação de políticas determinadas pela financeirização e pela limitação dos direitos.

“Eu acho que ela vê as condições da criança, com visitas, para ver se realmente está aquilo no papel que algumas pessoas tenham falado dela; eu acho que ela ajuda, vê a melhora do bem-estar na vida do adolescente, de crianças, adultos” (Aluno (a) A).

“Tem algumas coisas que podem ser ajudadas pela Assistente Social [...] Eu acho que esse papel que o Assistente Social faz é algo importante, porque tem alguns casos de não ter um ténis que o Assistente pode ver alguma questão que possa ajudar; tem a questão da pessoa morar longe, tem vários pontos que, às vezes, a gente vê assim e alguns pontos que a Assistente Social pode estar lhe auxiliando” (Aluno (a) B).

Os alunos F, H e M também citam o papel do Assistente Social como aquele que resolve os problemas ligados ao contexto familiar e escolar. Relacionam as questões financeiras com o desempenho na escola, bem como, ressalta os auxílios estudantis como condição para a permanência na instituição.

Conforme Mioto (2009), a conduta pretendida para as ações previstas pelo PNAES, no período de estudos socioeconômicos é a expectativa dos direitos e o compromisso com os usuários, considerando a cidadania e a igualdade de condição, orientada na equidade.

“Ah! Acredito que o Assistente Social vá estudar o caso do aluno em específico. Vê a questão da família dele, se ele tem algum problema familiar, tanto econômico, quanto com a própria vivência; às vezes, ele pode estar indo mal nas aulas, tanto por questões financeiras ou até mesmo por questões familiares, e, então, ele vai buscar entender a situação do aluno específico” (Aluno (a) F).

“Eu vejo o papel da Assistente Social em meio à fiscalização, não fiscalização, mas acompanhamento de crianças, adolescentes e adultos [...] o papel do Assistente Social é está acompanhando pessoas que estão passando por algum problema. Acho que esse papel é sempre tá acompanhando o aluno, como está sendo o desempenho dele, como que vai a questão do desempenho dele, mas, não o desempenho acadêmico, e, sim, o social” (Aluno (a) H).

“Eu acho que o Assistente Social tem um papel muito importante na vida do aluno, principalmente, porque ele que vai ajudar, de certa forma, a orientar o aluno [...] é ele que vai acompanhar o aluno durante essa trajetória [...] ele vai ajudar a resolver problemas, vai ajudar no programa de permanência (auxílio) para o aluno se manter na escola e não precisar sair, então assim, quanto ao Assistente Social nesse tipo de caso que é extremamente importante” (Aluno (a) M).

Os discentes E, D e G descrevem percepções diversas sobre a referida categoria. Enquanto o pesquisado E ressalta a questão socioeconômica, as necessidades do aluno e o encaminhamento de suas demandas, o estudante D cita sobre as oportunidades e as condições desiguais e relaciona esse fato ao comportamento no âmbito escolar. O relato do pesquisado G acredita que o Assistente Social vai fazer uma mediação entre a vida do estudante fora do espaço escolar com as vivências dentro da instituição, visando usufruir da melhor forma possível desses dois ambientes.

Quadro 9 - Categoria 1 referente ao eixo temático, o que faz o Assistente Social e os serviços ofertados pelo Serviço Social do *Campus Jarú*

Participantes	Percepção dos sujeitos
E	“Eu acho que a Assistente Social, ela cuida de toda a questão social do aluno. Então, por exemplo, ela verifica a questão socioeconômica do aluno. Ela verifica as necessidades, acompanha pra vê como está o aluno ali, pra vê se está conseguindo estudar bem, se está conseguindo fazer o que ele tem que fazer e ela encaminha, segundo as necessidades dele”.
D	“Eu acredito que o papel do Assistente Social, acima de tudo é ter uma mão de empatia e de humanidade, porque ele sabe que nem todos os discentes eles têm as mesmas oportunidades, as mesmas condições, e, a gente vê que muitos alunos, eles faltam muitas aulas, adotam um comportamento mais indiferente com a educação ou até violento. Mas, o papel do Assistente Social é reconhecer se existe de fato uma justificativa para aquilo; Se existe uma causa que determina aquilo. O discente, ele não está estudando, ele não está agindo como ele pensava agir, por conta das condições dele, se ele realmente não quer assistir às aulas, se ele realmente não se importa ou se ele foi condicionado a uma sociedade que deixa ele extremamente cansado e desmotivado ao ensino. Muitas vezes, nem oferece as condições de ensino para ele”.
G	“Eu vejo a Assistente Social como uma agente que vai tentar assimilar a nossa vida como estudante e da nossa vida social lá fora. Vai tentar achar essa harmonia da nossa vida lá fora como cidadão e com a nossa vida de estudante. Vai tentar achar o melhor caminho possível pra ter uma relação saudável, assim, para o aluno poder estudar e ter uma vida social melhor, ne!”.

Fonte: Autoria própria, (2025).

O relato do estudante N dar ênfase à importância de Assistente Social no *Campus* fazer a concessão de auxílios. Ao mesmo tempo, informa que há um problema de comunicação e de falta de interesse dos alunos. Esse pesquisado cita

as pessoas, se referindo aos alunos. Enfatiza que muitas vezes, eles têm receio, medo de procurar os servidores e o procuram para fazer essa mediação. Percebe-se essa situação, principalmente, com os alunos dos primeiros anos.

“O Assistente Social tem uma função extremamente importante no nosso *Campus*, que é prestar auxílio. Só que há defasagem em relação à informação, que as pessoas não pesquisam, não querem saber. Na verdade, se você for olhar, tem gente no terceiro ano que tem medo dos professores, o pessoal tem medo dos funcionários, em qualquer situação tem medo. Ei, vai lá falar por mim lá. Gente, falar por mim, gente! Não existe isso. Eu vejo muito isso, as pessoas no terceiro ano, às vezes, no segundo, terceiro, primeiro, têm medo dos funcionários, sendo que não é assim que funciona, e a gente está aqui na sociedade, tem que cada um se conhecer e ir conversando” (Aluno (a) N).

Os discentes O e Q trazem uma percepção distinta dos demais pesquisados, ao evidenciarem que o Assistente Social no *Campus Jaru* executa outras atividades que talvez não sejam inerentes à profissão. Além disso, o aluno Q afirma que são poucos servidores na instituição, por isso a necessidade de executar outras ações diversas das competências e atribuições de certos cargos específicos.

Mesmo compreendendo as dificuldades do *Campus* quanto à ausência de profissionais, é importante dizer que o excesso de atividades administrativas realizadas pelo Assistente Social compromete a execução de outras ações necessárias para efetivar o acesso integral aos direitos pelas demandas individuais e coletivas. É necessário o apoio de outros profissionais, como os assistentes administrativos, para a execução de tarefas burocráticas.

Sobre o que faz o Assistente Social e os serviços ofertados pelo serviço social, os alunos I, J e L são os que menos evidenciaram uma percepção sobre essa atuação. Os sujeitos I e L conhecem parcialmente essa atuação e fazem uma relação direta do profissional com os auxílios estudantis. O pesquisado J não sabia que o Assistente Social podia fazer visitas domiciliares e cita que não interagia muito com a CAED, setor onde o Assistente Social é lotado.

Quadro 10 - Categoria 1 referente ao eixo temático, o que faz o Assistente Social e os serviços ofertados pelo Serviço Social do *Campus Jaru*

Participantes	Percepção dos sujeitos
O	“Basicamente, além de verificar auxílio e essas questões, verificar a situação social, dar realmente assistência social em casos de necessidade, principalmente. Mas, além disso, ser um profissional capaz de auxiliar, dar assistência para aquela situação, conseguir analisar aquela situação e conseguir encaminhar uma solução

	palpável para a situação. Além de fazer muita coisa, todo mundo tem que fazer um pouco de cada, ficar mexendo com a matrícula no começo do ano, ou auxílio. Mas a questão principal seria essa, auxiliar em caso de necessidade, verificar, monitorar também esses casos e fazer essa assistência contínua”.
Q	“São várias funcionárias lá na CAED, são várias meninas, e a gente, tipo, eu mesma no primeiro ano, até o meio do segundo ano, eu olhava e falava, é a tia da CAED; então, tipo assim, a gente tem uma visão que ali todas fazem a mesma coisa. Todo mundo tem medo da tia da CAED. Nossa! Lá vem a tia da CAED. Vamos para a sala, não sei o quê, então é tipo assim, essa é a nossa visão, e eu mudei a minha visão depois que você foi na sala, acho que foi ano passado, não, não foi você, foi uma outra que fica lá que eu não lembro o nome, foi lá na sala e falou, minha função é essa, a minha é essa e tal, e falou o que ela realmente fazia. E a função do Assistente Social aqui é, tipo, muito complexa, necessita, precisa do Assistente Social, e a gente não vê isso, a gente acha que, nossa, tá ali, não tá fazendo nada, tá só sentado, e não é isso, tipo, tá fazendo realmente, tá trabalhando de verdade, e aqui como tem poucos funcionários, não tem um pra cada função, aí você tem que fazer outras coisas que talvez nem tá na sua área, então, é, eu acho que a função do Assistente Social é importante”.
I	“Eu não sei muito bem o que faz o Assistente Social, mas eu conheço os serviços ofertados pela instituição; como eu falei no início, a questão dos auxílios, a questão das visitas”.
J	“É o que vai além da sala de aula; faz a visita, eu não sabia que fazia a visita, na verdade, eu só fui saber disso agora. Então, em relação a visita eu não sabia que era possível porque é um setor que acaba, eu não interagindo muito [...] mas o que o Assistente Social faz, o que está escrito no papel, o que ele deveria fazer eu só estou conhecendo agora, como disseram, descrevendo o serviço; ir na casa eu não sabia que era possível ir lá conhecer a situação da pessoa”.
L	“Em relação a conhecer o que o Assistente Social faz, conheço em partes [...] ele analisa a situação e ver qual é o programa da política que mais se encaixa naquela situação; eu imagino que ele seja mais um mediador a parte humana da mediação de compreender o que é que aquele aluno, aquele discente sente, o que está passando, compreender qual é a situação correta [...] Dos auxílios, eu conheço o PROAC, o auxílio de alimentação, eu não lembro o nome correto dele, tem o auxílio Saúde”.

Fonte: Autoria própria, (2025).

Considerando que os estudantes são os sujeitos diretamente afetados pela política de Assistência Estudantil é importante que eles participem ativamente para construir uma política mais eficaz, a partir de sugestões de melhorias e manutenção dos auxílios estudantis. A participação dos pais nesse processo também se faz

necessário, pois é a partir da articulação de estratégias, das mobilizações coletivas e de saberes que o profissional terá meios para propor alternativas viáveis para solucionar problemáticas.

[...] ressalta-se que a contribuição mais significativa do Assistente Social para a educação se concretiza no âmbito de constituir-se a profissional referência na família. Ou seja, é na família que perpassam as situações, sejam estas sociais, culturais, políticas, manifestadas muitas vezes pela negligência, omissão, violência, dentre outras, todas estas as expressões da questão social que influenciam diretamente o processo de ensino aprendizagem [...] (SANTOS, 2013, p.121).

Analisando a resposta, ênfase na informação trazida pelo estudante P quanto ao fato de conhecer alunos na instituição que possuem uma realidade difícil, mas que por falta de conhecimento ou vergonha não procuram o Assistente Social.

O relato demonstra que há vários estudantes vivenciando realidades sociais complicadas, e, mesmo havendo essa divulgação dos serviços, eles deixam de acessar direitos, às vezes, por problemas possíveis de serem sanados. Nessa realidade, muitos discentes que poderiam ser contemplados pelos auxílios ficam de fora. Isso acontece, principalmente, quanto aos auxílios ofertados por editais.

Bom, esse cargo de Assistente Social, no primeiro ano eu não conhecia, eu não sei se já tinha um profissional na área, não sei se era você. Eu não conhecia e eu percebo que é um cargo que deveria ser mais reconhecido pelos alunos, porque às vezes, você vai conversar com alguns alunos aqui no *Campus* e você percebe que tem realidades muito diferentes aqui. E muitas pessoas, eu conheço algumas mesmo que falam: poxa cara! Nossa, se eu pudesse ter recebido algum auxílio ou alguma coisa. O cara mora muito longe. Eu conheço alguns alunos aqui que trabalham, moram muito longe e tem que vir para cá [...] E às vezes, eles não recorrem, por falta de conhecimento ou por vergonha” (Aluno (a) P).

Categoria 2: Os atendimentos com a Assistente Social ocorreram presencialmente, informalmente e através do SUAP (sem frequência definida) / nunca buscou atendimento com a Assistente Social.

Com a finalidade de identificar a percepção dos discentes nessa categoria dois indagamos sobre os meios pelos quais se buscou atendimento com a Assistente Social do Campus e a frequência. Os sujeitos da pesquisa A, D, F, G, M, P e Q responderam que nunca procuraram atendimento com a Assistente Social. Considerando o quantitativo de pesquisados que nunca procuraram essa profissional, é importante ressaltar que no *Campus* Jarú não há uma sala específica

para atender as demandas do serviço social. Isso dificulta a criação de uma identidade profissional.

Quadro 11 - Categoria 2 Referente ao eixo temático, meios pelos quais se buscou atendimento com a Assistente Social

Participantes	Percepção dos sujeitos
A	“Eu, nunca precisei ir na Assistente Social”.
D	“Eu também nunca precisei de algum auxílio ou de algum acompanhamento do Assistente Social”.
F	“Então, eu nunca procurei o Assistente Social”.
G	“E, eu nunca precisei, eu nunca usei o serviço da Assistente Social”.
M	“Eu nunca procurei, não”.
P	“Até hoje eu ainda nunca precisei procurar Assistente Social, não”.
Q	“Assim, eu nunca procurei a Assistente Social”.

Fonte: Autoria própria, (2025).

A percepção do estudante N é que o Assistente Social atua com as questões sociais, relacionando esse fato com a ausência de recursos financeiros. Nesse sentido, ele enfatiza que nunca procurou esse profissional para atendimento, mas para tratar de outros assuntos. Observa-se nessa fala que o pesquisado desconhece as muitas outras ações que o Assistente Social executa no *Campus* ou pode realizar. Além disso, parece haver certo receio ou desconforto do aluno em procurar esse atendimento.

Apesar de estar lotado na Política Pública de Educação, o Assistente Social na escola deve atender o aluno em sua integralidade, isso significa atender a sua família, a comunidade escolar e as interfaces com as demais políticas públicas, sejam estas de Saúde, Habitação, Assistência Social, dentre outras, as quais se tornam essenciais como parte de um processo que possa garantir uma educação de qualidade (Santos, 2013, p.40).

“Eu nunca procurei a Geysa como Assistente Social, pra falar em situações sociais, que seria questão de passar necessidade, não, jamais, mas eu já procurei ela para falar de outras coisas, pra conversar” (Aluno (a) N).

Os alunos C, H, E, J, I e L já buscaram atendimento com a Assistente Social de forma presencial, informal e através do SUAP. Não houve uma frequência definida pelos pesquisados quanto a procura pelo atendimento. Nas falas dos pesquisados, alguns citam a frequência quanto aos atendimentos com a Assistente Social, outros não tiveram uma sequência definida.

Quadro 12 - Categoria 2 referente ao eixo temático, meios pelos quais se buscou atendimento com a Assistente Social

Participantes	Percepção dos sujeitos
C	“Eu já fui lá falar com você, pessoalmente, né!”.
H	“Pessoalmente, eu venho aqui com o Whatsapp e e-mail [...] A minha frequência em relação ao Assistente Social, é quando surge alguma dúvida ou alguma demanda, na qual eu não entendo, eu sei que sempre eu posso está recorrendo a você, eu sempre vou e busco pra poder tentar conversar e entender melhor o caso”.
E	“Eu já busquei informalmente [...] A frequência foi anualmente, né!”.
J	“Foram duas vezes. Uma vez foi informal, durante a feira de estágio, no ano passado, e, outra vez, foi pelo SUAP, por meio de chamado, essas duas vezes somente”.
I	“Eu já busquei a Assistente Social”.
L	“Procurei até hoje, acho que mais ou menos, umas três vezes, a cada quatro meses, cinco meses mais ou menos, eu procurei”.

Fonte: Autoria própria, (2025).

Categoria 3: As solicitações realizadas ao Serviço Social foram para auxílios/outras (atendidas) / nunca procurou, falta de conhecimento.

Nesta categoria os alunos A, D, G, M, J, Q e P disseram que nunca procuraram a Assistente Social. Os estudantes M e J relataram que nunca tiveram conhecimento de que alguém precisasse ser atendido por esse profissional.

Os alunos Q e P destacam a falta de conhecimento como fator principal para não procurarem esse atendimento, mesmo demonstrando que vivenciaram situações que poderiam ter procurado a Assistente Social.

Quadro 13 - Categoria 3 referente ao eixo temático, procura por atendimento com o Assistente Social e as demandas levadas

Participantes	Percepção dos sujeitos
A	“Nunca procurei”.
D	“Nunca procurei”.
G	“Eu nunca procurei o Assistente Social”.
M	“Eu nunca procurei, porque não vi situações que eram necessárias em uma prestação de Assistente Social”.
J	“Eu já busquei a Assistente Social”.
Q	“Eu nunca procurei, porque eu não precisei, mas também por falta de conhecimento. No primeiro ano aconteceu um caso comigo que eu poderia ter procurado a Assistente Social pra falar pra ela, explicar pra ela, mas por falta de conhecimento, eu nem lembro se tinha na época. Eu poderia ter procurado”.
P	“Olha, eu até hoje não precisei, eu respondi que não, é porque realmente não foi preciso [...] quando eu vi aquele caso de um aluno que tava numa situação assim, eu pensei, eu não conhecia, aí o que eu pensei: caraca, mas isso não podia ficar assim, né! [...] Aí, por falta de conhecimento, né, nesse caso que existia, eu não soube o que fazer naquela situação. Mas também, o professor falou um negócio que eu achei interessante, é que a gente também não para pra prestar atenção. Cara, mas qual é a função? Será que não existe uma pessoa que faça isso aqui nessa escola? Aquelas moças que ficam lá na CAED, qual que é a função delas? Entendeu? E também, por um lado, eu achei que eu gostei muito que você conseguiu mostrar pra gente o seu cargo aqui”.

Fonte: Autoria própria, (2025).

Como constatado nas falas dos discentes C, E, F e L, as requisições ao serviço social foram referentes a auxílios. O aluno E descreve a dificuldade para se inscrever nos editais de auxílios. Relata que procurou a Coordenação de Assistência ao Educando (CAED) para conseguir realizar o procedimento. A demanda sobre a saúde, relatada pelo pesquisado L, se refere ao (Programa de Atenção à Saúde e Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - PROSAPEX).

Quadro 14 - Categoria 3 referente ao eixo temático, procura por atendimento com o Assistente Social e as demandas levadas

Participantes	Percepção dos sujeitos
C	“Já procurei pro auxílio PROAC, que é pro transporte, alimentação, e foi bom, porque eu consegui sua ajuda lá com a documentação e tal; e você me atendeu”.
E	“Eu já busquei. Eu participo né, daquele do começo do ano, acho que o PROAP. Já busquei, no primeiro ano eu acho que eu não tinha conseguido, porque eu não sabia mexer. Eu procurei na CAED, fui lá na CAED, tentei ver como é que era, mas acabou que, essa questão da documentação que atrapalha né, porque tem que ter um documento tal, pra tal coisa, foi uma dificuldade, mas esse ano e o ano passado eu consegui. Fui na CAED, perguntei como é que fazia”.
F	“Eu já busquei aquele auxílio PROAP no primeiro ano, só que não deu certo”.
L	“Foi em relação à minha saúde, em relação ao oftalmologista, e outra vez em relação aos exames de hemograma, e a vez que eu procurei a senhora para ajudar outra pessoa, outra por socioeconômica [...] Foram atendidas, né! Tanto da consulta ao oftalmologista como da colega da minha colega. Foram atendidas ambas. E estou satisfeito com o que aconteceu, aconteceu do jeito que tinha que acontecer”.

Fonte: Autoria própria, (2025).

Analisando os relatos dos estudantes H, N e O percebemos motivos diversos que levaram os discentes a buscarem o Assistente Social, conforme expresso abaixo:

“Eu procurei o Assistente Social, eu procurei recentemente, na questão de fazer a inscrição do intercâmbio, pra poder a gente fazer toda a questão socioeconômica pra eu poder encaminhar para o pessoal da reitoria” (Aluno (a) H).

“Procurei para falar de concurso, já conversei com ela bastante sobre isso” (Aluno (a) N).

“Procurei pra falar de concurso [...] não precisei de nenhuma situação para procurar diretamente você, mas se tivesse, com certeza, procuraria, porque já que eu tenho essa proximidade com você, né! Eu já conheço a Geysa. Então, eu não teria esse problema de vergonha ou alguma coisa de desconhecimento, então para mim é só questão de precisar” (Aluno (a) O).

Muito embora as principais requisições na Política de Educação recaiam sobre a realização dos estudos socioeconômicos vinculados às políticas de assistência estudantil, concessão de bolsas e definição das condições de acesso a determinados estabelecimentos educacionais, essa dimensão do trabalho profissional não deve se restringir nem a esta demanda nem tampouco aos

procedimentos já institucionalizados. Trata-se de uma dimensão fundamental para a análise da Política de Educação em sentido mais amplo que apenas o da verificação do alcance das metas relativas ao acesso e à permanência, contribuindo para a definição de novas estratégias de ação profissional e dos sujeitos singulares e coletivos, a partir do desvelamento de como a Política de Educação se inscreve nos processos de reprodução das desigualdades sociais (CFESS, 2012, p. 52).

As demandas dos estudantes, muitas vezes, são diferentes das demandas institucionais colocadas ao Assistente Social, que podem não estar vinculadas às competências e atribuições propostas pelas orientações, documentos e legislações estabelecidos pelo CFESS.

As competências e atribuições profissionais não se dissociam de uma direção ético-política e sua tradução em procedimentos técnicos no cotidiano dos estabelecimentos educacionais Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação implica, necessariamente, no reconhecimento das condições objetivas a partir das quais se desenvolve o trabalho profissional. Para tanto, é fundamental a apreensão dos processos que hoje mediatizam a inserção e as formas de atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação e os embates presentes neste campo sócio-ocupacional (CFESS, 2012, p. 36).

Categoria 4: Desconhece que tem Assistente Social / receio de procurar o setor / campus pequeno.

Sobre as experiências, dificuldades e facilidades da comunidade acadêmica quanto ao acesso ao Serviço social da instituição, apenas dez estudantes responderam. Diferente da percepção dos servidores quanto a essa categoria, em que alguns citaram que não há dificuldades para acessar o Serviço Social, pois o campus é pequeno. Ao analisar o relato dos alunos F, G, H, I e M, houve um consenso sobre o desconhecimento quanto à inexistência do Assistente Social no *Campus*, por parte de alguns alunos. São vários os fatores que possam contribuir para esse diagnóstico, como: Algumas falam sobre os alunos que estão ingressando na instituição, aqueles do primeiro ano, que chegam ao *Campus* mais tímido, receoso e acabam não interagindo muito com os setores da instituição, principalmente, com a CAED, mesmo sendo feito um trabalho de divulgação dos editais através do site oficial, redes sociais da instituição e, dentro do próprio *Campus*.

Sobre as facilidades, os relatos dos pesquisados G, H e I enfatizam que o campus é pequeno. Portanto, as relações entre os alunos são mais próximas, pois são de pessoas que se conhecem.

Quadro 15 - Categoria 4 referente ao eixo temático, experiências, dificuldades e facilidades para acessar ao Serviço Social

Participantes	Percepção dos sujeitos
F	<p>“Eu acho que para as pessoas que acabam de entrar na instituição é como ele disse, às vezes não sabem mexer direito nos sites [...] Eu acho que também a falta de conhecimento, em relação se tem Assistente Social, ao que o Assistente Social faz. Porque como o professor disse, ele não sabia exatamente se tinha Assistente Social, então acho que essa falta de conhecimento, talvez devesse ser mais falada, igual você fez nas salas, eu acho que é interessante fazer isso todos juntos. Acho bem interessante”.</p>
G	<p>“Acho que é a principal dificuldade mesmo, essa questão da pessoa saber mesmo, né? Porque a pessoa entra aqui no <i>Campus</i>, não tem muita dimensão do que tem no <i>Campus</i>, né! Ter mais informações sobre quando você entra no <i>Campus</i>, né! Porque praticamente eu não sabia que existia Assistente Social no <i>Campus</i> no primeiro ano. Eu fui descobrir isso no segundo ano, metade do segundo ano. Tipo é muito precário essa publicidade assim, da questão do Assistente Social, né! Isso eu vejo muito. Ah, facilidades que nem ele falou, como o <i>Campus</i> é pequeno, praticamente, todo mundo é amigo aqui, né! Isso facilita muito a comunicação”.</p>
H	<p>“As maiores dificuldades, eu creio que é a falta de conhecimento sobre o Assistente Social, qual o campo de atuação da Assistência Social no ambiente educacional, faz com que, tipo assim, eles acabam não indo atrás para poder buscar, entender, buscar ajuda. Às facilidades, como foi falado, o campus é pequeno, as pessoas se conhecem, conversam e, além disso, a gente tem várias maneiras de comunicação aqui no campus. A gente pode mandar por e-mail, se eu não me engano, acho que tem o e-mail da CAED, acho que provavelmente deve ter o e-mail diretamente da Assistência Social, mas eu creio que encaminhando para a CAED, a CAED já direciona para a Assistência Social. Como tem o SUAP, no SUAP tem como a gente também estar tentando entrar em contato, também tem o WhatsApp e também a gente pode ir lá pessoalmente, sabe!”.</p>
M	<p>“Bem, aqui no <i>Campus</i> não tem muito que reclamar sobre a ação do profissional. O que pode acontecer, por exemplo, é que alguns alunos só não sabem que existe informação [...] Então, eu acho que a maior dificuldade é o acesso à informação em si, e não sobre a execução das demandas”.</p>
I	<p>“A questão das dificuldades é o que os três falaram: que no primeiro ano a gente sempre tem dificuldades. Quanto a gente</p>

	conhecer o que a instituição pode fazer pela a gente e as facilidades é a questão de como o campus é pequeno, a gente consegue perceber as coisas muito rápido, se tal pessoa está passando por necessidade. A percepção disso acontece bem mais rápido, porque a gente está no <i>Campus</i> pequeno”.
--	---

Fonte: Autoria própria, (2025).

Nessa análise, os estudantes O, N e Q acreditam que muitos alunos têm receio de procurar a CAED. O aluno O informa que têm colegas que pedem para ele fazer a mediação com outros setores; disse que os discentes têm medo de procurar a psicóloga e deve ter medo de procurar a Assistente Social também. Destaca que a CAED é um setor estigmatizado, pois os alunos veem o setor como aquele que “puxa a orelha”. Como já dito anteriormente, no *Campus* Jaru a Assistente Social não tem uma sala para atendimento, então, ela atua no setor CAED, juntamente com toda a equipe multidisciplinar.

Considerando a ausência do setor do Serviço Social, creio que diante da percepção dos discentes em relação à CAED, local onde o Assistente Social foi inserido, isso tem contribuído para diminuir as demandas postas ao serviço social, pois muitos alunos acreditam que todos do setor realizam as mesmas funções. Não visualizam os serviços distintos da equipe multidisciplinar.

Compete ao Assistente Social juntamente com a equipe multidisciplinar processar teoricamente, politicamente e eticamente as requisições sociais e institucionais, dar andamento ao fluxo e conteúdo no processo de planejar e gerir conduzindo sua formatação e execução (Teixeira, 2009).

Quadro 16 - Categoria 4 referente ao eixo temático, experiências, dificuldades e facilidades para acessar ao Serviço Social

Participantes	Percepção dos sujeitos
O	“Muita dificuldade. Eu não vejo como exatamente mudar, mas eu acho que uma dificuldade muito grande é a de acesso de alunos e servidores em geral [...] eu tenho essa liberdade de conversar com o diretor, de conversar com a CAED. Mas muita gente pede para eu fazer esse diálogo, esse intermédio; aí eu falava, nossa! Todo mundo pede pra eu fazer isso, uma coisa tão simples; aí falaram, ué! Pra você poder ser simples, mas pra outra pessoa pode não ser. Então, é uma relação muito de comunicação mesmo. Por exemplo, a própria psicóloga, a gente tem medo de ir atrás, da mesma forma, muita gente vai ter medo de ir atrás da Assistente Social. O próprio estigma de CAED, do nome CAED ser. Ah! Um setor pra puxar a orelha, pra fazer tal coisa, é muito estigmatizado,

	foge a sua intenção real né! Então, assim, eu não vejo uma solução, mas eu vejo que tem esse problema, esse problema de comunicação mútua entre os alunos, por não ter acesso a essa informação, também tem essa situação de não conhecer, que as vezes, no processo de passar nas salas, falar sobre o edital, por exemplo, a pessoa não aprende, mas, uma conversa de cinco minutos com você, por exemplo, eu sempre puxo conversa, aleatoriamente, às vezes no segundo, no terceiro ano, a pessoa conversa uma situação aleatória, conversa com você no intervalo cinco minutos, aprende tudo que poderia ter aprendido antes, né! [...] Então, a Assistente Social está aqui para ser um pilar que torna a instituição acessível, para dar esse apoio para a pessoa continuar numa educação tecnológica, sair daqui com um técnico, sair já com uma formação boa, mesmo as pessoas em vulnerabilidade social”.
N	“Esse acesso que tem é pouco [...] há defasagem em relação à informação, que as pessoas não pesquisam, não querem saber. Na verdade, se você for olhar, tem gente no terceiro ano que tem medo dos professores, o pessoal tem medo dos funcionários, em qualquer situação tem medo, de procurar a CAED”.
Q	“Então, eu acho que a dificuldade é muita, porque foi igual eu falei, a visão dos alunos aqui, principalmente, do primeiro ano, é que quem está dentro da CAED vai brigar com você, vai tudo, então é muito por medo, entendeu?”.

Fonte: Autoria própria, (2025).

O discente I analisa que há uma demanda no Campus que não é atendida. Isso acontece porque o orçamento da assistência estudantil não é suficiente para atender todos os estudantes em situação de vulnerabilidade social.

De acordo com Côco e Costa (2020) o orçamento designado para cada Campus é fundamentado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município onde se localiza a instituição de ensino e no quantitativo de estudantes matriculados. Por conseguinte, os valores entre os Campi são diferentes e contraditórios. Ademais, os campi também atendem estudantes de outros municípios e não somente aqueles de onde o *Campus* está localizado.

“A maior dificuldade é que, às vezes, não consegue atender a demanda de todos os alunos. Isso é natural. Mas dos que a gente consegue atender, eu acredito que a Assistência Social faz um ótimo trabalho” (Aluno (a) I).

O estudante relata a dificuldade vivida por muitos alunos quanto ao processo de inscrição nos editais de auxílios estudantis. É um desafio para eles preencherem toda a documentação exigida no edital; transformar essa papelada em pdf e postar

no sistema. Além disso, muitos alunos não possuem computador, fator que faz com que muitos procurem a equipe da CAED para realizar esse procedimento.

“Eu acho que uma das coisas que dificulta é a questão da burocracia. Porque quando eu fiz no primeiro ano, não deu certo, porque lá no site eu já não sabia mexer no computador, eu nunca tinha tido computador, então eu não sabia mexer em quase nada [...] Outra coisa que atrapalha muito também, eu vi a situação na prática, é a questão de certas pessoas que não precisam utilizar [...] mas uma coisa que trouxe facilidade foi a questão do atendimento da CAED, que foi muito bom, explicou bem, o primeiro ano não deu certo só por causa de erro meu mesmo, erro na hora de olhar e tal. Passou nas salas, a questão também pessoalmente ajudou muito, mas a burocracia realmente é algo que atrapalha, né!” (Aluno(a) E).

Os Institutos Federais correspondem a um projeto revolucionário de educação profissional e tecnológica:

Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como um compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com a visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social (Pacheco, 2011, p. 17).

Categoria 5: Os serviços realizados pelo Assistente Social são importantes para dar assistência ao aluno / auxílio.

Sobre a importância dos serviços realizados pelo Assistente Social na EPT, ao analisar as respostas dos discentes A, J, L, P e Q se constatam a importância dos auxílios para algumas necessidades básicas e manutenção dos estudantes na instituição. Esses alunos relacionam a importância do Assistente Social no campus com o processo de informar, orientar e conceder auxílios, e isso, implica na permanência do mesmo no instituto.

Coaduno com Duarte (2019) ao apontar que o Assistente Social é essencial no processo de criar, executar e coordenar as ações que buscam inserir o estudante de baixa renda em programas de moradia, alimentação e bolsas, ao ingressar no espaço da instituição. Esses programas são um direito, além disto, uma necessidade para os estudantes permanecerem e concluírem o curso. Segundo o autor, o Assistente Social é um dos profissionais que atua com proximidade ao aluno, principalmente, com aquele em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Participantes	Percepção dos sujeitos
A	“Ela é importante pelos auxílios, porque a gente não sabia dos auxílios, dos nossos direitos”.
J	“Em relação à importância, é inegável que alguns alunos precisam de auxílio, seja a alimentação ou qualquer outro tipo de auxílio, moradia também, porque muitos aqui têm uma situação socioeconômica desigual [...] sempre é necessário ter esse apoio e também acesso ao conhecimento do que o Assistente Social faz para que o aluno tenha acesso à educação, do mesmo jeito que todo mundo tem, do mesmo jeito que eu tenho, que meus colegas têm, todo mundo tem que ter acesso igual à educação”.
L	“É no auxílio da manutenção do aluno dentro do campus, pra ele não precisar abandonar a carreira acadêmica dele, por algum motivo, socioeconômico”.
I	“A importância gira em torno do que a gente discutiu aqui, ajudar as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade, auxiliar as questões de auxílio, informar as pessoas sobre determinada coisa, tipo auxílio saúde que a gente tem também”.
P	“Acho que o Assistente Social é uma função muito importante, porque vemos: tantas pessoas que poderiam estar agora sem saber o que fazer, provavelmente, nem estar aqui se não tivesse um Assistente Social. Se não existisse essa função aqui, o que as pessoas que precisam, por exemplo, de auxílio ou de algum tipo de ajuda, o que elas iam fazer? Ou elas iam estar aqui passando fome ou então, provavelmente, já teriam saído daqui e ter procurado outro lugar para estudar”.
Q	“Eu acho que é muito importante, é necessário um Assistente Social aqui, tanto pelo auxílio, mas também para dar, tipo assim, uma Assistência ao aluno [...] acho que Assistente Social não deveria só ser mostrado que tem auxílio depois que a pessoa entra, teria que ser mostrado antes também, olha, essa é a Assistente Social, está aqui para levar você, para conseguir auxílio e tal, mas é muito importante para se manter aqui”.

Fonte: Autoria própria, (2025).

Taufick (2014, p.187) assevera, quanto à contribuição do PNAES, programa que orienta as políticas de AE das instituições federais de ensino, que:

Há, na instituição do PNAES, mais do que o auxílio para a redução das desigualdades sociais e para o estímulo à permanência em cursos. Existe uma intencionalidade de concretizar, nas instituições de ensino públicas federais, ações que complementam as atividades pedagógicas e ampliam a formação do indivíduo em aspectos que consideram a melhoria de sua qualidade de vida como um todo, como a oferta de ações voltadas para saúde, cultura, esporte e inclusão digital, que vão além do atendimento socioassistencial.

Analisando as falas abaixo, os discentes reafirmam algumas opiniões já ditas, sobre a importância do acompanhamento e da intermediação pela Assistente social em seus processos de formação. Para isto, é preciso o compromisso com o apoio a formação acadêmica, na perspectiva da omnilateralidade⁴, que permita ao sujeito compreender criticamente a realidade social e política, minimizando e contribuindo para produzir transformação em sua realidade.

“Então, eu acho que o papel do Assistente Social é importante na questão da assistência mesmo, porque ela está ali para o aluno” (Aluno (a) C).

“A importância do Assistente Social seria, basicamente, ser a ponte entre os alunos e essa assistência que eles precisam” (Aluno (a) D).

“Eu acho que a importância é todo esse acompanhamento social do aluno no campus, sobre o que ele precisa, se ele tem dificuldade ou não. E, para esse aluno, ele ter a oportunidade de se manter no meio acadêmico e se desenvolver tanto como estudante quanto como pessoa” (Aluno (a) M).

Categoria 6: Fazer divulgação sobre o papel do Assistente Social nas salas de aula e eventos / rodas de conversa, fortalece e amplia o seu fazer profissional.

Nessa última categoria sobre as ações para fortalecer e ampliar o conhecimento da comunidade acadêmica sobre o fazer profissional do Assistente Social, os estudantes A, C, D, F e G citaram como uma das ações necessárias para esse profissional fazer no Campus, passar nas salas de aula e falar sobre o seu papel, informar sobre os auxílios e direitos.

Ênfase que no início do ano letivo faz parte da programação da CAED passar em todas as salas de aula informando sobre os editais de auxílios estudantis, dentre outras informações.

Quadro 18 - Categoria 6 referente ao eixo temático, ações para ampliar o conhecimento sobre o fazer profissional do Assistente Social

Participantes	Percepção dos sujeitos
A	“Eu acho que pra ampliar ainda mais, como ampliou pra nós da sala de alimentos, o conhecimento da Assistente Social foi quando ela fez algumas visitas, igual a colega falou. Daí a gente viu o

⁴ “A omnilateralidade pode ser compreendida como o desenvolvimento de todas as capacidades e sentidos humanos, é a realização do homem por inteiro, como um ser universal, é a possibilidade de realização total de suas necessidades. Ela se situa de maneira diametralmente oposta à unilateralidade cunhada pela divisão social do trabalho na sociedade capitalista, que, por vezes, provoca a especialização dos trabalhadores em processos de trabalhos heterônomos” (Daros, 2019, p. 58).

	quão importante é a presença dela aqui no IFRO [...] porque a gente não sabia dos auxílios, dos nossos direitos. Então, ela foi lá na sala para falar, o que eu achei super importante, e tanto eu quanto a sala inteira percebeu o que ela poderia fazer pela gente lá”.
C	“Às vezes, os alunos com a questão de muita tarefa, muitas coisas, ou às vezes, por vergonha, não vai tipo atrás pra procurar saber sobre as coisas. O Assistente passando na sala, explicando, ajuda muito, facilita e também pode fazer a gente conseguir identificar direitos, reconhecer, né, alguma situação e poder falar para os colegas: Você pode procurar o Assistente Social pra te ajudar nisso. Então, eu acho que é bem importante essa questão de passar nas salas e conversar com a gente”.
D	“A ação seria, basicamente, continuar essa ação de sempre ir na sala, quando surgir um novo auxílio, informar os alunos, dizer que os auxílios estão acessíveis. Porque a gente sabe que a gente tem um rodízio de alunos a cada três anos. A gente agora sabe do Assistente Social, mas daqui há alguns anos as pessoas podem não saber. Então, continuar com essa ação, visitar as turmas quando tiver um auxílio novo presente”.
F	“Talvez uma abordagem diferente nas próprias salas. Por exemplo, às vezes a gente tem uma aula vaga ou o próprio Assistente Social pega um horário que ele consiga explicar o que ele faz dentro daquela instituição, qual que é a função dele como Assistente Social [...]”.
G	“Eu acharia legal também, justamente com a questão que ela falou, sobre essa questão da ser na sala, por exemplo, a cada dois meses, por exemplo, o Assistente Social entra na sala de aula para ter uma roda de conversa. E isso vai criar um vínculo do Assistente Social com o aluno. E é muito mais fácil você falar dos seus problemas para alguém que você tem intimidade, um amigo, do que para alguém desconhecido. Por exemplo, o professor vai encaminhar você para o Assistente Social. Você nunca vê o Assistente Social na vida, por exemplo, você não tem intimidade com ele. Vai ser difícil do aluno conseguir se expressar, falar o que está sentindo. Não com essas rodas de conversa, por exemplo, a cada dois meses, um mês, o aluno vai criar esse vínculo com o funcionário”.

Fonte: Autoria própria, (2025).

O discente G ressalta que o Assistente Social poderia passar na sala e realizar roda de conversa com o intuito de se criar um vínculo com o discente. Assim, seria mais fácil para o estudante conversar e relatar sua situação para a profissional a partir dessa relação de confiança que foi construída.

Sobre os relatos abaixo, manifestados pelos alunos H, M, J e L disseram que fazer uma divulgação sobre o papel do Assistente Social nas salas de aula e eventos

ampliaria o conhecimento da comunidade sobre o papel do Assistente Social no Campus Jarú. Os alunos citaram o evento de integração discente como oportunidade para fazer essa divulgação.

Quadro 19 - Categoria 6 referente ao eixo temático, ações para ampliar o conhecimento sobre o fazer profissional do Assistente Social

Participantes	Percepção dos sujeitos
H	“Eu acho que como a gente tem vários eventos no <i>Campus</i> , voltar a preparar um desses eventos em relação à importância do Assistente Social no âmbito familiar; talvez pegar algum evento e incluir a importância do Assistente Social no âmbito acadêmico, no âmbito familiar, para poder ter um maior conhecimento amplo de todos que vão estar ali presentes”.
M	“Todo o primeiro dia de aula, no começo do ano letivo, a gente tem uma palestra, que nem a gente teve esse ano na Batista Nacional. Então, eu não lembro, eu lembro que a CAED foi, mas eu não lembro, especialmente, de você ter compartilhado os conhecimentos sobre Assistente social. é um ponto, você divulgar esse tipo de conhecimento”.
J	“O mais importante seria, falando como discente, na entrada do aluno à instituição. Como o Felipe disse, tem a primeira semana, que é a semana de integração que é feita toda uma palestra e tal, e seria muito importante que a CAED se pronunciasse [...] é necessário, para que os alunos do primeiro ano, especialmente, falar onde eles podem buscar essa ajuda, e não somente na palestra, por exemplo, na igreja, mas também passar na sala de aula do primeiro ano, reforçando também o que o Assistente Social faz, o que a CAED consegue fazer pelos alunos, como eles conseguem dar essa assistência e apoio ao acesso à educação dos alunos do primeiro ano, em específico”.
L	“Seria a apresentação lá no dia da semana de acolhimento, apresentação formal, eu sou a Geysa sou a pessoa responsável, sou a Assistente Social do <i>Campus</i> , e a ida nas salas, até mesmo não só dos primeiros anos, talvez até mesmo dos outros anos, se apresentar para se recordarem de quem você é e o que Assistência Social oferece”.

Fonte: Autoria própria, (2025).

Ainda sobre a categoria seis, a percepção dos discentes B, O, P e Q enaltecem a ação de realizar rodas de conversa como um espaço privilegiado que facilita a comunicação, a interação e a troca de conhecimentos.

Os discentes citaram alguns momentos em que a Assistente Social realizou rodas de conversa com eles. Ressalto que durante o período passado no campus

Jaru, a profissional realizou rodas de conversa juntamente com a psicóloga abordando temáticas diversas.

Outros momentos em que os estudantes relatam como rodas de conversa foram realizadas a partir do Projeto “Um Passo à Frente”, pensado e executado pela Assistente Social. O objetivo do projeto é orientar e estimular o estudante a pensar seu futuro, seu projeto de vida profissional; contribuir para que ele possa traçar caminhos que lhe permita alcançar a profissão sonhada ou que se aproxime disso; aproveitar as oportunidades que surgirem para ingressar na Universidade, na Faculdade e nos IFs, mesmo não sendo, inicialmente, naquele curso desejado; mostrar possibilidades quanto ao ingresso no mundo do trabalho, no serviço público, principalmente, a partir de concursos, o que contribuirá para ele alcançar a estabilidade financeira.

Quadro 20 - Categoria 6 referente ao eixo temático, ações para ampliar o conhecimento sobre o fazer profissional do Assistente Social

Participantes	Percepção dos sujeitos
B	“Eu acho que essa daqui (rodas de conversa) é o tipo de ação que a gente está fazendo, apesar de não está muitos alunos aqui, mas como a gente tá aqui, a gente é do terceiro ano, a gente pode chegar em muitos alunos. Eu acho que a comunicação também ajuda, que é o que ela falou, tipo assim, que desde o primeiro ano eu vejo que alguns foram na sala, explicou pra gente o que era os auxílios [...] eu lembro que a senhora foi lá na nossa turma, a senhora falou o que um Assistente Social faz, trouxe algumas informações que a gente poderia fazer, demandar, comunicar. Então, essas instruções são importantes, porque é exatamente o que está sendo feito [...] O auxílio eu consegui fazer porque foram lá na sala e explicaram o que era e aí eu entendi que eu poderia fazer aquele auxílio”.
O	“Uma coisa, eu não sei se é justamente uma ação, mas uma coisa que eu me lembro bem, é a roda de conversa. Roda de conversa torna a coisa mais fácil, mais acessível, tanto mais acessível quanto mais livre para o aluno [...] Mas uma roda de conversa, às vezes, torna o ambiente mais agradável, mas, talvez, fazer, criar uma forma de dinâmica, de conversa, de diálogo para envolver o máximo aquela pessoa, por meio que fixe mais essa informação que tenha a possibilidade de ajudar. É um pouco também da questão de, acho que de propaganda”.
P	“Uma coisa que eu gostei muito que você fez é que você, lembrando muito que outra servidora fazia, você fica mais fora de onde vocês ficam na CAED, então, tipo assim, você interage bastante com os alunos, e isso na minha visão ajudou um pouco a eu entender o que vocês faziam, qual era a sua função, coisa que

	antes eu não sabia, para mim era só tipo assim, as tias que trabalhavam na CAED; então, você, tendo essa interação, fora da sala, conversando com os alunos, ajudou a mudar bastante essa imagem”.
Q	“Eu acho que para a gente ter mais conhecimento da Assistente Social foi uma forma que você fez ano passado, eu não me lembro se foi bem uma roda de conversa, mas é tipo uma roda de conversa que você foi lá, mostrou que você era Assistente Social, que você estava ali para ajudar negócios de auxílios [...] foi a partir daí que eu tive uma visão, poxa ela é Assistente Social e tal, mas antes eu achava que você trabalhava na CAED, sabia que você trabalhava na CAED, mas não sabia que você era Assistente Social. E eu acho muito interessante em você, que você sempre fica, igual o colega falou, para fora, você é prestativa, você conversa e eu acho que ali tirando a servidora tal, a única da CAED que, tipo assim, eu tenho intimidade e que chegou e conversou comigo é você, então eu acho que isso influencia muito também. Tipo, você chega, você conversa e isso influencia bastante”.

Fonte: Autoria própria, (2025).

Os discentes E, I e N trazem percepções distintas sobre a indagação feita. O pesquisado E acredita que a divulgação seria uma ação necessária. O pesquisado I destaca melhorar a relação da Coordenação de Assistência ao Educando com os alunos do primeiro ano. O aluno N propõe o uso da tecnologia para ampliar e divulgar a atuação do Assistente Social. O discente destaca o fato de não haver o contato do Assistente Social no IFRO mobile, porém, a CAED possui dois celulares institucionais aos quais a equipe do setor recebe demandas diariamente por esse meio. Além disso, tem o e-mail e o SUAP como canais de comunicação.

“Eu acho que a primeira coisa é fazer a divulgação [...] É o Assistente Social chegar e observar, ele observar o comportamento, não só o Assistente Social, como os professores, os funcionários todos têm que trabalhar nessa questão A maior parte das pessoas que convive com os alunos já sabe a realidade, então seria interessante essa divulgação, entende? É isso” (Aluno (a) E).

“Aumentar o contato da CAED com os alunos principalmente, dos alunos do primeiro ano, que estão acabando de entrar” (Aluno (a) I).

“Então tá, eu acho que também, essa quebra de gelo é extremamente necessária, só que algo que eu sinto muita falta é a informação na palma da mão, que é o celular. Os alunos estão toda hora com o celular na mão, tanto que isso é uma reclamação dos professores, a maior reclamação que tem, é o número da Assistência social não está nos contatos do IFRO Mobile. Não está aqui, não tem o seu número aqui, não tem. Só tem o número do *Campus Jarú*. Seria interessante, eu falo que seria até uma proposta, né! Tivesse que haver uma ação, assim: Fale com a Assistente Social, sabe!

Entra em contato comigo ou algo mais digital, porque, claro, eu mesmo, sou uma pessoa que gosta muito de conversar, pessoalmente, só que tem outras pessoas, que preferem, muito mais fácil, dar um oi: Eu tô passando por isso, o que eu posso fazer? Seria muito mais fácil. Então, é uma ideia, seria interessante se fosse explorada essa questão do celular” Aluno (a) N).

Algumas das ações citadas pelos discentes já foram realizadas, elas precisam ser ampliadas e contínuas; outras, precisam ser implementadas. No entanto, para que os estudantes tenham acesso integral ao processo educacional e as políticas nele desenvolvidas é preciso que ele conheça e reconheça o contexto institucional no qual está inserido e o seu papel como sujeito ativo.

Martins (2011) destaca ser um desafio para o Serviço Social definir ações que permitam a ampliação dos canais de participação dos alunos em todas as instâncias de decisões da instituição, não apenas referente a Política de Assistência Estudantil, através do compartilhamento de informações.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

Este capítulo está dividido em algumas seções: elaboração do produto educacional, avaliação do produto educacional e o produto educacional, como fruto do resultado da pesquisa, que é um e-book.

5.1 ELABORAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL (E-BOOK)

Para este estudo desenvolvemos o produto educacional intitulado “Construindo Pontes e Reafirmando Direitos: o Papel do Assistente Social na EPT”. Esse produto tem o objetivo de contribuir para esclarecer as atividades que são realizadas pelo Assistente Social, diante dos entraves, das vulnerabilidades e das potencialidades vivenciadas no âmbito educacional, no contexto do Instituto Federal de Rondônia *Campus Jaru* e na sociedade.

Para a conclusão do curso, os mestrados acadêmicos exigem que seja desenvolvido um produto educacional.

[...] um processo ou produto educativo e aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de vídeo-aulas, um equipamento, uma exposição, entre outros. A dissertação/tese deve ser uma reflexão sobre a elaboração e aplicação do produto educacional respaldado no referencial teórico metodológico escolhido. (BRASIL, 2019, p. 15).

Esse produto educacional está inserido na linha de pesquisa do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT): Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica.

Dentre as categorias citadas no Documento da Área de Ensino da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o e-book é um dos produtos educacionais e se caracteriza como material textual, já que é um livro eletrônico.

Segundo Gruszynski (2010, p. 427):

[...] o termo e-book é uma abreviação de electronic book (livro eletrônico ou livro digital). Indica, em princípio, a versão eletrônica de um livro impresso

que pode ser lido por meio de um e-reader (electronic reader), um computador [...] ou outro dispositivo que permita acesso a dados digitais, como alguns celulares.

O uso e acesso aos e-books são considerados como algo vantajoso, pois traz muitas possibilidades de divulgação da leitura: o livro digital traz o acesso geográfico; possibilita o acesso econômico; alcança a acessibilidade para deficientes visuais, pois, os livros digitais permitem a leitura em áudio por um computador e permite o aumento do tamanho da letra, para a adaptação de pessoas com alguma dificuldade visual que não seja a cegueira (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2016).

Para a elaboração do e-book, construído de forma coletiva, fizemos uma revisão da literatura de alguns teóricos da EPT e do Serviço Social, e, utilizamos os resultados gerados a partir da interpretação dos dados da pesquisa. No e-book você encontrará: conceitos sobre a Educação Profissional e Tecnológica como Educação Libertadora e Inclusiva; informações sobre ser Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica; as Competências e Atribuições Privativas do Assistente Social; o papel do Assistente Social na EPT; a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), bem como, as dificuldades e as formas de acessá-la; orientações aos usuários dessa política e dicas aos gestores, professores e TAES para efetivar a PNAES e novas propostas para efetivar a PNAES.

Figura 2- Capa do Produto Educacional



Fonte: Autoria própria, (2025).

O e-book foi elaborado a partir das orientações do regulamento ProfEPT, com o intuito de fortalecer e ampliar o conhecimento da comunidade acadêmica do Instituto Federal de Rondônia e a sociedade sobre o fazer profissional do Assistente Social.

Segundo o Regulamento do ProfEPT, todos os produtos precisam ter como destino melhorar os processos de ensino e aprendizagem no contexto da EPT nos ambientes formais e não formais. Os produtos precisam materializar-se em métodos didático-inovadores, tendo em vista a necessária aproximação entre as pesquisas desenvolvidas e as práticas de ensino (IFES, 2022).

Esperamos que esse produto educacional possa colaborar para que os estudantes conheçam e acessem com maior facilidade aos serviços da Assistência Estudantil; que esse material seja utilizado como uma estratégia de aproximação e inclusão da comunidade acadêmica nos diversos processos da Política educacional.

Entendemos que compartilhar informações sobre o fazer profissional do Assistente social na EPT contribuirá para desenvolver e fortalecer práticas cotidianas que auxiliem os sujeitos dessa política, diante das múltiplas experiências decorrentes do processo de ensino e aprendizagem vivenciada no contexto educativo.

5.2 AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Para a testagem e a avaliação do produto educacional, foi desenvolvido um protótipo do E-book, sendo essa versão inicial utilizada durante a segunda etapa de rodas de conversa. Para este momento, o objetivo foi envolver os participantes da pesquisa no processo de validação do material, antes dele ser considerado pronto. Esclarecendo aos participantes sobre o papel e a atuação formal do Assistente Social em instituições educacionais e na EPT e recolher as contribuições dos participantes na elaboração do protótipo do produto da pesquisa.

Participaram dessas últimas quatro rodas de conversa 22 dos 24 participantes totais. Foram muitas as contribuições dos sujeitos da pesquisa quanto às sugestões, observações, elogios e críticas nessa fase. Considerando que o período agendado para essa etapa tenha coincidido com o período de provas no *Campus*, alguns professores e alguns discentes não conseguiram participar efetivamente das rodas

de conversa, durante o tempo previamente estabelecido; e, alguns desses participantes, apenas concordavam com o que outros diziam, sem expressar uma opinião clara. Porém, acredita-se que esse fato não invalidou os resultados da pesquisa, mas pode ter afetado a qualidade de uma ou outra informação.

Considerando o quantitativo de respostas nessa segunda etapa de rodas de conversa, preferiu-se não separar as análises dos pesquisados servidores das análises dos pesquisados estudantes. Assim, organizamos as transcrições dos sujeitos da pesquisa em quadros.

Seguimos o roteiro semiestruturado que buscava: discutir com os participantes da pesquisa a escolha do texto que melhor iria se adequar aos objetivos da pesquisa; analisar a qualidade do texto e a formatação que seria utilizada na feitura do produto; a partir de um estudo sobre o conteúdo da pesquisa verificar juntamente com os pesquisados as figuras e/ou imagens que poderiam compor o e-book.

Demonstramos a seguir as respostas transcritas mais relevantes em quadros, dessa primeira versão do produto educacional, e nos apêndices será apresentada a transcrição na íntegra. Elas seguem uma ordem definida, pois na medida em que o protótipo do produto era apresentado fazíamos o movimento de avançar e voltar às páginas.

Quadro 21 - Quanto a escolha do texto que melhor iria se adequar aos objetivos do estudo

Participantes	Avaliação
E	É Melhor colocar só a lei. “Se quiser, coloca algum comentário” [...]
L	“Creio que esse conteúdo do e-book contempla” [...]
D	“Esse texto aqui eu não usaria aqui, só na dissertação”. “Isso aqui é interessante: competências e atribuições privativas do Assistente Social”. “O papel do Assisstente Social na Educação Profissional, interessante isso daqui”. “Não precisa colocar essa frase em todas as páginas”.
C	“Eu acredito que o tema poderia ser mais descolado”.
B	“O Programa Bolsa Permanência como é para indígena, colocar respaldo

	constitucional”. “Quanto ao conteúdo, para mim, está é pouco”.
M	“Sobre o conteúdo do sumário, eu acho que está ótimo”.
O	“Eu gostei dessa página, bem interessante o texto”. “Eu acho que tem que ter as dificuldades para se acessar a PNAES”.

Fonte: Autoria própria, (2025).

As contribuições quanto a essa primeira indagação foram pontuais: Alguns desses sujeitos elogiaram alguns tópicos do e-book; houve pontuações sobre trechos que poderiam ser tirados ou acrescentados do texto; foram trazidas opiniões dizendo que tem pouco conteúdo; outros citaram que o que está expresso no sumário está ótimo; enfim, opiniões diversas, muitas vezes, semelhantes e distintas, mas que contribuíram para a construção final do produto educacional.

Quadro 22 - Quando indagado sobre a qualidade do texto e a formatação que seria utilizada na feitura do produto

Participantes	Avaliação
D	“Acho que seria bom aumentar o tamanho da letra; utilizar o recurso da hifenização”. “Eu achei a letra pequena do texto”. “É interessante colocar: no capítulo tal, página tal, aí tem um tópico, aí quando a pessoa for acessar o link ela já sabe de qual tópico está se referindo”.
E	“Colocar alguns links, QR codes para os profissionais irem atrás de mais informações, para você alcançar outro público”. “E o “você sabia”, você esta utilizando as estratégias para chamar atenção”. “Colocar menos texto, mais tópicos”. “Colocar QR codes para pesquisas”. “Brincar com as letras maiores, as menores, caixa alta”
B	“Eu gostei dessa página, tá bem interativa; tá chamando atenção”. “Colocar imagem, eu acho legal, chama mais atenção do que colocar só texto”
H	“Para a maioria das pessoas imagem é melhor, e as interativas”
O	“Eu gostei desse título, chama a

	<i>atenção de diferentes públicos”.</i>
M	<i>“É importante separar por paleta de cores, para ter um padrão”.</i>
A	<i>“Essa página eu achei mais interessante, mas ainda tem o problema das letras”.</i> <i>“A ideia de intercalar uma figura aqui outra ali, para deixar mais leve a leitura, mais interessante, talvez seria uma opção”.</i> <i>“Deixar o “você sabia” justificado; deixar tudo na mesma fonte, no mesmo tamanho”</i>
Q	<i>“Eu acho que o “você sabia”, é uma curiosidade”.</i>

Fonte: Autoria própria, (2025).

Com relação a essa segunda pergunta obteve-se opiniões e sugestões diversas. Algumas convergentes, outras divergentes. Muitas dessas opiniões foram relacionadas ao tamanho da letra e sugestões de inserir mais figuras e imagens para compor o e-book. Alguns dos sujeitos da pesquisa sugeriram criar QR codes com o objetivo de deixar o conteúdo mais interativo, bem como, alcançar outros públicos. Algumas dicas quanto à formatação do texto e deixá-lo mais enxuto. Tivemos opiniões diversificadas quanto ao “você sabia”, que foi um recurso utilizado para chamar atenção quanto a algumas informações passadas no e-book. Conforme demonstrado nas falas acima, foram muitas as sugestões, críticas e elogios, demonstrando que mesmo com algumas intercorrências na pesquisa, a participação dos sujeitos foi expressiva nessa fase.

Quadro 23 - Referente a escolha das figuras e/ou imagens que poderiam compor o e-book

Participantes	Avaliação
E	<i>“E se no lugar da mão você colocar o símbolo do serviço social?”</i> <i>“O símbolo está numa resolução ruim. Deixa ele no fundo branco. Coloca os bonequinhos mais inclusivos. Tá muito padrão. Coloca um cadeirante, um indígena” [...]</i> <i>“É muito importante ter um padrão. Colocar o slogan do programa e do IFRO só no início e no fim, ou só no fim”.</i> <i>“Acho que esse símbolo tinha que ficar</i>

	<i>ou na capa ou na introdução, na introdução ficaria mais interessante e não ficar poluindo o livro”</i>
I	<i>“Tirar a imagem das mãos dadas, pois tá apelativo é melhor”.</i>
A	<i>“Gera uma imagem, igual do bonequinho. Um avatar”.</i> <i>“Acho que o slogan do IFRO e do ProfEPT deve ser só na primeira página”.</i>
C	<i>“O símbolo do serviço social eu achei legal, mas nessa imagem não ficou tão claro”.</i> <i>“Eu acharia legal colocar a marca d’água”.</i> <i>“E essa menininha é você? Poderia seu um negócio seu. Dê uma identidade ao seu trabalho. Um avatar seu, eu acho bacana [...]”.</i>
M	<i>“Esse logo não ficou legal; parece você que colocou um postite em cima da página”.</i> <i>“Essa foto ficou legal”.</i>
P	<i>“Eu acho que essa figura na capa ia ficar muito boa”.</i> <i>“Essa ideia aí eu acho interessante, colocar diversidade; isso aí é uma ideia boa para a capa também”.</i>

Fonte: Autoria própria, (2025).

No que concerne às figuras e/ou imagens que poderiam compor o e-book as contribuições foram bem diversificadas. Desde sugestões para retirar ou inserir símbolos e imagens e a forma como elas deveriam ser colocadas no texto. Trouxeram várias dicas sobre como deveriam ser inseridos os símbolos do IFRO e do Serviço Social; sugeriram colocar mais imagens inclusivas e até um avatar da pesquisadora.

Considerando que as sugestões sobre o produto educacional utilizado nessa segunda etapa de rodas de conversa, que era um protótipo, uma versão preliminar do e-book, tiveram bastantes contribuições para a melhoria dele. Muitas dessas ideias eram semelhantes, outras muito distintas, assim, na feitura do e-book tivemos o cuidado de atender muitas das sugestões, dentro das possibilidades do que propomos na pesquisa.

Diante disso, nos debruçamos na construção coletiva da versão final do

produto educacional, tendo como referência a atuação formal do Assistente Social na EPT a partir do esclarecimento de suas competências e atribuições profissionais.

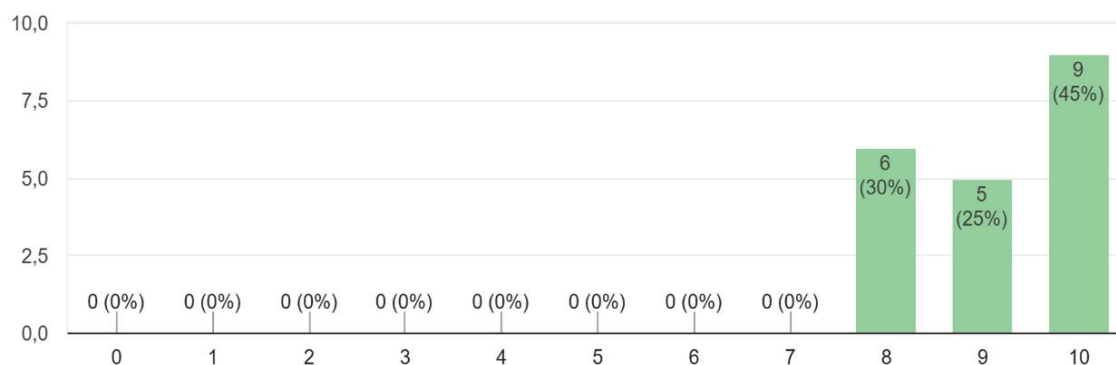
Após concluído o processo de feitura do e-book, elaboramos um questionário eletrônico por meio do Google Forms e nele anexamos o link de acesso ao produto educacional. Compartilhamos o questionário e o e-book pelo drive e a partir do link de acesso pelo WhatsApp, com o propósito de obtermos a avaliação final do produto educacional.

Entramos em contato com os vinte e quatro participantes da pesquisa através do Whatsapp, no dia 12 de abril de 2024. No primeiro momento, dez pessoas responderam o questionário. No dia 16 de abril tentamos novamente esse contato e tivemos o retorno de mais 6 sujeitos da pesquisa. O Produto Educacional ficou disponível aos (às) participantes no período de 12 a 25 de abril de 2025. Ao final, 21 das pessoas responderam as questões. As questões 1, 2 e 3 tiveram 20 respostas; às questões 4 e 5 tiveram 21 respostas; à questão 6 teve 2 respostas, porém, no formulário, apareceu a transcrição de apenas 1 questão.

O questionário contava com cinco perguntas fechadas e uma pergunta aberta, contemplando no aspecto visual: cores e design; quanto à linguagem, se era de fácil compreensão; relacionado à imagem, se atendia às expectativas dos sujeitos da pesquisa; quanto ao conteúdo, se o e-book contribui para que a comunidade acadêmica do IFRO *Campus* Jarú conheça o papel do Assistente Social; e, uma pergunta sobre sugestão para aprimorar o e-book.

Para analisarmos o conteúdo, fizemos as seguintes indagações e dispomos as respostas a partir de gráficos:

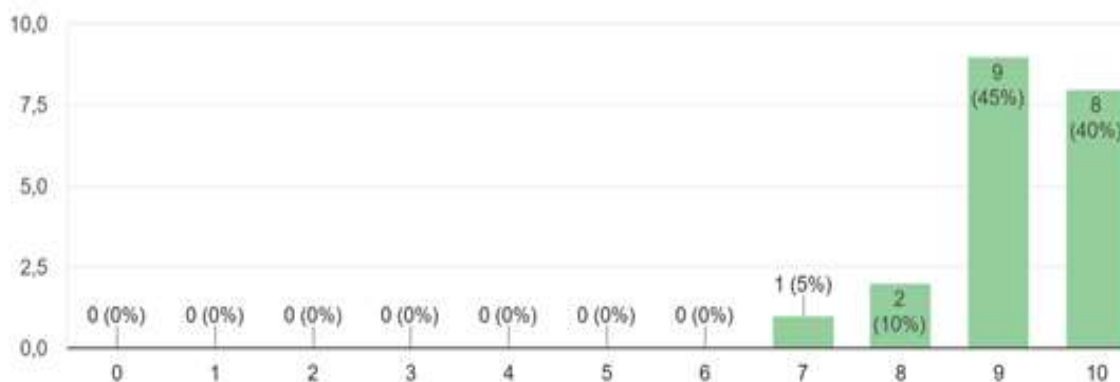
Gráfico 1 - Quanto ao aspecto visual, qual nota você atribui a paleta de cores utilizada no e-book?



Fonte: Autoria própria, (2025).

O gráfico 1 apresenta 20 respostas referentes ao aspecto visual. Todas elas tiveram notas acima de 8. Dessas, 9 sujeitos da pesquisa atribuíram nota máxima a paleta de cores utilizada no e-book, correspondendo a 45% do total.

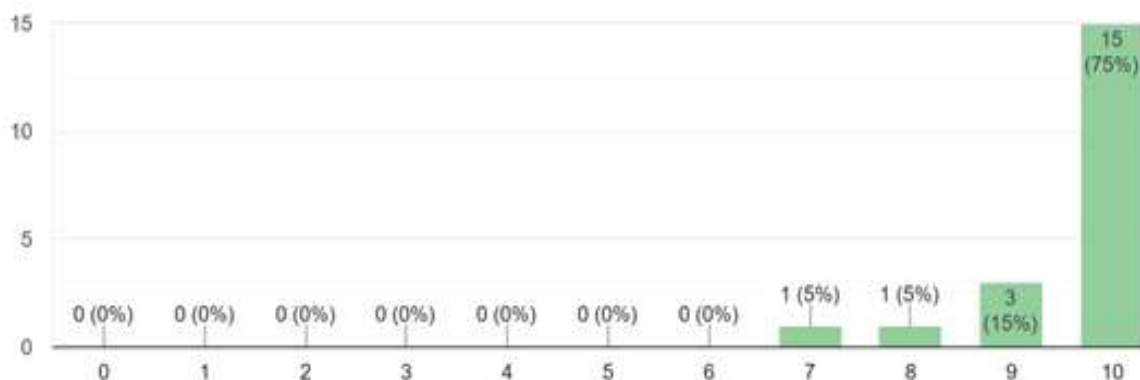
Gráfico 2 - Quanto ao aspecto visual, o quanto você considera o design do e-book atrativo?



Fonte: Autoria própria, (2025).

Concernente ao design do e-book obtivemos 4 notas diferentes, na qual a menor nota atribuída foi 7 e a maior foi 10. Nesse quesito, um total de 85% dos sujeitos atribuíram notas maiores do que 9, considerando o design do e-book atrativo.

Gráfico 3 - Você considera o e-book de fácil compreensão?

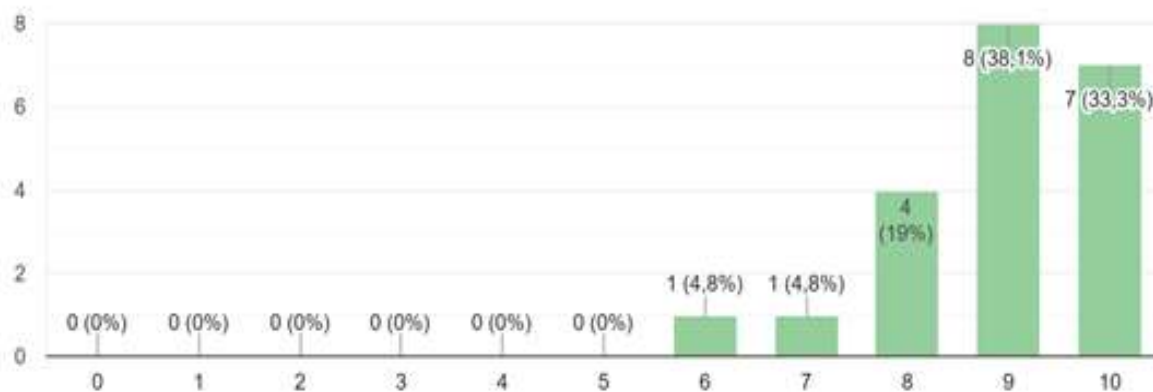


Fonte: Autoria própria, (2025).

Como podemos observar, no gráfico 3 foi questionado se o e-book é considerado de fácil compreensão, das 20 respostas ao questionário, uma atribuiu

nota 7, outra pessoa deu nota 8, 15% dos sujeitos atribuíram nota 9 e 75%, correspondente a 15 pessoas deram nota 10.

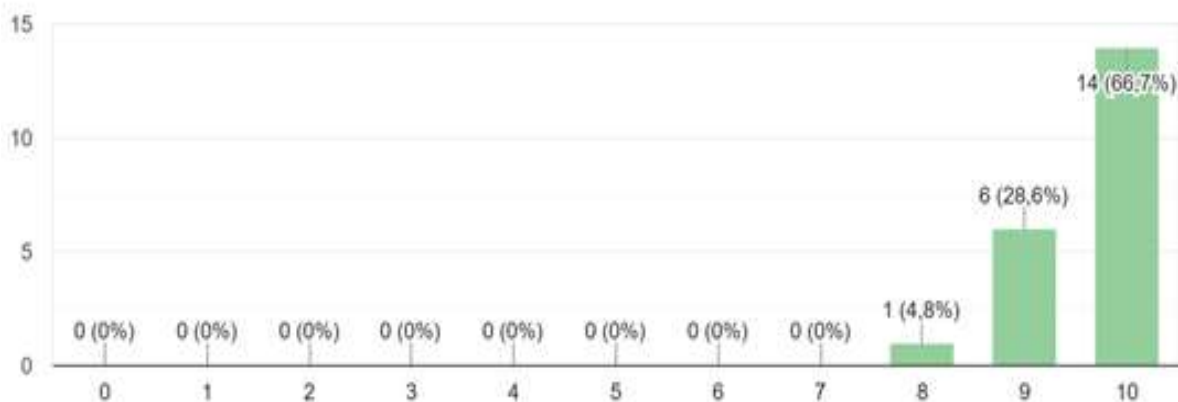
Gráfico 4 -- As imagens utilizadas no e-book atendem às suas expectativas?



Fonte: Autoria própria, (2025).

Quanto ao gráfico 4, obtivemos 21 respostas, a maioria delas com notas entre 8 e 10, correspondendo ao total de 90,4% do total de sujeitos que consideram que as imagens utilizadas no e-book atendem às suas expectativas. Quanto a essa pergunta, mesmo obtendo um alto percentual de avaliação positiva, tivemos 1 resposta, correspondendo a 4,8% do total que atribuiu nota 6 a esse questionamento.

Gráfico 5 - Você considera que o e-book contribui para que a comunidade acadêmica do IFRO Campus Jaru conheça o papel do Assistente Social nesse espaço educacional?

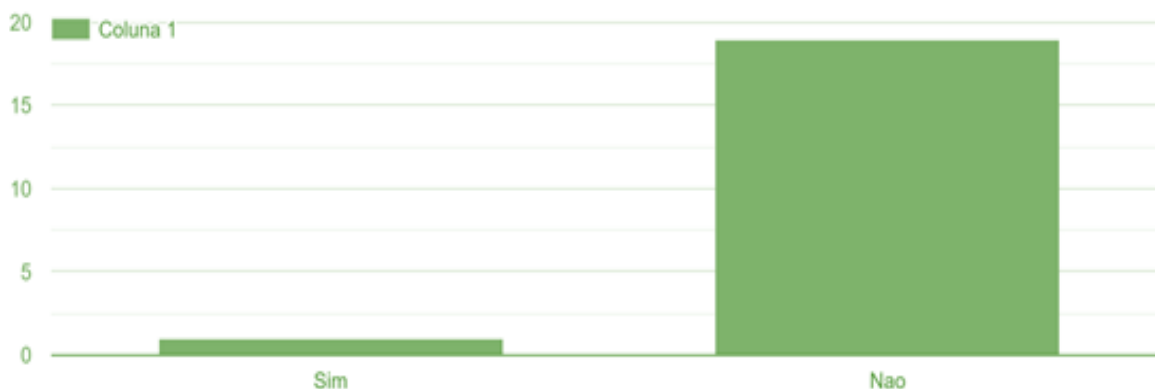


Fonte: Autoria própria, (2025).

Referente ao gráfico 5, quanto a contribuição do e-book para que a comunidade acadêmica do IFRO *Campus Jaru* conheça o papel do Assistente

Social, 21 pessoas responderam. Todos os sujeitos da pesquisa avaliaram positivamente o produto educacional.

Gráfico 6 - Você tem alguma sugestão para o e-book?



Fonte: Autoria própria, (2025).

Referente à pergunta 6, que foi aberta, apenas 2 pesquisados responderam que tinham alguma sugestão para o e-book, porém, apenas um sujeito da pesquisa escreveu essas contribuições: “Verificar o primeiro link da página 3; ajustar referências conforme a ABNT 6023”.

Considerando as respostas, observou-se que o produto educacional foi muito bem avaliado pelos sujeitos da pesquisa. As notas ao produto educacional, em sua maioria, tiveram valores acima de 8, reforçando a ideia de que o e-book traz um conteúdo que esclarece o papel, as competências e atribuições privativas do Assistente Social na EPT, e, a sua importância, principalmente, para servidores e alunos, nesse processo de construção de afirmação e consolidação profissional no *Campus Jarú*.

Acredita-se que o e-book é um instrumento que poderá ser utilizado pela comunidade acadêmica como estratégia para conhecer e ampliar o acesso aos direitos.

Chama atenção a percepção dos sujeitos quanto às perguntas 3 e 5, respectivamente, sobre as quais 75% e 66,7% dos pesquisados atribuíram nota 10, considerando o produto educacional de fácil compreensão, bem como, acreditando que o e-book contribuirá para que a comunidade acadêmica do IFRO *Campus Jarú* conheça o papel do Assistente Social nesse espaço educacional.

Segue abaixo o quadro sintético das respostas dos sujeitos da pesquisa:

Quadro 24 - Respostas às perguntas do formulário

Perguntas	Quantitativo de respondentes	Porcentagem (%)	Notas
1) Quanto ao aspecto visual, qual nota você atribui a paleta de cores utilizada no e-book?	5	25%	9
	6	30%	8
	9	45%	10
2) Quanto ao aspecto visual, o quanto você considera o design do e-book atrativo?	1	5%	7
	2	10%	8
	8	40%	10
	9	45%	9
3) Você considera o e-book de fácil compreensão?	1	5%	7
	1	5%	8
	3	15%	9
	15	75%	10
4) As imagens utilizadas no e-book atendem às suas expectativas?	1	4,8%	6
	1	4,8%	7
	4	19%	8
	7	33,1%	10
	8	38,1%	9
5) Você considera que o e-book contribui para que a comunidade acadêmica do IFRO Campus Jaru conheça o papel do Assistente Social nesse espaço educacional?	1	4,8%	8
	6	28,6%	9
	14	66,7%	10

Fonte: Autoria própria, (2025).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa nos propomos a investigar a percepção que a comunidade acadêmica do IF *Campus* Jaru tem sobre a atuação do Assistente Social. Os resultados da pesquisa demonstraram que embora haja certo entendimento por parte da comunidade acadêmica sobre essa atuação, ainda falta melhorar e ampliar esse conhecimento quanto aos serviços realizados por esse profissional.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi necessário fazer um panorama do processo de surgimento e desenvolvimento do *Campus* Jaru; o histórico da Política de Assistência Estudantil, o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes nessa localidade.

Apresentamos na pesquisa as competências e atribuições do Assistente Social orientada e norteadas pelos princípios, direitos e deveres registrados no Código de Ética Profissional de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei. 8.662 de 1993), assim como nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), sejam estas realizadas na educação ou em qualquer outro espaço (CFESS, 2013). Elas se relacionam com o fazer profissional do Assistente Social nos diversos locais de atuação.

Demonstramos também o conjunto das competências específicas dos/as assistentes sociais citadas nos Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. Além disso, discorreremos sobre a atuação do Assistente Social na EPT, especificamente, no *Campus* Jaru.

O estudo concluiu que na percepção da comunidade acadêmica do *Campus* Jaru o Assistente Social é o profissional que tira dúvidas, faz encaminhamentos, realiza visitas, acompanha os estudantes e concede auxílio. Foi demonstrado que tanto servidores quanto discentes fazem uma relação do Assistente Social com os auxílios estudantis e análises socioeconômicas, visando atender os alunos em situação de vulnerabilidade social. As concessões dos auxílios contribuem para manter as necessidades básicas do estudante, prevenindo a evasão e colaborando para manutenção do estudante na instituição.

As maiorias das solicitações realizadas ao setor do Serviço Social foram para auxílios, e os atendimentos com a Assistente Social no *Campus* ocorreram presencialmente, informalmente e através do SUAP.

Alguns alunos citaram que não há dificuldades para acessar o Serviço Social,

pois o *Campus* é pequeno. Mesmo diante dessa condição, muitos discentes relataram certo desconhecimento quanto à inexistência do Assistente Social. Somado a isso, muitos estudantes deixaram de acessar os serviços por receio e até vergonha em buscar o atendimento; alguns servidores também tiveram receio de realizar esse encaminhamento, seja por não conseguir identificar a demanda ou por receio de constranger o discente. Ademais, o orçamento da assistência estudantil não é suficiente para atender todos os estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Considerando que os estudantes são os sujeitos diretamente afetados pela política de Assistência Estudantil é importante que eles participem ativamente para construir uma política mais eficaz, a partir de sugestões de melhorias e manutenção dos auxílios estudantis.

Nessa conjuntura o Assistente Social é convocado para atuar a partir da articulação com outras políticas públicas, por meio da formulação de estratégias e ações de combate às questões sociais que se manifestam na escola e que são vivenciadas por estudantes, suas famílias e toda a comunidade acadêmica, com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais, contribuindo para que os sujeitos dessa política acessem e permaneçam na escola.

Os resultados da pesquisa demonstraram que o fato do Assistente Social não ter uma sala privativa para atendimento, pois atua no mesmo espaço de outros servidores do setor CAED, não se criou no *Campus* uma identidade profissional, uma identidade do setor de Serviço Social. Assim, foram sugeridas ações de divulgação dos serviços, a realização de rodas de conversas com a Assistente Social do *Campus* e o fortalecimento da relação com os estudantes.

Muitos alunos acreditam que os servidores lotados na CAED realizam as mesmas atividades; e ainda, há o estigma citado por alguns discentes que a CAED é o setor de “puxar a orelha”.

Diante dos fatos e, observando a Resolução nº 493/2006, em seu Artigo 2º, é necessário que a instituição organize um espaço que atenda o que preconiza esse documento, que visa um atendimento ético, a confidencialidade e o respeito pela privacidade, fortalecendo o compromisso com o usuário dessa política e a dignidade da pessoa humana.

Constatamos que as limitações para a efetivação integral da Política de

Assistência Estudantil, como, recursos restritos, os quadros de servidores reduzidos, diminuem a capacidade para o desenvolvimento de ações na Política de Educação, afetando sua operacionalização. A insuficiência de recursos compromete a concessão de auxílios, a execução de programas complementares e a realização de ações socioeducativas. Como consequência, observa-se a seletividade nos atendimentos e a priorização de demandas emergenciais, o que reduz o alcance e a eficácia da política. Essa limitação reflete um cenário de desfinanciamento das políticas públicas educacionais, intensificado pelas medidas de austeridade fiscal, que atingem diretamente a área social.

Outro desafio vivenciado se relaciona com a articulação com a rede socioassistencial, fator essencial para a efetivação de uma política de proteção social ampliada. A ausência de fluxos consolidados de encaminhamento e diálogo com serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (pois há uma rotatividade muito grande de profissionais nas Unidades do Município de Jarú), Saúde, Habitação e demais políticas públicas compromete a resolutividade das demandas dos estudantes.

O aprofundamento das desigualdades sociais gera impactos extremos à classe trabalhadora, principalmente, aos segmentos populacionais mais vulneráveis, muitas vezes, excluídos de direitos básicos, como o acesso à educação. Assim, o estudo apontou que os desafios no espaço de trabalho contribuíram para que fossem pensadas ações de divulgação sobre o papel do Assistente social na EPT.

Também como resultado da pesquisa elaboramos o produto educacional (e-book) cuja intenção é contribuir para que a comunidade acadêmica do IFRO, especialmente, do *Campus jarú*, possa perceber e compreender o papel do Assistente Social nesse contexto. A avaliação do produto demonstrou que estudantes e servidores acreditam que ele será importante nesse processo de conhecimento e direcionamento aos serviços prestados pelo Assistente social na instituição.

A análise das falas evidencia que a política de Assistência Estudantil, apesar de seu importante papel na promoção da equidade no processo educativo, ainda encontra barreiras significativas para sua concretização plena. Tais barreiras não são apenas operacionais, mas estruturais, exigindo comprometimento político e institucional para a superação das desigualdades educacionais e sociais que afetam

diretamente os estudantes da EPT.

Por fim, alcançados os objetivos da pesquisa, ela evidenciou a importância do Assistente Social no âmbito educacional, especialmente, no IFRO Jarú, revelando que a prática profissional, respaldada pelas competências e atribuições privativas, poderá contribuir para a formação dos estudantes e fortalecer a Política de Assistência estudantil desenvolvida sob uma perspectiva emancipatória e de superação das dificuldades, para assegurar o acesso à educação de qualidade aos estudantes.

Diante da relevância da temática abordada, sugerimos que outros estudos sejam realizados. Recomendamos a realização de pesquisas sobre a atuação do Assistente Social em todos os campi do IFRO; propomos que sejam realizados novos estudos no IFRO sobre a efetividade da Política de Assistência Estudantil nessa instituição.

Reafirmamos o compromisso de pelos próximos 5 anos continuar avaliando o impacto do produto educacional criado e o aprimorando, bem como desejamos que os resultados da pesquisa e o Produto Educacional sejam integrados no dia a dia da instituição, logo, possam colaborar na promoção da equidade no ensino.

Esse estudo contribui para solidificar a política orientadora dos Institutos Federais, que preconiza uma formação ampla, com práticas de inclusão social, visando à emancipação dos sujeitos, permitindo que eles desenvolvam potencialidades, capacidades e ingressem no mundo do trabalho. Além disso, na atualidade, o Assistente Social também é chamado a atuar como gestor na política de assistência estudantil e no planejamento, o que fortalece essa política nos Institutos Federais. Na Política de Educação, esse profissional busca construir estratégias de enfrentamento das vulnerabilidades e das desigualdades sociais; assegurar direitos e formar cidadãos críticos, protagonistas de suas histórias.

Falar sobre o Serviço Social na Educação Profissional e Tecnológica, não se limita apenas a esclarecer o conhecimento da comunidade acadêmica sobre a atuação do Assistente Social nesse ambiente, mas entender as tramas sociais marcadas por consensos e contradições, estabelecidas no interior da instituição educacional, assim como, identificar e se contrapor ao modelo neoliberal vigente na sociedade, buscando a sua transformação e a dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Edna Maria Coimbra de. **O Serviço Social na Educação profissional e tecnológica**: as particularidades do exercício profissional dos/as Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação. 2017. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Política Públicas, Maranhão, 2017. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/1795/2/Edna%20Maria.pdf>. Acesso em: 5. maio. 2023.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. In: ENCONTRO DE ASSISTENTES SOCIAIS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO, 1, 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Disponível em: http://www.cressmg.org.br/Testos/serviço_social_e_politica_educacional_ney_teixeira.pdf. Acesso em: 18 jul. 2021

ALMEIDA, N. L. T. Educação Pública e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. N. 63, p. 62 - 75. São Paulo: Cortez, 2000a.

AMARO, Sarita. Visita Domiciliar: Guia para uma abordagem complexa. Porto Alegre: Editora AGE, 2003.

BARBOSA, Mayra de Queiroz. **A demanda social pela educação e a inserção do Serviço Social na política de educação brasileira**. Campinas: Papel Social, 2015.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979. 229.p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília: Senado Federal: Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. ISBN: 978-85-7018-698-0. Acesso em: 15 dez. 2024.

BRASIL **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 2 maio. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024**. Dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2024. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em 14 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2008.

CAVALHEIRO, Josiela Silveira. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais Gaúchos e o trabalho do Assistente Social: alcances, perspectivas e desafios**. 2013. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Pelotas, BR-RS, 2013. Disponível em: https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wpcontent/uploads/sites/5/2018/03/JOSIELA.CAVALHEIRO_O-Programa-Nacional-de-Assist%C3%Aancia-Estudantil-nos-Institutos-FederaisGa%C3%Bachos-e-o-Trabalho-do-Assistente-Social-%E2%80%93-alcances-perspectivas-edesafios.pdf. Acesso em: 2 maio. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação. Brasília, DF: CFESS, 2012. (Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais, v. 3). Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOSAS-EDUCACAO.pdf. Acesso em: 4 abr. 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Documento da Área 46 de Ensino da CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ensino1.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2025.

COSTA, Maria Dalva Horácio da. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 21, v. 62, mar. 2000.

CÔCO, E; COSTA, F. J. L. Políticas Públicas de Assistência Estudantil no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES): Ações do Campus Vitória. Seminários em Administração. UFF. RJ: 2020.

CFESS. Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política educacional. Série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Org.: Ney Luiz Teixeira de Almeida. Disponível em . Acesso em 11 de novembro de 2024. CFESS, 2013.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013. 134 p.

DANTAS, Maria Conceição Borges. **O trabalho de assistentes sociais na Educação Profissional e Tecnológica: desvelando seu processamento no Instituto Federal de São Paulo (IFSP)**. Tese (Doutorado em Serviço Social). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, 2020.

DAROS, Michelli Aparecida. **#falaestudante!** Um estudo sobre o legado da expansão dos Institutos Federais aos seus estudantes. Tese (Doutorado em Serviço Social). São

Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, 2019.

DUARTE, Amanda Machado dos Santos (org.). Serviço Social e Educação Profissional e Tecnológica. São Paulo: Cortez, 2019.

DUTRA, N. G. dos R.; Santos, M. de F. S. A Assistência Estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [s.l.], v. 25, n. 94, p.148-181, mar. 2017.

FARIAS, Jalon Nunes de. O Assistencialismo na Assistência Social Brasileira. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 22, n. 2, 2013.

FERNANDES, Lígia de Nóbrega. **As condições de trabalho de assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na realidade brasileira**. 2018. 304. F. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2018.

FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis). Plano Nacional de Assistência Estudantil. [S.l.]: FONAPRACE, 2008. Disponível em: <http://fonaprace.andifes.org.br/site/wpcontent/uploads/2016/05/plano-nacional-de-assistc3aancia-estudantil-daandifes3.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2024.

FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis); ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior). FONAPRACE – Revista Comemorativa 25 anos: Histórias, memórias e múltiplos olhares. Minas Gerais: UFU, 2012. Disponível em: http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wpcontent/uploads/2016/05/1_fc3b3rum-nacional-dos-prc3b3-reitores-de-assuntos3a1rios-25-anos3.pdf. Acesso em: 7 dez. 2024.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. *Análise de conteúdo* 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

GADOTTI, Moacir. *Concepção Dialética na Educação: um estudo introdutório*. 16.^a ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GARCIA, Shirlei; SILVA, Adriano L. Identidade profissional de assistentes sociais no IFSC: entre o assalariamento e o direcionamento social. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 20, 2022, e00210182. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs00210>.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOIN, M.; MIRANDA, A. de. M. Atribuições privativas, estudo socioeconômico e serviço social: o trabalho profissional na assistência estudantil. **R. Katál**, Florianópolis, v.25, n. 2, p. 415-424, maio-ago. 2022 ISSN 1982-0259.

GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere* Edizione critica. Organização Gerratana. Turim: Einaudi, 1977. v.

GRUSZYNSKI, Ana Claudia. E-book. In: ENCICLOPÉDIA Intercom de Comunicação. São Paulo: Intercom, 2010. v. 1, p. 427-428. CD-ROM.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.001>. Acesso em: 8. maio. 2023.

_____. IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 26. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19ª edição. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fetichi: capital financeiro, trabalho e questão social. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IFRO (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia De Rondônia). Página do portal do IFRO. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/jaru>. Acesso em: 14 dez. 2024.

IFRO (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia De Rondônia). **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2018-2022)**. IFRO, 2018. Disponível em: https://portal.ifro.edu.br/images/ifro-pdi-interativo-20180209_pagina-simples.pdf. Acesso em: 16 nov. 2024.

IFRO (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia De Rondônia). **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2023-2027)**. IFRO, 2022. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/pdi-2023-2027>. Acesso em: 18 dez. 2024.

IFRO (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia De Rondônia). Projeto Pedagógico de Curso Superior em Medicina Veterinária. Porto Velho, RO: IFRO, 2021. Disponível em: <https://suap.ifro.edu.br/>. Acesso em: 17 dez. 2024.

IFRO (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia De Rondônia). **Resolução nº 61, de 18 de dezembro de 2015**. Que dispõe sobre o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.

IFRO (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia De Rondônia). **Resolução nº 65, de 18 de dezembro de 2015**. Que dispõe sobre o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. Retratos da leitura no Brasil.4.ed. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2016. Disponível em:http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016_LIVRO_EM_PDF_FINAL_COM_CAPA.pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.

KOWALSKI, Aline Viero. Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos. 2012. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2012.

KUENZER, A. Z. Trabalho e Escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 139, p.331-354, abr.-jun, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mJvZs8WKpTDGCFYr7CmXgZt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 7. maio. 2023.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. Técnicas de pesquisa. In: LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A (Orgs). Fundamentos de Metodologia Científica. 5.a ed. São Paulo: Atlas, 2003. P. 182-185.

LESSA, S. E. C. A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 113, p. 106-130, jan./mar., 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282013000100005>. Acesso em: 4. maio. 2023.

MARTINELLI, M. L. O Serviço Social e a consolidação de direitos: desafios contemporâneos. **Revista Serviço Social & Saúde**. UNICAMP Campinas, v. X, n. 12, dez. 2011.

MARTINS, E. B. C. Implicações da ética profissional do assistente social no espaço educacional. *Textos & Contextos*. Porto Alegre, 2010, n. 1, p 44-45, jan./jul.2011.

_____. Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania [online]. São Paulo: Editora UNESP. 2012. 277 p. ISBN 978-85-3930-243-7. Disponível em: <http://books.scielo.org/>. Acesso em 7. maio. 2023.

_____. O Serviço Social no âmbito da política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do Projeto Ético-Político. In: SILVA,

Marcela Mary José da. Serviço Social na Educação: Teoria e Prática. Campinas/SP: Papel Social, p. 33-54, 2012.

MARTINS, João Paulo Lira. **Política de Assistência Estudantil no Ensino Médio Integrado**: Análise sob a ótica dos alunos do curso de Agropecuária do IFPI – Campus Oeira. 2020. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão PE) / Campus Salgueiro, Salgueiro, PE, 2020.

Melo, M. C. H., & Cruz, G. C. (2014). Roda de conversa: Uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no Ensino Médio. *Imagens da Educação*, 4(2), 31-39. doi:10.4025/imagenseduc.v4i2.22222. <https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v4i2.22222>.

MÉSZÁROS, István. A Educação para Além do Capital. [Tradução Isa Tavares]. - 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/1429/1/2662.pdf>. Acesso em: 3 maio. 2023.

MICHELI, Altair Justino de Carvalho. Processo Histórico do Serviço Social em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Estado de Goiás: dimensões da prática profissional do assistente social - 1989 a 2009. 2010. 208 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica. Goiânia, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; CONSUP/IFRO (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA). **Resolução n.º 23/REITCONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018**. Dispõe sobre a organização e regulamentação dos programas de Assistência Estudantil do IFRO. Porto Velho, RO: 2018. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/consup-nav/resolucoes/2018/8505-resolucao-n-23-consup-ifro-de-26-de-marco-de-2018>. Acesso em: 15 dez. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; CONSUP/IFRO (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA). **Resolução Nº 26/REIT - CONSUP/IFRO, de 04 de abril de 2018**. Dispõe sobre a aprovação do PAPE - Política de Acesso, Permanência e Êxito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. Porto Velho, RO: 2018. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/consup-nav/resolucoes/2018/8508-resolucao-n-26-consup-ifro-de-04-de-abril-de-2018>. Acesso em: 21 dez. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; CONSUP/IFRO (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA). **Resolução Nº 38/REIT - CONSUP/IFRO, de 17 de agosto de 2017**. Dispõe sobre a aprovação do Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/consup-nav/resolucoes/2017/8925-resolucao-n-38-consup-ifro-de-17-de-agosto-de-2017> Acesso em: 20 dez. 2024.

MIOTO, Regina Célia. Estudos Socioeconômicos. In: CFESS; ABEPSS (Org.). Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, 2009.

MIRANDA, N. A. D.; OLIVEIRA, E. P. M. A Educação Profissional e Tecnológica como espaço sócio-ocupacional do Assistente Social: desafios e possibilidades para atuação do assistente social no IFMG. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, Minas Gerais, v. 5, n° 3, p. 57-78, 2021.

MIRANDA, Jakelinne Lopes de Sousa. **Assistência Estudantil e seu papel na permanência e êxito escolar**: percepções dos estudantes do ensino médio integrado. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, 2022.

MOTA, Raquel Cristina Lucas. **Uma análise da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil entre as décadas de 1990 a 2000**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MOURA, Adriana Borges Ferro; LIMA, Maria da Glória Soares Barbosa. A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível. Interfaces da Educação. Paranaíba, v.5, n.15, p.24-35, 2014. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/448>. Acesso em: 10 nov. 2024.

NEVES, Victória Sabatine de Paiva. **Serviço Social na área da Educação**: Condições e relações de trabalho dos Assistentes Sociais no Município de Juiz de Fora/MG. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ppgsvicosocial/files/2016/08/victoria.pdf>. Acesso em 4 mai. 2023.

Página do site do Governo do Estado de Rondônia. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/municipio-de-jaru-completa-40-anos-movimentando-operacoes-de-credito-bancario-superiores-a-r-680-milhoes/> Acesso em 30 nov. 2024.

Página Jaru online. Disponível em: <https://jaruonline.com.br/ifro-campus-jaru-recebera-escola-do-chocolate/>. Acesso em: 16 out. 2024.

PAIXÃO, Marcus Vinicius Sandoval et al. A percepção de discentes do IFES – Campus Santa Teresa sobre a assistência estudantil. **Conhecimento & Diversidade**, [s.l.], v. 8, n. 16, p.100-112, 22 maio 2017. Centro Universitario La Salle. UNILASALLE. Disponível em: <https://doi.org/10.18316/rcd.v8i16.2575>.

PACHECO, Eliezer (Org). Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: Moderna, 2011. Disponível em: . Acesso em: 25 set. 2012.

PRADA, Talita. O Trabalho em Rede na Intervenção das Assistentes Sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. 2015. Dissertação

(Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

RAMOS, Marise Nogueira. **Concepção do ensino médio integrado**. SEMINÁRIO SOBRE ENSINO MÉDIO, 2008. Secretaria de Educação do Pará, 2008. v. 8. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcaodo-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2024.

SANTOS, André Michel dos. *Gestão Democrática e Serviço Social: limites e possibilidades da atuação do assistente social na escola pública*. São Paulo, 1ª Edição. Editora Garcia Edizioni, 2013.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2024.

SILVA, Graziela Naiara Felício. O FAZER PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: Considerações a partir da inserção nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Serviço Social em Perspectiva**, Norte Mineiro, v.4, Edição Especial, p. 511-523, mar/de 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva>. Acesso em: 2 maio. 2023.

SILVA, Maria Rita Valões da. **O Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica**: representações sociais de estudantes do Ensino Médio Integrado. 2023. Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Pernambuco, 2023.

SOUZA, Iris de Lima. Dimensão educativa do assistente social na educação escolar. Disponível em: http://www.unitau.br/scripts/prppg/3%20encontro%20seguro%20social/trabalhos/co/2_1_0.pdf. Acesso em: 22 out. 2023.

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço Social e Educação: uma questão em debate**. In: *Revista Interface*, Natal, V.2 N. 1., 2005.

Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política educacional. **Série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais**. Org.: Ney Luiz Teixeira de Almeida. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em 07 de maio de 2023. CFESS, 2013.

TAUFICK, Ana Luiza de Oliveira Lima. **Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*. Goiás, v. 30, n. 1, p. 181-201, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/50020/31328>. Acesso em: 20 mar. 2025.

VASCONCELOS, Ana Maria de. *A/O Assistente Social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas*. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

VOLANTE, Daniele Pinheiro. **A atuação da equipe multiprofissional dos Institutos Federais com os estudantes público-alvo da Educação Especial**. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, Programa de pós Graduação em Educação Especial, São Carlos, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/17795>. Acesso em: 3 maio. 2023.

XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social, 2018, Vitória, ES. **Anais**. [...]. Vitória, ES. O trabalho dos Assistentes Sociais na Educação Profissional e Tecnológica: as ações desenvolvidas no cotidiano institucional. Vitória, ES. Dez.



APÊNDICE A – Transcrições integrais das falas dos sujeitos da pesquisa referente à segunda etapa de rodas de conversa.

Quanto à escolha do texto que melhor iria se adequar aos objetivos do estudo os sujeitos da pesquisa responderam:

“É Melhor colocar só a lei. Se quiser, coloca algum comentário [...] Destaca aquilo que você quer que a pessoa entenda” (Servidor E). “Creio que esse conteúdo do e-book contempla [...]” (Aluno (a) L). “Esse texto aqui eu não usaria aqui, só na dissertação” (Servidor D). “Isso aqui é interessante: competências e atribuições privativas do Assistente Social” [...] (Servidor D). “O papel do Assistente Social na Educação Profissional, interessante isso daqui” (Servidor D). “Verdade, tá bom” (Aluno (a) L). “Eu acredito que o tema poderia ser mais descolado. [...] O que faz o Assistente Social? Qual a minha função? Algo assim” [...] (Servidor C). “Se você quer citar o histórico para falar que esse ponto ele existe, você fala assim: o Serviço “Social foi regulamentado, inicialmente na lei tal” [...] (Servidor B). “O Programa Bolsa Permanência como é para indígena, colocar respaldo constitucional” (Servidor B). “Não é melhor simplificar o que essa lei fala não”? Pegar o texto seco da lei” [...] eu acho melhor colocar os dispositivos legais no link para acessar [...] (Servidor B). [...] “Essas dificuldades foram elencadas a partir da opinião do grupo de pesquisa; então, seria interessante comentar, apontar de onde essas dificuldades foram tiradas” [...] (Servidor C). “Quanto ao conteúdo, para mim, está é pouco” (Servidor B). “Sobre o conteúdo do sumário, eu acho que está ótimo” (Aluno (a) M). Eu gostei dessa página, bem interessante o texto [...] (Aluno (a) M). “Não precisa colocar essa frase em todas as páginas” (Aluno (a) D). “Eu acho que tem que ter as dificuldades para se acessar a PNAES” (Aluno (a) O). “Tem que ter” (Aluno (a) M). “Eu acho que está acrescentando um olhar mais crítico” (Aluno (a) D).

Quando indagado sobre a qualidade do texto e a formatação que seria utilizada na feitura do produto, obtiveram-se as seguintes respostas:

“Acho que seria bom aumentar o tamanho da letra; utilizar o recurso da hifenização” (Servidor D). “Colocar alguns links, QR codes para os profissionais irem atrás de mais informações, para você alcançar outro público. Porque o público mais leigo quer informação rápida. Para esse público, quanto menor o texto, mais imagens, melhor e mais fácil o entendimento [...]” (Servidor D). “Não usa essa letra assim não, porque ela em negrito fica cansativa para ler” (Servidor D). “Coloca os programas em tópicos, de pontinho em pontinho, porque assim, você bate o olho não quer ler (Aluno (a) L). “Se vc dividir a sua tela, eu falar para você de uma forma que fique mais confortável visualmente”. Todo documento, jornal, ele tem uma parte mais valiosa, então eles dividem o jornal assim, no meio. E o “você sabia”, você esta utilizando as estratégias para chamar atenção. Você divide a página em três partes e o “você sabia” você utiliza nessa coluna assim, na vertical, na lateral direita, para colocar as informações. “Quando você coloca nessa lateral, você pega a parte mais valiosa do seu documento” (Servidor D). “Colocar menos texto, mais tópicos”. Com letras maiores. Apresenta o sumário de outra forma. As informações têm que tá de fácil acesso. Enxugar texto” (Servidor D). “Colocar QR codes para pesquisas” (Servidor E). “Esses textos aqui pode ser QR codes, porque dai o profissional vai acessar isso. [...] Porque como é um e-book, material digital, você pode colocar tanto QR codes, como link. Aí, o pessoal só vem aqui e clica no link” (Servidor). [...] “Sabe aqueles livrinhos de criança mesmo, que vem pouco texto e aí tem uma imagem. Se você conseguir fazer uma associação entre a imagem que você quer passar e o texto, vai ficar perfeito. Porque a imagem traz a reflexão e o texto associa com a imagem. A leitura faz sentido” [...] (Servidor D). “Brincar com as letras maiores, as menores, caixa alta” (Servidor E). “Uma coisa muito importante de você decidir é qual vai ser o tamanho desse arquivo. Não joga um arquivo de uma ponta para outra sem título [...] Deixa o texto de uma forma acessível. Coloca só os tópicos que só interessa” (Servidor D). “A cor do texto, preto mesmo, fundo branco.” “Faz o formato de um livro e coloca as pessoas dentro” [...] (Servidor B). “Eu gostei dessa página, tá bem interativa; tá chamando atenção’ [...] (Aluno (a) B). Eu acho que tá bom” (Aluno (a) B). “Essas letras dos tópicos estão bem pequenininhas” (Aluno (a) B). “Um texto mais curto chama mais atenção” (Aluno (a) A) “Se colocar muito termo e sigla começa a ficar algo cansativo e o aluno não vai ler” (Servidor H). “Colocar imagem, eu acho legal, chama mais atenção do que colocar só texto” (Aluno (a) B). “Para a

maioria das pessoas imagem é melhor, e as interativas” (Servidor H). “Coloca esse texto justificado” (Aluno (a) A). “Justificado é melhor” (Aluno (a) C). [...] “Cada parágrafo pode ter um texto com uma imagem para exemplificar” [...] (Servidor H). “Segue um padrão de cores para todos” (Aluno (a) B). “É interessante se você conseguir linkar cada item direto na página. Exemplo, eu quero só o tópico cinco, você clica no cinco e já te manda direto para a página cinco” [...] (Servidor C) “Tá muito pequena a letra e muita coisa na página” (Aluno (a) C). “Acho que está me incomodando um pouco à questão de duas cores. Acho que deveria seguir o padrão de uma cor só” [...] (Aluno (a) B). “Eu gostei desse título, chama a atenção de diferentes públicos” (Aluno (a) O). Sobre o sumário, só ajeitar a formatação; eu gosto do sumário padrão” [...] (Aluno (a) O). “E os textos parecem que estão em fontes e tamanhos diferentes” (Aluno (a) D). “O sumário é algo que chama atenção para ler o livro; eu mesmo, vejo a capa, me interessou vou para o sumário para ver o conteúdo [...]” (Aluno (a) O). “Olha por exemplo, esse tipo de sumário também é bonito” (Aluno (a) M). “Eu achei a letra pequena do texto” (Aluno (a) D). “Dar para fazer modelo cartilha. Pode colocar uma imagem; digrama isso em coluna” [...] (Aluno (a) O). “Essa página ficou legal” (Aluno (a) D). “Acho que tem muita informação numa página só; o texto em negrito a letra fica muito grande, parece que fica pesada” (Aluno (a) D). “Esse texto tem que dar zoom para lê” (Aluno (a) O). “Dar para colocar elementos nessa página, coloridos para não ficar só branca” (Aluno (a) O). “É importante separar por paleta de cores, para ter um padrão” (Aluno (a) M). “Aqui está mais verde escuro, aqui mais claro. É bom ter um padrão” [...] (Aluno (a) M). “Porque depois do primeiro “você sabia”, toda vez que aparece aquela cor você sabe que é o “você sabia”; deixar um padrão” (Aluno (a) O). “Eu separaria os programas [...] dar para detalhar dentro do bloco” (Aluno (a) M). “(Dar para colocar em tópicos também” Aluno (a) O)”. “Esse fundo cinza eu gostei” (Aluno (a) O)”. “Ficou legal” (Aluno (a) M). “É interessante colocar: no capítulo tal, página tal, aí tem um tópico, aí quando a pessoa for acessar o link ela já sabe de qual tópico está se referindo” [...] (Aluno (a) D). “Eu gosto dessa página, aí deixa em negrito só a parte mais importante. Ela está perfeita” (Aluno (a) M). “Eu achei as letras muito pequena [...] e os números sequenciais fica melhor” (Servidor A). “Essas referências estão pequenas” (Aluno (a) G). “Esses números estão muito grandes” (Servidor F). “Eu acho que dessa forma que tá aqui, geralmente como um livro, fica melhor” (Aluno (a) P). “A paleta de cores

também está estranha, seria interessante uma paleta mais verde e branca” (Aluno (a) E). “Se quiser alinhar com as cores do IFRO, predominante é verde e branco” (Servidor A). “Tem que fazer uma paleta de cores” (Servidor F). “É porque as cores comunicam sentimento, né” então, é interessante você colocar cores que comuniquem o que você vai passar” [...] (Aluno (a) P) “Eu acho que o melhor é o fundo branco e o tamanho da letra está pequena” (Aluno (a) Q). “É, está pequena” (Aluno (a) N). A ideia de liberdade, representar a questão do amarelo, acho que foi uma pauta boa [...] Aluno (a) P). “Eu gostei desse design, só que eu acho que eu colocaria ele menor e aumentava o tamanho da letra” Aluno (a) Q). “Aumentar a letra e a questão do design [...]e depois vai trabalhando por tópicos” [...] Aluno (a) E). “Essa página eu achei mais interessante, mas ainda tem o problema das letras [...] acho que está colocando muita coisa em uma página só” (Aluno (a) P). “A ideia de intercalar uma figura aqui outra ali, para deixar mais leve a leitura, mais interessante, talvez seria uma opção” (Servidor A). “Seria interessante colocar cada uma das competências com retângulos, nem digo de cores diferentes, mas de uma só cor para dar destaque as competências” (Servidor F). “Eu acredito que as coisas que são mais importantes da pesquisa deveria ter cores mais brilhantes, tom mais chamativo” (Servidor F). “(Acho que de outra cor ficaria mais bonito” Aluno (a) Q). “Padronizar o texto talvez. Deixar o “você sabia” justificado; deixar tudo na mesma fonte, no mesmo tamanho” (Servidor A). “Essa página aqui está difícil; essa ficou melhor, mas o problema é a letra” (Aluno (a) N). “Aí já ficou interessante” (Aluno (a) P). “Eu acho que o “você sabia”, é uma curiosidade” Aluno (a) Q). “Tem que ter as informações, porém, de uma forma que dar uma vida para aquela página e você colocar uma figura, uma cor que chame atenção” Aluno (a)N). “Fazer a revisão textual” (Servidor A).

Referente à escolha das figuras e/ou imagens que poderiam compor o e-book, segue as contribuições:

“E se no lugar da mão você colocar o símbolo do serviço social?” (Servidor E). “É melhor” (Aluno (a) L). “Tirar a imagem das mãos dadas, pois tá apelativo é melhor” (Aluno (a) I). “Esse símbolo é muito simples” (Aluno (a) J). “Não é que ele é simples é que ele não ocupa espaço” (servidor D). “Ele vai ser o fundo d’água, só” (Servidor

E).“Marca d’água” (Aluno (a) L).“Acho melhor não colocar nada não, deixar assim mesmo” (Aluno (a) J).“Eu acho que na capa, colocar uma foto dos servidores, mas aí vai do direito de imagem, né!” (Aluno (a) L). “Gera uma imagem, igual do bonequinho. Um avatar. A caricatura é ruim porque ela busca defeitos. Ela destaca coisas que são fora dos padrões. Então, o avatar é algo mais adequado” (Servidor D). “Coloca um bonequinho mais slim” (Aluno (a) L). “O símbolo está numa resolução ruim. Deixa ele no fundo branco. Essa letra clara também não ficou legal. Essa letra tá itálico, essa aqui tá outra, isso deixa um aspecto desorganizado. Aqui tá bem diferente” (Servidor D). “Coloca os bonequinhos mais inclusivos. Tá muito padrão. Coloca um cadeirante, um indígena” [...] (Servidor E). “Eu gosto bastante dos bonequinhos. Me ajudaria bastante a querer ler. Como eles falaram, tá tendo muito espaço em branco, não só no “você sabia”. Espaçinho sobrando lá, aqui. Tem partes que tem muito texto [...] Porque eu quero um negócio rápido e visual, porque eu sou da geração que abre tic toc” (Aluno (a) J). “É muito importante ter um padrão. Colocar o slogan do programa e do IFRO só no início e no fim, ou só no fim” (Servidor E). “Acho que o slogan do IFRO e do ProfEPT deve ser só na primeira página” (Aluno (a) A). “O símbolo do serviço social eu achei legal, mas nessa imagem não ficou tão claro” (Aluno (a) C). “Eu acharia legal colocar a marca d’água” (Aluno (a) C). “É que a marca d’água vai em todas as páginas, né!” (Servidor C). “E essa menininha é você? Poderia ser um negócio seu. Dê uma identidade ao seu trabalho. Um avatar seu, eu acho bacana” [...] (Servidor C). “Aí em todo “você sabia”, ter uma bonequinha” (Aluno (a) B). “Mas eu acho que ficaria legal colocar o símbolo no fundo, aí você até poderia aumentar a letra e colocar em cima dele” [...] (Aluno (a) A). “Acho que deveria colocar na página um avatar seu e quem sou eu: Eu sou Assistente Social” [...] (Servidor C). “Colocar uma pessoa preta” (Aluno (a) B). “Concordo” (Aluno (a) C). “Eu também acho; e acho que está muito pequeno” [...] (Aluno (a) C). “Ela pesquisou aqui, em vez de você colocar aquela mão lá, dá para você colocar uma imagem assim, que inclui várias pessoas” [...] (Aluno (a) C). “Colocar o símbolo do serviço social como marca d’água só se for em algumas páginas, não em todas” (Aluno (a) M). “Esse logo não ficou legal; parece você que colocou um postite em cima da página” (Aluno (a) M). “Muito grande, esse símbolo” (Aluno (a) O). “Essa foto ficou legal” (Aluno (a) M). “Essa questão das figuras é interessante, mas alguns livros com muitas figuras ficam com pouco conteúdo” [...]

Aluno (a) E. Essas mãos dadas aí é interessante, mas tá dando um contraste estranho com a roupa, não dá para ver direito o que está escrito na logo” (Aluno (a) P). “Talvez tirar essa imagem” (Aluno (a) E). “Eu colocaria essa imagem como se fosse um cartum, ficaria mais interessante” (Aluno (a) N). “Você não pode colocar esse símbolo na capa? Eu acho que essa figura na capa ia ficar muito boa” (Aluno (a) P). “Talvez o símbolo do Serviço Social no fundo da página atrapalharia a leitura” (Servidor A). “Acho que esse símbolo tinha que ficar ou na capa ou na introdução, na introdução ficaria mais interessante e não ficar poluindo o livro” (Aluno (a) E). “Acho que poderia ter um avatar seu e você”. O “você sabia” é meio que colocar sua identidade” (Servidor A). “Essa ideia aí eu acho interessante, colocar diversidade; isso aí é uma ideia boa para a capa também” (Aluno (a) P).

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA RODAS DE CONVERSA

p. 1 de 4

PRIMEIRA ETAPA DE RODAS DE CONVERSA: SERVIDORES (PROFESSORES E TAES) E DISCENTES.

RConv_1.

RConv_2.

RConv_3.

RConv_4.

Objetivo das rodas de conversa:

Levantar as concepções e percepções dos participantes sobre o papel e a atuação do Assistente Social na EPT, as limitações e possibilidades dessa atuação; recolher relatos de experiências dos envolvidos e sugestões sobre como aprimorar a atuação e o conhecimento da comunidade acadêmica sobre essa atuação profissional;

Roteiro estruturado:

- 1) Apresentação e cumprimentos.
- 2) Informar aos participantes sobre o objetivo da roda de conversa.
- 3) Apresentar de maneira resumida as etapas da pesquisa.
- 4) Realizar um momento para perguntas e dúvidas sobre a pesquisa.
- 5) Informar que ao começar as perguntas nas rodas de conversas serão iniciadas as gravações das falas dos que concordaram com isso no TCLE e no TALE.
- 6) Começar as perguntas nas rodas de conversas do primeiro encontro:
 - a) Você sabe o que faz o Assistente Social?
 - b) Você conhece os serviços ofertados pelo Serviço Social do IF Campus Jaru?
 - c) Você já buscou os serviços do Assistente Social do Campus?

- d) A partir de quais meios você já buscou os serviços do Assistente Social do Campus?
 - e) Qual a frequência que você procura o serviço Social da instituição?
 - f) Se você já procurou o Serviço Social (Assistente Social) do seu campus, quais foram as demandas levadas?
 - g) Se você nunca procurou o Serviço Social, foi porque você não precisou ou teve outro motivo?
 - h) Você já precisou de atendimento com a Assistente Social? Se sim, suas demandas foram atendidas?
 - i) Quais as dificuldades e facilidades da comunidade acadêmica quanto ao acesso ao Serviço Social da instituição?
 - j) Quais as experiências que você teve ao procurar o Serviço social?
 - k) Qual a importância dos serviços do Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica?
 - l) Quais ações acreditam serem possíveis realizar para fortalecer e ampliar o conhecimento da comunidade acadêmica sobre o fazer profissional do Assistente Social;
- 7) Ações que são desenvolvidas pelo Assistente Social na EPT e a importância disso.
- 8) Informações sobre as formas de requisitar os serviços do Assistente Social.
- 9) Agradecimento pela presença e participação de todos.
- 10) Encerramento da roda de conversa.

SEGUNDA ETAPA DE RODAS DE CONVERSA: SERVIDORES (PROFESSORES E TAES) E DISCENTES.

RConv_1.

RConv_2.

RConv_3.

RConv_4.

Objetivo das rodas de conversa:

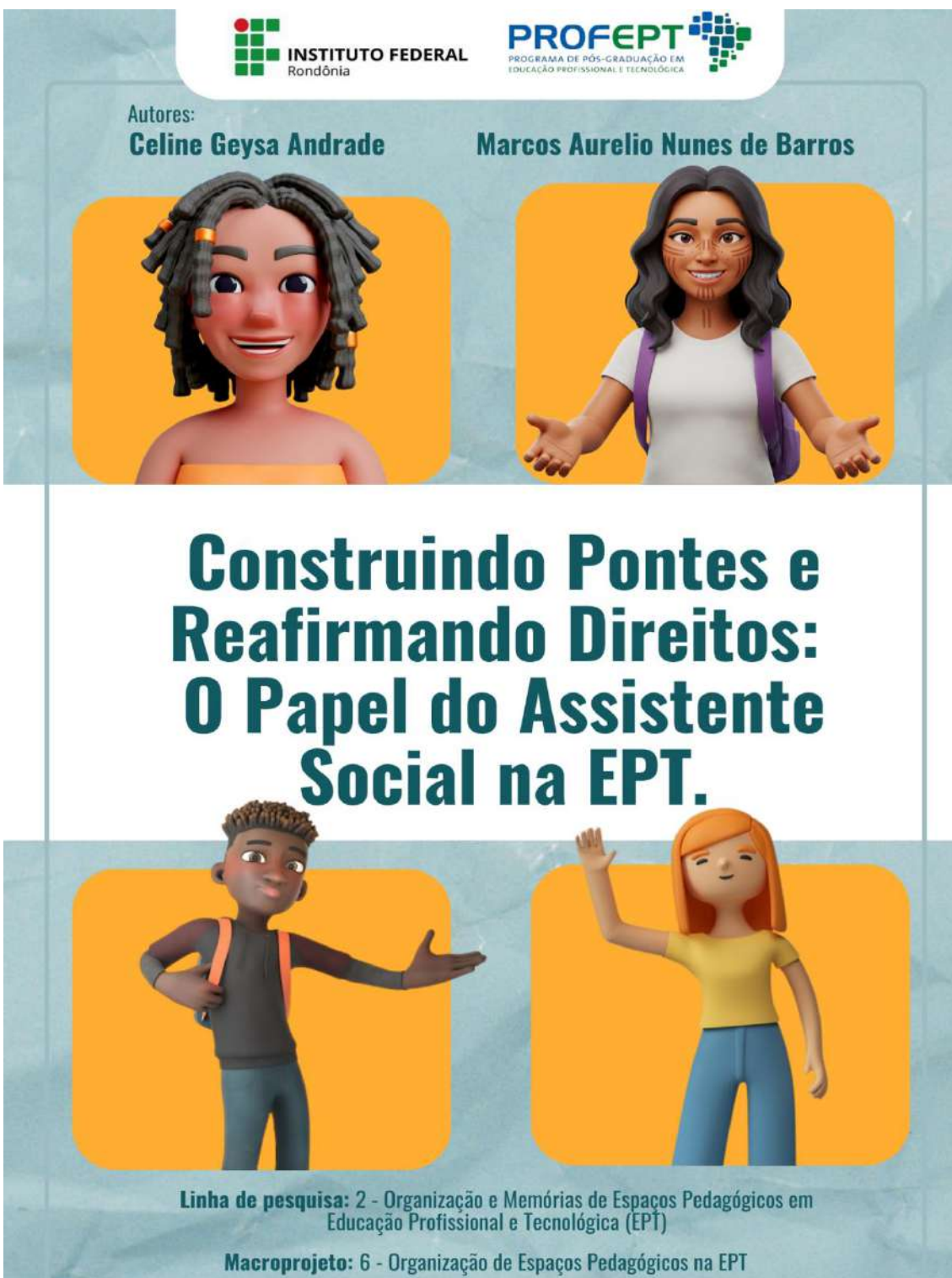
Envolver os participantes da pesquisa no processo de validação do material, antes dele ser considerado pronto. Esclarecer aos participantes sobre o papel e a atuação formal do Assistente Social em instituições educacionais e na EPT e recolher as contribuições dos participantes na elaboração do protótipo do produto da pesquisa

Roteiro estruturado:

- 1) Apresentação e cumprimentos.
- 2) Informar aos participantes sobre o objetivo da roda de conversa.
- 3) Informar que ao começar as perguntas nas rodas de conversas serão iniciadas as gravações das falas dos que concordaram com isso no TCLE e no TALE.
- 4) Discutir com os participantes da pesquisa a escolha do texto que melhor vai se adequar aos objetivos da pesquisa.
- 5) Analisar a qualidade do texto e a sua formatação que serão utilizados na feitura do produto.
- 6) A partir de um estudo sobre o conteúdo da pesquisa verificar juntamente com os pesquisados, as figuras e/ou imagens que poderão compor o e-book digital.
- 7) Construção coletiva da versão final do produto educacional, tendo como referência a atuação formal do Assistente Social na EPT a paritr do esclarecimento de suas competências e atribuições profissionais.

- 8) Espaço para dúvidas, esclarecimentos e outras contribuições que os participantes da pesquisa queiram citar.
- 9) Informar que após concluída a pesquisa serão apresentados os resultados e o produto educacional para os sujeitos da pesquisa, pelo e-mail dos participantes informado no TCLE e no TALE.
- 10) Agradecimento pela presença e participação de todos na pesquisa
- 11) Considerações finais e despedida.


APÊNDICE C - PRODUTO EDUCACIONAL




 **INSTITUTO FEDERAL**
Rondônia

 **PROFEPT**
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Autores:
Celine Geysa Andrade **Marcos Aurelio Nunes de Barros**



Construindo Pontes e Reafirmando Direitos: O Papel do Assistente Social na EPT.



Linha de pesquisa: 2 - Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Macroprojeto: 6 - Organização de Espaços Pedagógicos na EPT

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gestor de Ficha Catalográfica de IFRO, com dados informados pelo(a) autor(a).

ASS4c
 Andrade, Celine Geysa.
 Construindo Pontes e Reafirmando Direitos: O Papel do Assistente Social na EPT. / Celine Geysa Andrade. Porto Velho-RO, 2025.
 30 f. : il.
 Orientador(a): Prof. Dr. Marco Aurélio Nunes de Barros.
 Produto Educacional (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProEPT) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho-RO, 2025.
 1. Papel do Assistente Social. 2. Educação Profissional e Tecnológica. 3. Política Nacional de Assistência Estudantil. I. Barros, Marco Aurélio Nunes de Barros. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.
 CDD: 370.711

Biblioteca(s) Responsável: Evandro Silva de Sousa, CDS, 11.056 (Campus Porto Velho Calama)

2

FICHA TÉCNICA

DADOS DO PRODUTO EDUCACIONAL
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO

Origem do Produto

Desertação do Mestrado: "Lá, você trabalha aqui?" – Percepções sobre a atuação do Assistente Social no Instituto Federal de Rondônia – Campus Jaru.

Elaboração e Desenvolvimento

Celine Geysa Andrade
 Orientador da pesquisa
 Prof. Dr. Marco Aurélio Nunes de Barros

Áreas de conhecimento

Educação Profissional e Tecnológica, Ciências Sociais Aplicadas.

Registro do produto

Biblioteca do IFRO – Campus Porto Velho Calama/2025

Disponibilidade do produto

Irrestrita, preservando os direitos autorais, bem como a proibição do uso comercial do produto.

Instituições envolvidas

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

Idioma

Língua Portuguesa

Cidade

Porto Velho

País

Brasil

Diagramação

Alisson Cheves

3



Construindo Pontes e Reafirmando Direitos: O Papel do Assistente Social na EPT.



4

Construindo Pontes e Reafirmando Direitos: O Papel do Assistente Social na EPT.

SUMÁRIO

Apresentação	6
A Educação Profissional e Tecnológica como Educação Libertadora e Inclusiva	8
Ser Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica	9
Competências e Atribuições privativas do Assistente social	12
O papel do Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	18
Acessando a Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES	21
Dificuldades para se acessar a PNAES (o Serviço Social)	22
Formas de acessar a PNAES	28
Orientações aos discentes da PNAES para efetivar a política	30
Dicas aos Gestores, Professores e TAES para efetivar a PNAES	32
Propostas de aprimoramento para efetividade da PNAES no IFRO	34
Considerações finais	36
Referências	37

Construindo Pontes e Reafirmando Direitos:
O Papel do Assistente Social na EPT.

APRESENTAÇÃO

Este E-book é o produto educacional gerado da pesquisa desenvolvida pelo Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProEPT), ofertado pelo Campus Calama do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, a qual originou a dissertação de mestrado intitulada "ú, você trabalha aqui?" - percepções sobre a atuação do Assistente Social no Instituto Federal de Rondônia - IFRO - Campus Jaru".

A atuação do Assistente Social no âmbito educacional é necessária, pois vai agir no enfrentamento da realidade social do estudante visando o seu ingresso, a permanência e o êxito na instituição. Souza (2008) ressalta que essa é um ambiente que apresenta um quadro político e pedagógico onde são apresentadas diversas demandas, saberes e relações, com uma rotina social e educacional atual que requer falas da ordem, como inclusão, empoderamento, protagonismo, competência exigindo outras especialidades no contexto da educação para atuar com as múltiplas expressões da questão social.

6

Construindo Pontes e Reafirmando Direitos:
O Papel do Assistente Social na EPT.

APRESENTAÇÃO

Neste E-book você encontrará:

- Conceitos sobre a Educação Profissional e Tecnológica como Educação Libertadora e Inclusiva;
- Ser Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica;
- Competências e atribuições privativas do Assistente social;
- O papel do Assistente Social na EPT;
- A Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); as dificuldades e as formas de acessá-la;
- Orientações aos usuários dessa política e dicas aos gestores, professores e TAES para efetivar a PNAES;
- Novas propostas para efetivar a PNAES;

Esse material não tem o objetivo de apresentar um conteúdo tomado como definitivo, mas compartilhar informações sobre o fazer profissional do Assistente social na EPT, contribuindo para desenvolver e fortalecer práticas cotidianas que auxiliem os sujeitos dessa política, diante das múltiplas experiências decorrentes do processo de ensino e aprendizagem vivenciadas no contexto educativo.

7

Construindo Pontes e Reafirmando Direitos:
O Papel do Assistente Social na EPT.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA COMO EDUCAÇÃO LIBERTADORA E INCLUSIVA

Os Institutos Federais (IFs) fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O processo educativo ofertado nesses espaços propõe a consolidação de uma educação profissional de qualidade e emancipadora. A ampliação da oferta nessa modalidade de ensino permitiu aos filhos da classe trabalhadora acessarem níveis mais especializados da educação.

- O objetivo principal da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é a preparação dos cidadãos para ingressar no mundo do trabalho.
- Propõe uma formação integral que articule ciência, cultura, conhecimento e tecnologia.
- Busca formar sujeitos críticos e conscientes de suas ações na sociedade.
- Vai promover o desenvolvimento socioeconômico local e regional, pois é uma política que também se relaciona com a geração de emprego e renda.

O caminho para se alcançar uma educação omnilateral, que promova a emancipação humana e a transformação ampla, precisa envolver práticas de inclusão social, de desenvolvimento da autonomia; que vise uma formação crítica, de valorização dos sujeitos, possibilitando o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades.

8

Construindo Pontes e Reafirmando Direitos:
O Papel do Assistente Social na EPT.

SER ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

O Assistente Social no IF Campus Jaru atua em diversas atividades relacionadas ao planejamento e execução da **Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**:

- Atendimento social e acompanhamento dos discentes;
- Realiza estudo Socioeconômico (visando a concessão de auxílios estudantis);
- Faz entrevista social;
- Realiza visita domiciliar (quando há necessidade);
- Realiza o acompanhamento da frequência escolar dos discentes cujas famílias recebem o Bolsa-Família e dos alunos bolsistas da PNAES;
- Realiza o acompanhamento e produção de relatórios dos discentes que recebem o Bolsa Permanência;
- Realiza articulação com a rede socioassistencial e encaminhamentos para as Unidades de saúde, Conselho Tutelar, órgãos da justiça, Ministério Público, dentre outros.

VOCÊ SABIA?

A Lei nº. 3.252/1957 fez a primeira que regulamentou o Serviço Social no Brasil.



9

Construindo Pontes e Reafirmando Direitos:
O Papel do Assistente Social na EPT.



O Assistente Social contribui na feitura dos editais de auxílios; realiza, juntamente com a equipe multidisciplinar atividades socioeducativas, como rodas de conversa sobre temas diversos (bullying, drogas, empatia etc.); realiza estudos das questões sociais que interferem nos processos de ensino e aprendizagem; realiza projetos, algumas atividades de cunho administrativo, dentre outras.



VOCÊ SABIA?

Atualmente a Lei nº. 8.662, de 7 de junho de 1993, é a lei que regulamenta a profissão de Assistente Social No Brasil.

10

Construindo Pontes e Reafirmando Direitos:
O Papel do Assistente Social na EPT.

ALGUNS DESAFIOS NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL:

Algumas atividades burocráticas/administrativas acabam reduzindo o alcance da atuação do/a Assistente Social, pois **gasta muito tempo com as análises documentais para a concessão dos auxílios estudantis**, que devido aos prazos curtos dos editais, não consegue realizar estudos socioeconômicos nesse período.

Devido ao quadro de servidores reduzidos, todos os profissionais, inclusive o Assistente Social, **realiza outras atividades que não são pertinentes as suas competências e atribuições**.



11

Construindo Pontes e Reafirmando Direitos:
O Papel do Assistente Social na EPT.



No Campus Jarú, o Assistente Social realiza algumas atividades de orientação aos estudantes, executa projetos com eles. São ações que contribuem para que essa profissional tenha um contato mais próximo dos discentes e realize outras atividades inerentes à formação.

Almeida (2000) ressalta que o fazer profissional do Assistente Social no campo educacional promove reflexões sobre políticas juntamente com parcelas da população, contribuindo para que os sujeitos reconheçam e acessem seus direitos e ceveres rumo à cidadania.



VOCÊ SABIA?

O requisito da renda mínima que era de até 1,5 salário-mínimo per capita, para acessar os Programas de Assistência Estudantil, com a nova lei da PNAES (lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024), essa renda passou a ser de até 1 salário-mínimo per capita.

12

Construindo Pontes e Reafirmando Direitos:
O Papel do Assistente Social na EPT.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES
PRIVATIVAS DO ASSISTENTE SOCIAL

A Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social, normaliza suas competências e atribuições profissionais.

Conforme o Art. 4º Constituem algumas competências do Assistente Social:

Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos de administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

Encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;



13

**Construindo Pontes e Reafirmando Direitos:
O Papel do Assistente Social na EPT.**

Planejar, organizar e administrar benefícios e Serviço Social;

Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;



Planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e do Unidade de Serviço Social;

Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

Realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos de administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (BRASIL, 1993)



14

**Construindo Pontes e Reafirmando Direitos:
O Papel do Assistente Social na EPT.**


VOCÊ SABIA?

O Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, foi aprovado a partir da Resolução Nº 23/REIT - CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018.

VOCÊ SABIA?

Os Programas de Assistência Estudantil do IFRO Campus Jaru são:

- Programa de Auxílio à Permanência – PROAP
- Programa de Auxílio Moradia – PROMORE
- Programa de Auxílio Complementar – PROAC
- Programa de Atenção à Saúde e apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – PROSAPEX
- Auxílio Indígena e Quiombola para estudantes da graduação (O Bolsa Permanência).



15

**Construindo Pontes e Reafirmando Direitos:
O Papel do Assistente Social na EPT.**

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS DO ASSISTENTE SOCIAL

De acordo com o Art. 5º são atribuições privativas do Assistente Social:

Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

Planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

Assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

Assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

Treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

Dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

16

**Construindo Pontes e Reafirmando Direitos:
O Papel do Assistente Social na EPT.**

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS DO ASSISTENTE SOCIAL

Dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;

Elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

Coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

Fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

Dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

Ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional (BRASIL, 1993).

17

Construindo Pontes e Reafirmando Direitos:
O Papel do Assistente Social na EPT.

O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)

Os Assistentes Sociais são profissionais que atuam em diversas políticas públicas. No âmbito educacional, especificamente, nos institutos federais, o seu papel vai muito além do que fazer a concessão de auxílios estudantis, ele vai contribuir para ampliar o acesso a direitos do estudante, de sua família e da comunidade acadêmica, como um todo. Ele vai escutar, acolher e orientar os usuários dessa política.

Silva (2012) ressalta que o papel do Assistente Social na educação é específico, mas isso não quer dizer que seja isolado.

Dessa forma é desafiador e necessária uma articulação para realizar um trabalho interdisciplinar/multiprofissional.

Silva (2012) aponta três contribuições do Assistente Social no âmbito escolar:

- Efetivar direitos sociais da classe trabalhadora;
- Trabalhar com a comunidade escolar;
- Atuar juntamente com a rede de proteção social dos estudantes e de suas famílias;

18

Construindo Pontes e Reafirmando Direitos:
O Papel do Assistente Social na EPT.

Nos Institutos Federais, o Assistente Social pode realizar de forma articulada o seu trabalho, já que faz parte de uma equipe multiprofissional, ampliando sua visão das diferentes dimensões que constituem o desenvolvimento educacional (Abreu, 2018).

Várias demandas são encaminhadas ao Serviço Social por meio do pedagogo, do psicólogo, e principalmente, a partir do professor. Outros profissionais também contribuem com esses encaminhamentos (Abreu, 2018).

Abreu (2017) afirma que referente a assistência estudantil, as solicitações que chegam para os Assistentes Sociais estão ligadas a efetivação dos programas direcionados a atender as necessidades essenciais dos discentes, como alimentação, moradia e transporte, além de outras ações voltadas para a formação e socialização, que visa contribuir para a permanência e êxito dos estudantes.

VOCÊ SABIA?

Os servidores que atuam na CAED têm funções específicas. Que faz parte da equipe multidisciplinar: Assistente Social, Assistente de Aluno, Intérprete de Libras, Pedagogo e Psicólogo.



19

Construindo Pontes e Reafirmando Direitos:
O Papel do Assistente Social na EPT.

Portanto, viabilizar os direitos sociais é papel do Assistente Social, que vai agir a partir dos programas e políticas sociais, da identificação de condições econômicas, sociais e culturais pretendendo diminuir as questões sociais que atravessam o cotidiano no âmbito educacional.

O exercício profissional contribui para exercer práticas de apoio, acompanhamento, acesso, desempenho e permanência dos estudantes, efetivando direitos e o exercício pleno da cidadania no processo de ensino/aprendizagem (Silva, 2023).



20

Construindo Pontes e Reafirmando Direitos:
O Papel do Assistente Social na EPT.

ACESSANDO A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – PNAES

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi criado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.

Em 3 de julho de 2024 esse programa foi ampliado e criou-se a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a partir da Lei nº 14.914.

Após mais de uma década da publicação do Decreto nº 7.234, com o propósito de assegurar a efetividade de suas ações por meio de políticas do estado, respaldada por uma lei, foi criada a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

SAIBA MAIS



21

Construindo Pontes e Reafirmando Direitos: O Papel do Assistente Social na EPT.

Os objetivos dessa lei são:

- Democratizar e garantir as condições de permanência de estudantes na educação pública federal;
- Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência de estudantes nos cursos da educação pública federal e na conclusão desses cursos;
- Reduzir as taxas de retenção e de evasão na educação pública federal;
- Contribuir para a promoção da melhoria de desempenho acadêmico, de inclusão social pela educação e de diplomação dos estudantes;
- Apoiar estudantes estrangeiros da educação superior recebidos no âmbito de acordos de cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e outros países;
- Estimular a participação e o alto desempenho de estudantes em competições, em olimpíadas, em concursos ou em exames de natureza esportiva e acadêmica;
- Estimular as iniciativas de formação, extensão e pesquisa específicas para a área de assistência estudantil (Brasil, 2024).



22

Construindo Pontes e Reafirmando Direitos: O Papel do Assistente Social na EPT.

ACESSANDO A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – PNAES

Visando promover ações que diminuam a evasão e a desistência escolar, que combata as desigualdades sociais e amplie o acesso e a permanência dos estudantes na educação, a PNAES compreende as seguintes programas e ações:

- Programa de Assistência Estudantil (PAE);
- Programa de Bolsa Permanência (PBP);
- Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior (PASES);
- Programa Estudantil de Moradia (PEM);
- Programa de Apoio ao Transporte do Estudante (PATE);
- Programa Incluir de Acessibilidade na Educação (Incluir);
- Programa de Permanência Parental na Educação (PROPEPE);
- Programa de Acolhimento nas Bibliotecas (PAB);
- Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes (PAS);
- Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES);

23

Construindo Pontes e Reafirmando Direitos. O Papel do Assistente Social na EPT.

Benefício Permanência na Educação Superior; oferta de serviços pelas próprias instituições federais de ensino superior e pelas instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica; outras ações tornadas públicas por meio de ato normativo do Ministro de Estado da Educação, observada a compatibilização dessas ações com as dotações orçamentárias existentes, e desde que não haja prejuízos aos programas e às ações constantes dos incisos I a XII do caput deste artigo (Brasil, 2024).

O principal objetivo do trabalho na PNAES infere no entendimento da Assistência Estudantil de maneira ampla, integral, no sentido de assegurar a permanência do estudante e uma formação de qualidade.

É preciso analisar a PNAES para além do foco na transferência de renda, uma vez que esse trabalho junto a Assistência Estudantil não se limita a fazer a concessão de recursos financeiros, abrange estudar e analisar as condições humanas para viabilizar o acesso e a consolidação dos direitos dos discentes (Ferreira; Barros, 2021).

24

Construindo Pontes e Reafirmando Direitos: O Papel do Assistente Social na EPT.

DIFICULDADES PARA SE ACESSAR A PNAES (O SERVIÇO SOCIAL)



- Desconhecimento do papel do Assistente Social (por parte de muitos estudantes e alguns servidores) e equívocos em relação há algumas ações exercidas por esse profissional.
- Atuação do assistente social, algumas vezes, atrelada apenas a concessão de auxílios.
- Alunos deixam de procurar a Assistente Social por vergonha, receio e até desconhecimento de que tem esse profissional no Campus Jaru.
- A falta de referência, de uma sala para o atendimento sigiloso do Assistente Social, conforme preconizado no Código de Ética do Assistente Social de 13 de março de 1993 e na Resolução CFESS nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006, faz parte das dificuldades para acessar a PNAES de forma ampliada, no Campus Jaru.

25

Construindo Pontes e Reafirmando Direitos:
O Papel do Assistente Social na EPT.

DIFICULDADES PARA SE ACESSAR A PNAES (O SERVIÇO SOCIAL)

- Desconhecimento da comunidade acadêmica sobre a existência dos auxílios estudantis; mesmo os servidores da Coordenação de Assistência ao Educando – CAED passando nas salas de aula, no início do ano letivo, se apresentando e explicando sobre os auxílios; principalmente, para os alunos dos primeiros anos.
- Esse desconhecimento se aplica também a alguns servidores, que conhecem parcialmente sobre a existência de todos os programas de auxílios estudantis e as formas de concessão.
- Processo de documentação burocrático, contribuindo para que alguns alunos desistam da inscrição, mesmo precisando.
- Falta de habilidade por parte dos discentes quanto ao processo de inscrição nos editais; dificuldade para compreender o que é solicitado nos editais e de postagem dos documentos no SUAP.

26

Construindo Pontes e Reafirmando Direitos:
O Papel do Assistente Social na EPT.

- Alguns estudantes têm receio de procurar os profissionais da CAED, têm uma visão negativa desse setor (visão estigmatizada da CAED, setor para "puxar a orelha" do discente); desconhecem as funções dos servidores, interagindo pouco com esse setor.
- A falta de servidores e o excesso de demandas na CAED, também é motivo de não terem sido encaminhados alguns atendimentos para o setor.
- Dificuldades para realizar atividades interdisciplinar com os demais servidores do campus, principalmente, com os professores.
- Dificuldades de parcerias com outras instituições que fazem parte da rede socioassistencial do Município.
- Ausência de transporte escolar para todos.
- Pouca divulgação/comunicação a toda a comunidade acadêmica sobre a PNAES em sua integralidade.

27

Construindo Pontes e Reafirmando Direitos:
O Papel do Assistente Social na EPT.

FORMA DE ACESSAR A PNAES

Os professores podem realizar os encaminhamentos dos estudantes e suas demandas:

- Via sistema, através do SUAP;
- Por e-mail;
- Pelo WhatsApp;
- A partir de uma conversa (informal);
- Através de demandas espontâneas;

Os discentes podem solicitar atendimentos:

- Via sistema SUAP (apendamentos);
- Pelo WhatsApp;
- Por e-mail;
- De forma presencial;

28

Construindo Pontes e Reafirmando Direitos:
O Papel do Assistente Social na EPT.

FORMA DE ACESSAR A PNAES

A comunidade acadêmica, de forma geral, **pode solicitar atendimentos a partir dos mesmos procedimentos** supracitados.

O Assistente Social realiza atendimentos a partir dos encaminhamentos realizados por todos os meios disponibilizados no campus, além disso, esse profissional também atende a partir de busca ativa e demandas espontâneas.

VOCÊ SABIA?

Você pode ter os auxílios estudantis cancelados:

- Por solicitação do próprio estudante;
- Por abandono do curso;
- Trancamento da matrícula;
- Transferência para outro Campus ou instituição de ensino;
- Conclusão do curso durante o período de vigência do benefício financeiro;
- Constatação de não veracidade das informações fornecidas pelo beneficiário;
- Quando a realidade socioeconômica do grupo familiar for alterada, descaracterizando a condição de vulnerabilidade socioeconômica do (de) estudante;
- Pelo não cumprimento das obrigações assumidas no termo de Compromisso.

29

Construindo Pontes e Reafirmando Direitos:
O Papel do Assistente Social na EPT.

ORIENTAÇÕES AOS DISCENTES DA PNAES PARA EFETIVAR A POLÍTICA

Ingressantes, visitem cada um dos setores da instituição para verificar quais serviços são ofertados nesses lugares.

Fiquem atentos as informações que são passadas pela equipe da Coordenação de Assistência ao Educando (CAED), ao passarem nas salas de aula.

Procurem o setor da Coordenação de Assistência ao Educando e verifiquem como acessar todos os serviços ofertados a partir dos servidores do setor.

Conversem com a Assistente Social para que sejam informados sobre as ações, serviços e projetos realizados na área do Serviço Social.

Estudantes, não visualizem a CAED apenas como um local em que são aplicadas as faltas do Regulamento Disciplinar Discente -RDD, mas como um espaço de acolhimento, de orientação, de medidas socioeducativas.

Acompanhem os editais, suas solicitações e prazos.



30

Construindo Pontes e Reafirmando Direitos:
O Papel do Assistente Social na EPT.

ORIENTAÇÕES AOS DISCENTES DA PNAES PARA EFETIVAR A POLÍTICA

Informem-se sobre os Programas de Auxílios estudantis: quais são, como solicitá-los, critérios de concessão e de cancelamento, documentos necessários.

Alunos, participem das instâncias de decisão (representantes da turma, grêmios estudantis, conselhos de classe), como forma de se obter uma gestão mais democrática e fortalecendo o protagonismo juvenil.

Conheçam as legislações, regulamentos e documentos gerais que regem o Instituto, o IF Campus Jarú.

Conversem com seus professores sobre os projetos de ensino, pesquisa e extensão e outras possibilidades de participação efetiva nas atividades estudantis realizadas pelo campus.

Não tenham vergonha, recuse de procurar os servidores para conversar, sanar dúvidas, buscar informações e orientações, estamos na instituição para atendê-los, para assegurar os seus direitos.



31

Construindo Pontes e Reafirmando Direitos:
O Papel do Assistente Social na EPT.

DICAS AOS GESTORES, PROFESSORES E TAES PARA EFETIVAR A PNAES.

- Servidores, fortaleçam as parcerias entre os setores contribuindo para o acesso integral dos estudantes aos serviços ofertados pela PNAES na instituição.
- Servidores, informem-se sobre os Programas da Assistência Estudantil no Campus Jarú (para qual público se destina, em quais necessidades esses auxílios se aplicam), com o objetivo de orientar os discentes e encaminhá-los a CAED.
- Servidores, é dever do estado e de todos nós, enquanto sociedade, assegurar a efetivação do direito relacionado a educação aos nossos estudantes, vamos criar uma rede mais acolhedora e inclusiva para os discentes do instituto.



32

Construindo Pontes e Reafirmando Direitos:
O Papel do Assistente Social na EPT.

DICAS AOS GESTORES, PROFESSORES E TAES PARA EFETIVAR A PNAES.

- **Professores, fiquem atentos!** Mudanças de comportamento, dificuldades de aprendizagem ou desânimo podem indicar que o estudante está em vulnerabilidade social. A alimentação, a saúde, a moradia, o transporte, os vínculos familiares fragilizados, são necessidades e condições humanas que vão influenciar diretamente no processo de aprendizagem dos estudantes. Diante de algumas percepções encaminhem para o atendimento técnico com a Assistente Social e/ou equipe multidisciplinar da CAED, para que sejam encaminhados para outros serviços públicos, quando houver necessidade.
- **Gestores, ouçam os estudantes!** Uma gestão participativa e democrática fortalece a PNAES.



33

Construindo Pontes e Reafirmando Direitos:
O Papel do Assistente Social na EPT.

PROPOSTAS DE APRIMORAMENTO PARA EFETIVIDADE DA PNAES NO IFRO

- **Apresentação dos Programas de Assistência Estudantil – PAE** a partir de rodas de conversas, promovendo o diálogo e a troca de ideias com os estudantes, inclusive, explicando as dúvidas dos estudantes quanto aos editais de auxílios estudantis.
- **Realizar atividades no Instituto relacionadas ao trabalho do Assistente social na Assistência Estudantil – AE**, bem como utilizar alguns momentos e espaços durante os eventos no campus para divulgar os serviços realizados pela equipe multidisciplinar da CAED.
- **Melhorar a comunicação entre servidores e discentes**, a partir dos canais de interação, facilitando o acesso às informações e serviços da PNAES.
- **Fortalecer os momentos de diálogo** entre a/o Assistente Social e os discentes, ouvindo as suas demandas, contribuindo para fortalecer o movimento estudantil do campus e a participação nos processos decisórios.
- **Fazer um mural interativo sobre o Serviço Social no IF**. Nesse espaço terá QR Codes com as principais informações sobre os serviços realizados pelo Assistente Social no Instituto.

34

Construindo Pontes e Reafirmando Direitos:
O Papel do Assistente Social na EPT.

PROPOSTAS DE APRIMORAMENTO PARA EFETIVIDADE DA PNAES NO IFRO

- **Divulgar, trimestralmente, a partir de banners informativos**, que devem ser atualizados, os serviços que são realizados pela equipe técnica da CAED (Assistente Social, Assistente de Aluno, Intérprete de Libras, Pedagogo e Psicólogo) e/ou utilizar a estratégia do “você sabia”, que poderá ser realizada a partir do encaminhamento de e-mails informativos aos discentes e servidores, visando o amplo acesso aos serviços da PNAES.
- **Realizar projetos com os estudantes**, principalmente, com aqueles que recebem auxílios estudantis.
- **Propor e fortalecer parcerias externas** (outros órgãos públicos, a rede privada, terceiro setor, associações comunitárias etc.) com o objetivo de ampliar o acesso dos estudantes aos serviços disponíveis nas localidades.



35

Construindo Pontes e Reafirmando Direitos:
O Papel do Assistente Social na EPT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse Produto educacional foi construído de forma coletiva com base no resultado da pesquisa de mestrado. O estudo foi produzido com a participação de dezesseis estudantes dos Terceiros anos Integrados ao Ensino Médio e com oito servidores, Professores e Técnicos Administrativos em Educação e buscou ampliar o conhecimento da comunidade acadêmica sobre o trabalho realizado pelo Assistente social na EPT.

Acreditamos que o E-book possa contribuir para um processo formativo emancipatório dos discentes, que eles possam se perceber como sujeitos de direitos a partir de uma perspectiva crítica e transformadora, bem como, considerando a necessidade de esclarecer para a coletividade escolar a abrangência da atuação do Assistente Social em consonância com suas competências e atribuições profissionais, contribuindo para a efetivação da PNAES.

Esse material é destinado a toda a comunidade acadêmica dos IFs, especialmente, do IFRO Campus Jaru. Revela que são muitos os desafios enfrentados pelo Assistente Social nesses espaços educacionais, que muitas vezes reflete as desigualdades sociais presentes na sociedade.

Contudo, o fortalecimento da prática profissional, através das parcerias com outros setores internos e externos, gestores e alunos da instituição, poderá promover maior igualdade no acesso ao conhecimento pelos sujeitos, por meio da intervenção nessa realidade, proporcionando uma prática profissional mais eficaz e relevante no âmbito educacional.

36

REFERÊNCIAS

ABREU, Edna Maria Coimbra de. **O Serviço Social na Educação profissional e tecnológica: as particularidades do exercício profissional das/os Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação**, 2017. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Maranhão, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufma.br/espui/bitstream/1735/2/Edna%20Maria.pdf>. Acesso em: 5. maio. 2023.

ABREU, Edna Maria Coimbra de. **O trabalho dos Assistentes Sociais na Educação Profissional e Tecnológica: as ações desenvolvidas no cotidiano institucional**. In: ENCONTRO DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória. Anais [...]. Vitória: UFES, 2018.

ALMEIDA, Ney Luz Teixeira de. **O Serviço Social na educação**. *Revista Inscrita. Conselho Federal de Serviço Social*, Brasília, p. 19-24, 2000.

BRASIL. **Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília/DF: 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/8662.htm#:~:text=1%C2%BA%20%C3%89%20Oliver%20%20exerc%C3%A7%C3%A7%C3%B5es%20estabelecidas%20nesta%20lei](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/8662.htm#:~:text=1%C2%BA%20%C3%89%20Oliver%20%20exerc%C3%A7%C3%A7%C3%A7%C3%B5es%20estabelecidas%20nesta%20lei). Acesso em: 13 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/01/decreto/d7234.htm. Acesso em 2 maio. 2023.

37

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/leiL14914.htm. Acesso em 14 out. 2024.

O exercício profissional das Assistentes Sociais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso: demanda, planejamento e sistematização. In: X Jornada Internacional Políticas Públicas, Trabalho aliado: destruição da natureza e crise de hegemonia/consolidação de classe e lutas sociais na superação da barbárie, X, 2021, Mato Grosso, Artigo. [...]. Mato Grosso, 2021.

SILVA, Maria Rita Valões da. O Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica: representações sociais de estudantes de Ensino Médio Integrado. 2023. Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Pernambuco, 2023.

O exercício profissional das Assistentes Sociais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso: demanda, planejamento e sistematização. In: X Jornada Internacional Políticas Públicas, Trabalho aliado: destruição da natureza e crise de hegemonia/consolidação de classe e lutas sociais na superação da barbárie, X, 2021, Mato Grosso, Artigo. [...]. Mato Grosso, 2021.

SILVA, Marcela Mary Jose da. O lugar do serviço social na educação. In: Serviço social na educação: teoria e prática. Campinas-SP: Papel Social, 2012.

SOUZA, Iris de Lima. Serviço social na educação: saberes e competências necessárias no fazer profissional. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Rio Grande do Norte / Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Rio Grande do Norte, 2008.



ANEXO – A PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA -
IFRO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: "Ué, você trabalha aqui? - Percepções sobre a atuação do Assistente Social no Instituto Federal de Rondônia - Campus Jaru"

Pesquisador: CELINE GEYSA ANDRADE

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 78060924.6.0000.5653

Instituição Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.846.140

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um protocolo de 3ª versão, do programa de mestrado profissional em educação profissional e tecnológica - PROFEPT, em que estava pendente apenas o TCLE/TALE.

A proponente é servidora do campus Jaru, onde será realizado todas as atividades que envolve a pesquisa. O estudo é uma pesquisa qualitativa com caráter investigativo para isso utilizará rodas de conversas com os participantes, assim poderá compreender a percepção da comunidade acadêmica do campus, sobre a atuação do Assistente Social. Os participantes serão 16 alunos do terceiro ano do ensino médio, 4 professores e 4 servidores TAEs e a partir das percepções dos participantes sobre o profissional Assistente Social, será gerado um e-book.

Objetivo da Pesquisa:

O(a) pesquisador(a) apresentou os seguintes objetivos:

GERAL

Investigar a percepção que a comunidade acadêmica do IF Campus Jaru tem sobre a atuação do Assistente Social.

Endereço: Sala do Comitê de Ética em Pesquisa - Andar Térreo - Reitoria Censipam
Bairro: Aeroporto **CEP:** 76.803-260
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-9611 **Fax:** (69)99337-0033 **E-mail:** cep@ifro.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA -
IFRO**



Continuação do Parecer: 6.846.140

ESPECÍFICOS

Identificar quais os conhecimentos que a comunidade acadêmica tem sobre a atuação do Assistente Social no Instituto Federal de Rondônia - IFRO Campus Jaru no desenvolvimento das políticas de assistência estudantil;

Desenvolver ações que amplie o conhecimento da comunidade acadêmica sobre a atuação do Assistente Social;

Estudar a percepção que a comunidade acadêmica tem sobre a atuação do Assistente Social, contribuindo para esclarecer suas competências e atribuições profissionais;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme o(a) pesquisador(a), os riscos e benefícios foram descritos da seguinte maneira:

Riscos:

os sujeitos desse estudo estarão expostos aos seguintes riscos: poderá haver o risco dos pesquisados se sentirem desconfortáveis ou constrangidos com alguma pergunta durante a pesquisa; poderá haver desinteresse pelas ações desenvolvidas no período da pesquisa; a pesquisa poderá gerar cansaço nos pesquisados e até mesmo constrangimentos.

Medidas mitigatórias:

Visando diminuir esses riscos, serão adotadas medidas mitigatórias: serão elaborados roteiros prévios de condução das rodas de conversa, visando conduzir esse processo com eficácia, sem desperdício de tempo para os envolvidos na pesquisa, resguardando o bom senso e a segurança. As rodas de conversa serão dinâmicas, com atividades curtas e objetivas, garantindo a não obrigatoriedade daqueles que não quiserem participar de algum momento das atividades desenvolvidas durante a pesquisa. A recusa em participar de qualquer um dos momentos, não trará nenhum prejuízo para os participantes.

As rodas de conversa ocorrerão presencialmente no IFRO Campus Jaru, contribuindo para a participação dos alunos e servidores, já que é o local de estudo e de trabalho deles, respectivamente. As rodas de conversa terão a duração aproximada de 1 (uma) hora e acontecerão em dias diferentes.

A integridade dos participantes será preservada, pois em nenhum momento durante a coleta de dados será preciso a identificação do participante, ficando garantido o anonimato e sigilo das informações. Os áudios e demais informações coletadas serão exclusivamente utilizadas

Endereço: Sala do Comitê de Ética em Pesquisa - Andar Térreo - Reitoria Censipam
Bairro: Aeroporto **CEP:** 76.803-260
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-9611 **Fax:** (69)99337-0033 **E-mail:** cepi@ifro.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA -
IFRO**



Continuação do Parecer: 6.846.140

para fins da pesquisa, consulta e elaboração do e-book, sendo preservadas as identidades e demais elementos de confidencialidade, não sendo divulgado nenhuma informação que comprometa o sigilo necessário à pesquisa.

Benefícios:

Os benefícios aos participantes da pesquisa estão relacionados ao acesso integral à Política de Assistência Estudantil pelos discentes, bem como ao conhecimento e acesso aos vários benefícios da Política de Assistência Social, Saúde, dentre outras, por toda a comunidade acadêmica. Tem relação com o reconhecimento dos seus direitos e com o empoderamento dos sujeitos. A pesquisa também trará como benefício, o acesso por outros pesquisadores, de outros Campus do IFRO, ao produto da pesquisa, que trará no conteúdo informações sobre o Serviço Social na EPT e a abrangência da atuação do Assistente Social no Instituto Federal.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não houve pendências.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Modelos de TCLE / TALE - Pendência Atendida

Foram inseridos os novos arquivos de TCLE e TALE, individualizados, com as escritas corrigidas.

Desta forma, todos os documentos de apresentação obrigatória foram apresentados e incluem todas as informações necessárias atendendo assim aos critérios éticos estabelecidos nas resoluções vigentes

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não havendo mais pendências, o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)-IFRO, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do Conselho Nacional de Saúde, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto.

De acordo com o item X.1.3.b, da Resolução CNS n. 466/12, a pesquisadora deverá apresentar

Endereço: Sala do Comitê de Ética em Pesquisa - Andar Térreo - Reitoria Censipam
Bairro: Aeroporto **CEP:** 76.803-260
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-9611 **Fax:** (69)99337-0033 **E-mail:** cepi@ifro.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA -
IFRO**



Continuação do Parecer: 6.846.140

relatórios semestrais - a contar da data de aprovação do protocolo. Eventuais emendas (modificações) ao protocolo deverão ser apresentadas de forma clara e sucinta sendo necessário destacá-las no decorrer do texto (item 2.2.H.1, da Norma Operacional CNS nº 001 de 2013).

Reforçamos que qualquer alteração, ainda que mínima, no protocolo aprovado deverá ser submetida à análise desse CEP por meio de emenda. Somente após aprovação do CEP as alterações poderão ser colocadas em prática.

Considerações Finais a critério do CEP:

Todos os projetos submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFRO são avaliados com base nas Resoluções CNS nº 466/2012 e/ou Resolução CNS nº 510/2016, demais resoluções pertinentes e nas Normas Operacionais emanadas da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

O(a) pesquisador(a) deverá encaminhar ao CEP-IFRO relatório final na ocasião de conclusão da pesquisa. Reforçamos que qualquer alteração, ainda que mínima, no protocolo aprovado deverá ser submetida à análise desse CEP. Somente após aprovação do CEP as alterações poderão ser colocadas em prática.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_2290349.pdf	25/04/2024 15:05:29		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLES_JUNTADOS.pdf	25/04/2024 15:02:39	CELINE GEYSA ANDRADE	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_PENDENCIAS_2. pdf	25/04/2024 14:56:43	CELINE GEYSA ANDRADE	Aceito
Outros	TALE_nv_.pdf	25/04/2024 14:55:51	CELINE GEYSA ANDRADE	Aceito
Outros	TCLE_SERVIDORES_DISCENTES_MA IORE_nv.pdf	25/04/2024 14:55:11	CELINE GEYSA ANDRADE	Aceito
Outros	TCLE_PAIS_RESPONSAVEIS_nv.pdf	25/04/2024	CELINE GEYSA	Aceito

Endereço: Sala do Comitê de Ética em Pesquisa - Andar Térreo - Reitoria Censipam
Bairro: Aeroporto **CEP:** 76.803-260
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-9611 **Fax:** (69)99337-0033 **E-mail:** cepi@ifro.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA -
IFRO**



Continuação do Parecer: 6.846.140

Outros	TCLE_PAIS_RESPONSAVEIS_nv.pdf	14:49:57	ANDRADE	Aceito
Outros	Carta_resposta_pendencias.pdf	29/03/2024 20:51:41	CELINE GEYSA ANDRADE	Aceito
Outros	ROTEIRO_RODAS_DE_CONVERSA.pdf	29/03/2024 20:50:25	CELINE GEYSA ANDRADE	Aceito
Outros	CRONOGRAMA_nv.pdf	29/03/2024 20:46:14	CELINE GEYSA ANDRADE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ANTEPROJETO_cep_Formatado.pdf	26/02/2024 20:13:36	CELINE GEYSA ANDRADE	Aceito
Outros	DECLARA_DE_ANUENCIA_DE_ORIEN TACAO.pdf	26/02/2024 20:03:38	CELINE GEYSA ANDRADE	Aceito
Outros	Termo_responsabilidade.pdf	26/02/2024 19:58:47	CELINE GEYSA ANDRADE	Aceito
Orçamento	Orcamento_pesquisa.pdf	26/02/2024 19:53:33	CELINE GEYSA ANDRADE	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_Instit.pdf	26/02/2024 19:51:33	CELINE GEYSA ANDRADE	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	26/02/2024 19:22:22	CELINE GEYSA ANDRADE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO VELHO, 24 de Maio de 2024

Assinado por:
Daniely Batista Alves Martines
(Coordenador(a))

Endereço: Sala do Comitê de Ética em Pesquisa - Andar Térreo - Reitoria Censipam
Bairro: Aeroporto **CEP:** 76.803-260
UF: RO **Município:** PORTO VELHO
Telefone: (69)2182-9611 **Fax:** (69)99337-0033 **E-mail:** cepi@ifro.edu.br